



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

CAROLINE ILTCHENCO ZANETTI

**VERBOS MODAIS UNIVERSAIS NO DISCURSO CIENTÍFICO:
UM ESTUDO SOBRE ARGUMENTATIVIDADE E SUBJETIVIDADE EM
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO**

BRASÍLIA
- 2024 -

CAROLINE ILTCHENCO ZANETTI

**VERBOS MODAIS UNIVERSAIS NO DISCURSO CIENTÍFICO:
UM ESTUDO SOBRE ARGUMENTATIVIDADE E SUBJETIVIDADE EM
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Português, Linguística e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

BRASÍLIA
- 2024 -

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

IZ28v Iltchenco Zanetti, Caroline
Verbos modais universais no discurso científico: um estudo sobre argumentatividade e subjetividade em dissertações de Mestrado / Caroline Iltchenco Zanetti; orientador Marcus Vinicius Lunguinho. -- Brasília, 2024. 145 p.

Dissertação(Mestrado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Verbos modais universais. 2. Discurso científico. 3. Argumentatividade e subjetividade. 4. Discurso envolvido e discurso envolvente. 5. Gênero dissertação de Mestrado. I. Lunguinho, Marcus Vinicius, orient. II. Título.

*À minha família, por ser minha base.
À universidade, por me permitir avançar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, por todo apoio, zelo e compreensão, por serem meus exemplos de esforço e perseverança e por fazerem parte de quem eu sou.

À minha irmã e à minha sobrinha, por movimentarem a minha vida e me trazerem mais alegria e coragem para continuar sonhando.

Aos meus avós, que, mesmo de longe, me transmitem cuidado, amor e torcem pelas minhas vitórias.

Ao meu namorado, por todo incentivo, cuidado, cumplicidade e por sempre trazer leveza para os meus dias.

Ao meu orientador, por todo apoio que sempre me deu, desde a Graduação, e por ter sido sempre compreensivo, prestativo e generoso.

À Universidade de Brasília, por me abrir portas, e ao Decanato de Pós-Graduação (DPG), por ter me concedido um auxílio de apoio à pesquisa no ano de 2022, o que me permitiu uma dedicação maior ao meu trabalho.

Aos meus amigos de longa data, por sempre me incentivarem, por acreditarem no meu trabalho e por serem tão essenciais na minha vida.

E, por fim, aos amigos que fiz ao longo dos últimos anos, por serem tão presentes e por trazerem mais alegria aos meus dias.

RESUMO

Esta dissertação trata do papel da modalidade no discurso científico. Assumindo que o discurso científico se vale de diferentes estratégias textuais para a expressão de subjetividade, sendo a modalidade uma dessas estratégias, estudam-se o uso e o comportamento dos verbos modais universais “dever” e “ter de” com uma análise documental que investiga as seções de Metodologia e de Resultados e Discussão de seis dissertações de Mestrado das áreas: Linguística, Antropologia, Ciência da Informação, Agronomia, Engenharia Elétrica e Ciências da Reabilitação. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa e um quadro teórico híbrido. Para o estudo do gênero dissertação de Mestrado, combinamos a abordagem sociorretórica dos gêneros (Swales, 1990; Biasi-Rodrigues, 1999, 2005; Motta-Roth e Hendges, 2010) com a abordagem discursiva dos gêneros (Coracini, 1991). E, para o estudo dos verbos modais, combinamos a análise formal (Kratzer, 1991, 2012) com a análise funcional (Olbertz, 2008). Ainda, usamos uma perspectiva textual (Coracini, 1991; Nascimento, 2009, 2010, 2018; Koch, 2011) para analisar como os modais constroem sentidos nos textos. Assim, em um primeiro momento, fizemos uma análise para saber como as dissertações se organizavam quanto ao uso dos verbos modais. Constatamos que, em todas elas, os verbos modais universais eram usados: o verbo “dever” é muito mais produtivo, aparecendo em todas as dissertações, enquanto “ter de” aparece em apenas três usos de uma única dissertação (da área de Linguística). No tocante às seções do texto em que esses verbos aparecem, constatamos que, em quatro das seis dissertações, os verbos modais só ocorrem na seção de Resultados e Discussão. Contudo, na única dissertação em que “ter de” ocorre, os modais universais só aparecem na seção de Metodologia. Em relação às áreas do conhecimento, constatamos que as dissertações das áreas de Linguística e Antropologia foram as que mais apresentaram verbos modais universais (42 de um total de 61 usos). Em um segundo momento, analisamos a semântica dos modais “dever” e “ter de” e apontamos os efeitos de sentido que eles criavam nos textos: enquanto “dever” é utilizado predominantemente nos domínios deontico e volitivo, criando efeitos de sentido como recomendação, realce, posicionamento e atribuição de responsabilidade; “ter de” é utilizado predominantemente no domínio inerente extrínseco, criando o efeito de sentido de autojustificativa. Desse modo, nossos dados nos levaram a concluir que, enquanto “dever” contribui principalmente para a expressão de subjetividade em Resultados e Discussão, seção em que o discurso é predominantemente envolvente, “ter de” contribui para que o discurso da Metodologia, predominantemente envolvido, caminhe para um discurso envolvente, a partir de uma maior expressão de subjetividade. Tendo isso em vista, são necessários mais estudos para entender como esses verbos constroem sentidos em outros gêneros textuais acadêmicos.

Palavras-chave: Verbos modais universais.
Discurso científico.
Subjetividade.
Argumentatividade.
Discurso envolvido.
Discurso envolvente.

ABSTRACT

This thesis addresses the role of modality in scientific discourse. Assuming that scientific discourse uses different textual strategies to express subjectivity, with modality being one of these strategies, we study the use and the behavior of Brazilian Portuguese universal modal verbs “dever” (‘must’) and “ter que” (‘have to’) with a documentary analysis that investigates the sections of Methodology and Results and Discussion of six Master's theses in the areas: Linguistics, Anthropology, Information Science, Agronomy, Electrical Engineering and Rehabilitation Sciences. To achieve this, a qualitative methodological approach and a hybrid theoretical framework were adopted. To study the Master's thesis genre, we combined the sociorhetorical approach to genres (Swales 1990; Biasi-Rodrigues 1999, 2005; Motta-Roth and Hendges 2010) with the discursive approach to genres (Coracini 1991). And, to study modal verbs, we combined formal (Kratzer 1991, 2012) with functional analysis (Olbertz 2008). We still use a textual perspective (Coracini 1991; Nascimento 2009, 2010, 2018; Koch 2011) to analyze how modals construct meanings in texts. In the first moment of the investigation, we analyzed the data to understand how the theses were organized regarding the use of modal verbs. We found that, in all of them, universal modal verbs were used: the verb “dever” is much more productive, appearing in all dissertations, while “ter de” appears in only three uses of a single dissertation (in the area of Linguistics). Regarding the sections in the text where these verbs appear, we found that, in four of the six dissertations, modal verbs only occur in the Results and Discussion section. However, in the only dissertation in which “ter de” occurs, universal modals only appear in the Methodology section. In relation to the areas of knowledge, we found that dissertations in the areas of Linguistics and Anthropology were the ones in which there many examples of universal modal verbs (42 uses out of a total of 61 uses). In the second moment of the research, we analyzed the semantics of the modals “dever” and “ter de” and pointed out the meaning effects they created in the texts: while “dever” is predominantly used in deontic and volitional domains, creating meaning effects such as recommendation, highlighting, positioning and assigning responsibility; “ter de” is used predominantly in the domain of extrinsic nature, creating the effect of a sense of self-justification. Thus, our data led us to conclude that while “dever” mainly contributes to the expression of subjectivity in Results and Discussion, a section in which the discourse is predominantly engaging, “ter de” contributes to the discourse of Methodology, which is predominantly involved, moving towards an engaging discourse, based on a greater expression of subjectivity. Keeping this in mind, more studies are needed to understand how these verbs construct meanings in other academic textual genres.

Keywords: Universal modal verbs.
Scientific discourse.
Subjectivity.
Argumentativity.
Involved discourse.
Engaging discourse.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Caroline Itchenco Zanetti

VERBOS MODAIS UNIVERSAIS NO DISCURSO CIENTÍFICO: UM ESTUDO SOBRE ARGUMENTATIVIDADE E SUBJETIVIDADE EM DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Português, Linguística e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, área de concentração: *Teoria e Análise Linguística*, defendida em abril de 2024 e avaliada pela Comissão Examinadora composta pelos seguintes professores:

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília
Presidente

Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba
Membro externo

Prof. Dr. Rodrigo Albuquerque Pereira
Universidade de Brasília
Membro interno

Prof^a. Dr^a. Juliana de Freitas Dias
Universidade de Brasília
Suplente

Brasília, abril de 2024

Lista de Tabelas

Tabela 1: Usos dos verbos modais universais em cada dissertação analisada	85
Tabela 2: Usos dos verbos modais universais nos diferentes tipos de pesquisa	86
Tabela 3: Usos dos verbos modais universais em diferentes seções do texto	87
Tabela 4: Usos do verbo “dever” em diferentes seções do texto	88
Tabela 5: Usos do verbo “dever” com diferentes formas verbais nas diferentes seções do texto	88
Tabela 6: Usos do verbo “ter de” em diferentes seções do texto	89
Tabela 7: Usos do verbo “ter de” com diferentes formas verbais nas diferentes seções do texto	89

Lista de Quadros

Quadro 1: Diferentes concepções de dissertação	17
Quadro 2: Diferenças entre os verbos “dever” e “ter de” nas dissertações analisadas	118

Lista de Figuras

Figura 1: Nível de subjetividade dos tipos de modalidade.....	113
Figura 2: Nível de subjetividade das dissertações analisadas	116

Lista de Siglas e Abreviaturas

D1	Dissertação 1
D2	Dissertação 2
D3	Dissertação 3
D4	Dissertação 4
D5	Dissertação 5
D6	Dissertação 6
EV	Modalidade orientada para o evento
PA	Modalidade orientada para o participante
PR	Modalidade orientada para a proposição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O DISCURSO CIENTÍFICO	7
INTRODUÇÃO	7
1.1 A CIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO	7
1.2. AS ABORDAGENS QUANTITATIVA E QUALITATIVA NO DISCURSO CIENTÍFICO	13
1.3. OS GÊNEROS TEXTUAIS CIENTÍFICOS.....	15
1.3.1. Perspectiva tradicional do estudo de gêneros.....	16
1.3.2. Perspectiva sociorretórica do estudo de gêneros.....	20
1.3.3. Perspectiva discursiva do estudo de gêneros	25
CONCLUSÕES PRELIMINARES	28
CAPÍTULO 2 – PESSOA, TEMPO E MODALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO	29
INTRODUÇÃO.....	29
2.1. A MARCAÇÃO DE PESSOA NO DISCURSO.....	30
2.2. O TEMPO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....	31
2.2.1. Dois mundos no discurso: o mundo narrado e o mundo comentado	31
2.2.2. Discurso envolvido e discurso envolvente.....	33
2.3. A MODALIDADE.....	35
2.3.1. A modalidade em uma perspectiva formal	37
2.3.2. A modalidade em uma perspectiva funcional	38
2.3.3. A modalidade em uma perspectiva textual.....	42
2.3.4. Auxiliares modais do português	46
CONCLUSÕES PRELIMINARES	47
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	49
INTRODUÇÃO.....	49
3.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	49
3.1.1. Escolha dos verbos modais.....	50
3.1.2. Abordagem, método e técnica de pesquisa	51
3.1.3. Seleção dos textos para análise.....	52
3.1.4. Seleção das seções para análise.....	54
3.1.5. Categorias utilizadas na análise dos dados	56
3.2. ANÁLISE DE DADOS	57
3.2.1. Dissertações com modais universais apenas na Metodologia	58

3.2.2. Dissertações com modais universais apenas em Resultados e Discussão.....	64
3.2.3. Dissertações com modais universais nas duas seções do texto.....	80
3.2.4. Quantificação dos verbos modais	84
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	91
INTRODUÇÃO.....	91
4.1. EFEITOS DE SENTIDO CRIADOS POR “DEVER”	91
4.1.1. Expressão de expectativas.....	92
4.1.2. Orientação.....	93
4.1.3. Recomendação	97
4.1.4. Realce	99
4.1.5. Posicionamento.....	100
4.1.6. Atribuição de responsabilidade	103
4.1.7. Percepções gerais sobre o uso do verbo “dever”	106
4.2. EFEITOS DE SENTIDO CRIADOS POR “TER DE”	107
4.2.1. Autojustificativa	108
4.2.2. Atribuição de responsabilidade	110
4.2.3. Percepções gerais sobre o uso do verbo “ter de”.....	111
4.3. CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE MODALIDADE EM RELAÇÃO AO GRAU DE SUBJETIVIDADE	113
4.4. CLASSIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES EM RELAÇÃO AO GRAU DE SUBJETIVIDADE.....	115
CONCLUSÕES PRELIMINARES	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	126

INTRODUÇÃO

O discurso científico, concretizado em gêneros textuais como a tese e a dissertação, é um discurso que se pretende neutro e imparcial ou, nas palavras de Andrade (2004, p. 3), é um discurso que “para ser aceito como verdadeiro procura parecer que não é um discurso, mas o enunciado das relações necessárias entre as coisas”.

Contudo, Andrade (2004), assim como Koch (2011), entende que, na verdade, não existe discurso neutro, pois “qualquer discurso é situacional, isto é, pertence a uma situação histórico-social-cultural, que emerge, explícita ou implicitamente nas entrelinhas do texto” (Andrade, 2004, p. 2). Assim, existem elementos linguísticos capazes de impor o ponto de vista do locutor do texto nos enunciados, de maneira mais ou menos explícita.

Levando isso em consideração, pesquisadores como Coracini (1991), Nascimento (2005, 2009, 2010, 2018) e Koch (2011) investigam o papel da modalidade na expressão da subjetividade do autor do texto, levando em conta que a modalidade permite ao locutor “marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito” (Koch, 2011, p. 85).

A subjetividade é entendida por Benveniste (1966) como a atitude do locutor de se colocar como sujeito, como “eu”, no discurso, criando sua personalidade e fazendo com que ela seja reconhecida. Para Coracini (1991), contudo, a subjetividade vai muito além das chamadas marcas de enunciação, relacionadas às pessoas do discurso. Segundo a autora (1991, p. 94), além do uso da primeira pessoa, o enunciador dispõe de inúmeros recursos linguísticos para expressar subjetividade, os quais precisam ser investigados também sob o aspecto pragmático, considerando as relações “que intencionalmente (ou não) se estabelecem entre os enunciadores *no e pelo* discurso”.

Já o ato de argumentar, segundo Koch (2011, p. 17), é o ato de “orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões”, também entendido como o ato de persuadir. Assim, a argumentatividade, nos textos, é identificada por marcas linguísticas como os tempos verbais, a modalidade, os pressupostos, os operadores argumentativos (conectivos), entre outras. Nesse sentido, a

argumentatividade relaciona-se à subjetividade à medida em que as posições assumidas no texto revelam um sujeito por trás da enunciação, capaz de fazer escolhas, de se posicionar, de orientar e persuadir o seu enunciatário, por meio de diferentes recursos linguísticos.

A partir disso, esta pesquisa se propõe a investigar de que modo a modalidade é utilizada como estratégia argumentativa no discurso científico, mais especificamente em dissertações de Mestrado, servindo também para expressar a subjetividade do autor-pesquisador. Nosso foco aqui são os verbos modais universais “dever” e “ter de” / “ter que”, já que eles expressam um posicionamento mais evidente e um comprometimento maior do enunciador com relação ao conteúdo do enunciado (Nascimento, 2018).

Além disso, segundo Coracini (1991, p. 127), modais que transmitem dúvida, incerteza (como é o caso dos modais existenciais, como o verbo “poder”) fazem com que o enunciador transmita de si mesmo “uma imagem de pessoa honesta, comprometida com a ‘verdade’”, de modo que o uso desses modais já obedeceria ao padrão vigente do trabalho científico (Coracini, 1991). Os modais universais, em contrapartida, geram outros efeitos de sentido, expressando uma maior certeza em relação àquilo que é dito, o que, em tese, faria o texto distanciar-se desse caráter objetivo.

Em relação às categorias utilizadas para classificar os modais, fizemos uso da proposta funcional de Olbertz (1998), considerando os domínios em que se observa o uso dos modais universais, foco desta pesquisa. Sendo assim, investigamos os seguintes domínios: o inerente extrínseco (relativo a circunstâncias externas), o deontico (relativo ao obrigatório e ao permitido), o volitivo (relativo ao que é desejável), o epistêmico (relativo ao que é sabido) e o inferencial (relativo ao que pode ser inferido com base nas evidências).

Contudo, optamos por dar um enfoque aos domínios inerente extrínseco, deontico e volitivo, que são chamados genericamente de deonticos por autores como Nascimento (2010), que fazem somente a distinção entre modal epistêmico e deontico. Para o autor (2010), há uma dificuldade em se encontrar trabalhos que abordem o fenômeno da modalização, principalmente a deontica, a partir de uma concepção semântico-argumentativa ou pragmática. Dessa forma, se fazem necessários mais trabalhos sobre o tema para entender como esse tipo de modalidade se dá em textos que não possuem caráter prescritivo,

mas sim descritivo, como é o caso dos textos científicos, que buscam descrever os fenômenos das mais diversas áreas e, em tese, não teriam espaço para a expressão de obrigações, permissões e proibições.

Tendo isso em vista, este trabalho se volta a estudar como verbos modais contribuem para a expressão de subjetividade e argumentatividade em textos acadêmicos. O gênero textual da esfera acadêmica escolhido foi a dissertação de Mestrado. Em uma perspectiva textual mais tradicional, como a de Lakatos e Marconi (2003), a dissertação é entendida como um texto de maior extensão e profundidade que a monografia, mas que ainda não apresenta uma contribuição significativa como a tese. Desse modo, esse texto estaria, em princípio, entre a monografia e a tese (Lakatos e Marconi, 2003). Contudo, concepções textuais sociorretóricas, como a de Swales (1990), e discursivas, como a de Coracini (1991), nos mostram que não é tão simples assim definir os gêneros textuais. Segundo Swales (1990), os gêneros textuais podem ser definidos a partir de uma sucessão de movimentos retóricos, que surgem a partir dos objetivos do autor do texto. Já para Coracini (1991), os gêneros científicos podem ser explicados, de modo geral, a partir do texto científico primário, que é formado por uma estrutura macrodiscursiva composta por um discurso envolvido, predominantemente narrativo, e um discurso envolvente, predominantemente argumentativo. Por isso, iremos investigar como os verbos modais universais contribuem para a construção de efeitos de sentido que, por sua vez, compõem essas estruturas textuais e definem a organização do texto.

Assim, optamos por analisar, nas dissertações, duas seções: a seção de Metodologia e a seção de Resultados e Discussão. Isso é motivado pelos seguintes fatos: a) a seção de Metodologia constituir um relato da experiência e corresponder ao discurso envolvido no texto científico (Coracini, 1991); e b) a seção de Resultados e Discussão ser uma das partes em que predomina discurso envolvente (Coracini, 1991) e, conseqüentemente, a expressão de subjetividade.

Conforme explica Coracini (1991, p. 107), é sobretudo nos procedimentos metodológicos que “o sujeito-enunciador parece buscar meios linguísticos para se afastar, se ausentar”. Porém, apesar de ser esperado que a dissertação de Mestrado, especialmente na parte da Metodologia, preze pela neutralidade e pela objetividade, o que se nota é que a modalidade é utilizada como estratégia

argumentativa para expressar a subjetividade do pesquisador em textos científicos a depender de fatores tanto de ordem textual quanto de ordem teórico-metodológica.

Desse modo, constitui o nosso objetivo geral:

OBJETIVO GERAL

Analisar como o uso de verbos modais universais contribui para a argumentatividade e a expressão de subjetividade em dissertações de Mestrado.

Esse objetivo geral se associa aos seguintes objetivos específicos:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Analisar o uso da modalidade como estratégia argumentativa a partir do estudo dos verbos modais universais em dissertações de Mestrado e da identificação dos efeitos de sentido criados por eles;
- II. Investigar a seção de Metodologia e a seção de Resultados e Discussão internamente a cada dissertação de Mestrado do *corpus* e comparativamente com as dissertações no que se refere ao grau de subjetividade e ao uso da modalidade;
- III. Verificar se existem diferenças no uso de modais universais entre as dissertações de Mestrado de diferentes abordagens metodológicas.

Para alcançar esses objetivos, busca-se responder ao seguinte conjunto de perguntas:

PERGUNTAS DE PESQUISA

- 1) Como verbos modais universais são usados em dissertações de Mestrado?
- 2) Quais são os efeitos de sentido criados por esses verbos modais?
- 3) Como eles contribuem para a construção de argumentatividade nas dissertações de Mestrado?
- 4) A seção de Metodologia e a seção de Resultados e Discussão vão se caracterizar por diferentes usos dos verbos modais universais?

- 5) Dissertações de Mestrado de diferentes áreas do conhecimento vão utilizar modais universais nas seções acima da mesma forma ou de forma diferente?

Tendo isso em vista, este trabalho está organizado em quatro capítulos. O **Capítulo 1** explica como o fazer científico vem sendo entendido ao longo dos séculos e como o discurso científico é formado a partir de estratégias textuais que forjam objetividade. Em seguida, são apresentadas as abordagens quantitativa e qualitativa, mostrando as diferenças entre elas e explicando como o surgimento da abordagem qualitativa contribuiu para uma mudança no paradigma científico vigente, principalmente em relação à inserção da subjetividade do pesquisador na pesquisa e no texto científico. Por fim, o capítulo apresenta os gêneros textuais científicos, como o artigo, a monografia, a dissertação e a tese, a partir de três diferentes perspectivas: a tradicional, a sociorretórica e a discursiva.

Já o **Capítulo 2** trata das marcas de pessoa, tempo e modalidade na construção do discurso. Essas marcas gramaticais podem criar no texto a ilusão de uma maior objetividade ou podem trazer mais subjetividade, a depender das escolhas que são feitas. Em relação à pessoa, o texto pode apresentar marcas de primeira e segunda pessoa, o que cria uma aproximação com o leitor, ou pode ocultar os interlocutores por meio do uso da terceira pessoa, o que cria um maior distanciamento. Já em relação ao tempo, nota-se que os tempos do passado criam o discurso envolvido, enquanto os tempos do presente e do futuro criam o discurso envolvente, que é um discurso mais engajado. A modalidade, por sua vez, pode determinar um grau maior ou menor de engajamento com o que é dito e pode ser atenuada ou acentuada. Assim, ela nos é apresentada a partir de três diferentes perspectivas: a formal, a funcional e a textual.

No **Capítulo 3**, a metodologia do trabalho é explicada e os dados são analisados. Assim, a primeira seção do capítulo explica como se deu a escolha dos verbos modais “dever” e “ter de”/ “ter que”. Também explicita a abordagem adotada e explica o método e a técnica de pesquisa. Em seguida, explica-se como se deu a seleção dos textos para análise, das seções e das categorias utilizadas para classificar os verbos modais semanticamente, que são as categorias de Olbertz (1998). Já na segunda seção, é realizada a análise de

dados. Para isso, as dissertações do nosso *corpus* são separadas entre: dissertações que apresentam modais universais somente na seção de Metodologia; dissertações que apresentam modais universais em ambas as seções analisadas; e dissertações que apresentam modais universais somente na seção de Resultados e Discussão. A partir disso, cada uma das dissertações é analisada e os verbos modais universais que aparecem são classificados.

Por fim, o **Capítulo 4** apresenta os resultados do trabalho e os discute. Especificamente, mostramos quais foram os efeitos de sentido criados pelos verbos modais que apareceram em nosso *corpus*. No caso do verbo “dever”, destacamos seis efeitos de sentido principais, ao passo que, no caso do verbo “ter de”, que aparece com menos frequência no *corpus*, apontamos dois diferentes efeitos de sentido. Depois disso, organizamos os tipos de modalidade propostos por Olbertz (1998) em relação ao grau de subjetividade que eles apresentam nas dissertações analisadas. Finalmente, classificamos essas dissertações em relação ao grau de subjetividade que elas apresentam, considerando-se o uso dos verbos modais universais como o principal indicativo desse nível de subjetividade.

CAPÍTULO 1

O DISCURSO CIENTÍFICO

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma visão geral de como a ciência e o discurso científico vêm sendo concebidos e de como eles têm evoluído ao longo dos séculos, principalmente em relação à possibilidade de inserção da subjetividade do pesquisador na pesquisa e no texto de caráter científico. A partir desse entendimento, serão explicados também o surgimento da abordagem qualitativa, suas diferenças em relação à abordagem quantitativa e sua contribuição para uma nova forma de se fazer ciência, ou seja, sua contribuição para o estabelecimento de novos métodos e procedimentos científicos que apresentam uma nova perspectiva em relação ao papel do pesquisador.

O capítulo ainda aborda os gêneros textuais científicos sob três diferentes perspectivas: a tradicional, a sociorretórica e a discursiva. Essas perspectivas nos mostram diferentes formas de se entender a construção dos textos científicos e contribuem tanto para o entendimento das diferenças e semelhanças entre os diversos gêneros textuais quanto para o entendimento das diferenças entre a seção de Metodologia e a de Resultados e Discussão, as quais, como veremos, se diferem bastante em relação à expressão de subjetividade e ao grau de argumentatividade.

Essas explicações contribuirão para a análise que será feita neste trabalho em relação ao uso de verbos modais universais em dissertações de Mestrado de áreas do conhecimento diversas, as quais apresentam diferentes abordagens metodológicas, e em relação às diferenças percebidas no uso de modais na seção de Metodologia e na seção de Resultados e Discussão.

1.1 A CIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO

Para entender como se constitui o discurso científico e o porquê dessa busca por neutralidade e objetividade nos textos que carregam esse tipo de

discurso, é preciso entender primeiramente como a ciência vem sendo construída e entendida ao longo dos séculos.

Coracini (1991, p. 26) explica que há muitos séculos “se acredita que o objetivo magno da ciência está na busca do conhecimento objetivo, ou seja, comprovado, dos seres e fenômenos do Universo”. Na Modernidade, filósofos como Descartes entendiam que a objetividade no processo científico se daria a partir da prova do intelecto, ou seja, penetrando, pela razão, na verdade dos seres e dos fenômenos naturais. Em contrapartida, filósofos como Francis Bacon, John Locke e David Hume entendiam que a objetividade científica somente seria atingida por meio da prova dos sentidos, ou seja, por meio da observação dos fenômenos, o que constitui o método indutivo por excelência (Coracini, 1991; Silvestri, 2018).

Alguns séculos depois, com o advento do Positivismo, a ideia de que a busca da verdade científica como uma atividade que só poderia ser atingida pelos sentidos foi bastante explorada e levada ao extremo pelos empiristas lógicos, que “reduziram o ideal da verdade *demonstrada* ao ideal da verdade *provável*, estatisticamente mensurável, estatisticamente predizível” (Coracini, 1991, p. 27).

Segundo Coracini (1991, p. 27), isso fez com que ficasse deslocado o objetivo da ciência, que seria “não mais captar a realidade dos fatos por meios humanos, mas atingi-la por meios mecânicos, estatísticos, como se a quantidade pudesse constituir um critério ‘objetivo’”. Dessa forma, a ciência precisaria estar livre da subjetividade, das emoções do pesquisador, para que fosse considerada eficiente e rigorosa.

Andery *et al.* (1996) ainda afirmam que, para Comte, pai do Positivismo, o conhecimento científico não deveria considerar a origem ou uma causa subjacente aos fenômenos investigados, mas somente as leis que os regem. Essas leis, por sua vez, seriam, para Comte, leis invariáveis, que não admitiriam dúvidas e indeterminações.

Ainda assim, Comte admitia que o conhecimento científico, devido às limitações humanas, seria também relativo, já que não é possível para os seres humanos alcançarem-no plenamente, por estarem limitados por seu aparato sensorial “que não lhes permite a tudo perceber, a tudo observar” (Andery *et al.*, 1996, p. 382).

O paradigma positivista, contudo, foi colocado em xeque a partir das ideias de grandes cientistas, como: Einstein, que trouxe os conceitos de relatividade e simultaneidade para a física, questionando o tempo e o espaço absolutos de Newton; Heisenberg e Bohr, que trouxeram os conceitos de incerteza e *continuum*, abalando o rigor da medição na química; Gödel, que defendeu que o rigor da matemática carece de fundamento; entre outros (Fonseca, 2002). Esses pensadores trouxeram para as ciências exatas e da natureza uma nova perspectiva, que relativizava conceitos tidos até então como fixos e imutáveis.

Atualmente, na nossa sociedade pós-industrial e pós-moderna, o que se nota, de acordo com Coracini (1991), é uma perspectiva comercial em relação à ciência, que deixa de ter um fim em si mesma, passando a ser desenvolvida de acordo com determinados interesses mercadológicos, o que afeta a forma como ela concebida:

[...] pode-se afirmar que o objetivo da ciência tem sido, não 'descobrir', mas construir o conhecimento humano com base na sistematização, na organização dos fatos que se entrelaçam e se relacionam. Captar essas relações é tarefa do cientista que, inserido num determinado contexto histórico-social, partilha com outros cientistas a crença num paradigma, em normas prescritivas que lhe possibilitam 'ver' desta ou daquela maneira os fatos, os seres, os fenômenos naturais (Coracini, 1991, p. 27)

Desse modo, Coracini (1991) traz três filósofos contemporâneos da ciência que tratam do progresso científico: Popper, Kuhn e Feyerabend. O primeiro, Popper (1972, 1975), considerava que só seria possível conhecer objetivamente os fenômenos que nos cercam por meio do método dedutivo, ou seja, tendo o embasamento teórico como ponto de partida do trabalho científico. O segundo, Kuhn (1970, 1979), considerava a ciência como uma atividade envolvida em um contexto histórico-social no qual se insere determinada comunidade científica, o que o levava a entender o discurso da ciência como eminentemente argumentativo, uma vez que tem por objetivo convencer, engajar os seus prováveis leitores, membros da comunidade. Já o terceiro, Feyerabend (1977, 1979), defendia o pluralismo metodológico na ciência, entendendo que toda a verdade é subjetiva e provisória, e que toda opinião, método e princípio tem caráter relativo, já que tudo está sujeito aos nossos julgamentos estéticos, aos nossos gostos e aos nossos próprios desejos subjetivos (Coracini, 1991).

Andery *et al.* (1996), com uma perspectiva muito similar à do filósofo Kuhn (1970, 1979), entendem que o conhecimento científico é uma construção histórica:

Como uma das formas de conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua história, a ciência é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas interfere. A produção de conhecimento científico não é, pois, prerrogativa do homem contemporâneo. Quer nas primeiras formas de organização social, quer nas sociedades atuais, é possível identificar a constante tentativa do homem para compreender o mundo e a si mesmo; é possível identificar, também, como marca comum aos diferentes momentos do processo de construção do conhecimento científico, a inter-relação entre as necessidades humanas e o conhecimento produzido: ao mesmo tempo em que atuam como geradoras de idéias e explicações, as necessidades humanas vão se transformando a partir, entre outros fatores, do conhecimento produzido (Andery *et al.*, 1996, p.13).

O que se nota, a partir desses pensadores, é que a ciência é entendida, na contemporaneidade, a partir de diversas concepções, que levam em consideração, em maior ou menor medida, a subjetividade do pesquisador e a influência da comunidade em que ele se insere na elaboração dos métodos e na construção do discurso científico. Ainda assim, o que se percebe nesse discurso, ainda hoje, é uma tentativa de apagamento dessa subjetividade a partir de estratégias textuais.

Considerando que o discurso se dá por meio da relação entre o linguístico e o social¹, Coracini (1991) apresenta uma comparação entre discurso político e discurso científico e afirma que os dois são altamente subjetivos “na medida em que se apresentam como argumentativos e se servem de uma série de convenções partilhadas pela comunidade interpretativa” (Coracini, 1991, p. 46). Segundo a autora (1991, p. 46), é graças a essas formas linguísticas que geram a impressão de objetividade, mascarando o sujeito e sua ideologia, que esses discursos alcançam o objetivo a que se propõem: “o de convencer o interlocutor da verdade (aparente) que enunciam”.

Em relação ao discurso científico, especificamente, Coracini (1991) afirma que é um efeito de sentido, ou seja, uma consequência pragmática dos sentidos

¹ Coracini (2019, p. 337) explica que a concepção de “discurso” adotada por ela é a de um processo “em que o linguístico e o social se articulam”, que compreende, segundo a autora (2019, p. 347), “as relações entre os enunciadores (produtores do sentido, incluindo-se, aqui, o leitor), entre texto produzido e condições de produção”. Neste trabalho, adotaremos a mesma concepção quando nos referirmos ao “discurso” produzido em âmbito científico.

criados no discurso, criar no enunciatário “a ilusão da evidência empírica”, que se dá por meio da sequência linear dos eventos, da tentativa de apagamento do enunciador (por meio de marcas de impessoalidade como a voz passiva, por exemplo) e de outros recursos, os quais constituem “alguns dos fatores responsáveis pela ilusão de uma reprodução objetiva e imparcial do experimento” (Coracini, 1991, p. 89).

Assim, essas formas canônicas do discurso científico, que constituem estratégias para convencer o leitor da objetividade do texto, “nada mais são do que instrumentos válidos, socialmente aceitos (e impostos pela comunidade científica), de persuasão e, nessa medida, índices de subjetividade” (Coracini, 1991, p. 89).

Partindo dessa mesma concepção, Andrade (2004) explica que o discurso científico, nessa busca por forjar-se “o enunciado das relações necessárias entre as coisas” (Andrade, 2004, p. 3), ou seja, nessa busca por forjar-se neutro, faz uso de mecanismos de manipulação dialética:

Os mecanismos de manipulação dialética produzem mudanças formais no discurso científico, pela utilização de recursos que têm por objetivo torná-lo “neutro”, impessoal, tais como o emprego das formas impessoais do verbo, da voz passiva, e determinadas expressões que o despersonalizam. Procura-se, tanto quanto possível, separar o enunciado da instância da enunciação, a fim de que pareça como discurso, não da pessoa, mas como discurso objetivo, que não pertence a ninguém, cujo sujeito seria a ciência, a fazer-se por si mesma (Andrade, 2004, p. 3).

Nesse sentido, Andrade (2004) afirma que a linguagem está sempre carregada de ideologia, pois os sentidos confrontam-se, e a semântica dos enunciados não é estática, mas evolui no confronto de natureza histórico-social, na relação com o outro. Segundo a autora (2004), o enunciador não apenas comunica, informa ou persuade o interlocutor, mas sempre pretende sugerir, propor ou impor seus pontos de vista, suas convicções, sua visão de mundo, mesmo que implicitamente, o que gera um confronto ideológico entre enunciador e enunciatário.

Koch (2011) também traz a ideia de que a neutralidade é apenas um mito, pois “o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (Koch, 2011, p. 17). Segundo ela, a ocultação de elementos que expressam subjetividade é acompanhada de uma

“retórica do neutro”, em que o locutor oculta a sua enunciação – ou melhor, oculta a direção para a qual o enunciado aponta, suas intenções comunicativas – para melhor convencer o leitor.

Nesse sentido, Coracini (1991), ao apresentar os recursos que criam a ilusão da evidência empírica, explica que o pesquisador, por meio desses recursos, consegue interferir no seu leitor, em suas convicções, provocando transformações. Assim, entende-se que o discurso científico, assim como os demais, tem o intuito de possibilitar a comunicação do sujeito-enunciador² com os seus semelhantes, gerando reações e até mesmo mudança de pensamentos e atitudes. Por meio do discurso, é possível interagir socialmente e atuar no mundo. Por isso, Koch (2011, p.15) entende que a linguagem deve ser encarada como forma de ação, “ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”.

A partir disso, entende-se que o discurso científico foi construído historicamente e carrega, em maior ou menor grau, a subjetividade das pessoas que dele fazem uso e que o constroem. Assim, diferentes abordagens metodológicas podem originar diferentes construções textuais, revelando um maior grau de subjetividade do pesquisador ou procurando esconder essa subjetividade por meio de determinadas escolhas gramaticais. A próxima seção irá tratar das diferenças existentes entre as abordagens, em relação ao trabalho científico e em relação ao grau de subjetividade e argumentatividade dos textos científicos vinculados a cada uma delas.

²O termo “sujeito-enunciador”, empregado por Coracini (1991), diz respeito, no discurso científico, ao sujeito criado no ato de linguagem que deseja mostrar ao sujeito-destinatário (também criado no ato de linguagem) a sua competência e conhecimentos. Coracini (1991) também utiliza o termo “locutor”, em alguns momentos, afirmando que ele corresponde aproximadamente ao “sujeito-enunciador”, já que designa “aquele que assume, no texto, a responsabilidade do que é dito” (Coracini, 1991, p. 148). Além desses dois termos, Coracini (1991) também emprega “sujeito da comunicação”, que corresponde ao próprio pesquisador, ou seja, a um ser real. Neste trabalho, estamos considerando que os termos “sujeito-enunciador”, “enunciador”, “locutor” e “sujeito da comunicação”, apesar de não serem sinônimos, possuem o mesmo referente, que é o nosso autor-pesquisador, capaz de expressar sua subjetividade no texto científico. Da mesma forma, os termos “sujeito-destinatário”, “enunciatário”, “interlocutor” e “sujeito da interpretação” terão como referente o leitor do texto, seja ele ideal ou real. Desse modo, não nos preocuparemos, em nossa análise, com as diferenças existentes entre os termos.

1.2. AS ABORDAGENS QUANTITATIVA E QUALITATIVA NO DISCURSO CIENTÍFICO

A discussão sobre as diferenças entre as ciências humanas e as ciências exatas já é antiga. No século XIX, Comte (1978) buscou auferir, aos estudos das áreas de ciências humanas, o estatuto de Ciência, que antes pertencia somente às ciências exatas. Para isso, procurou estabelecer uma relação entre ciência e técnica, adotando, para as ciências humanas, as mesmas técnicas positivistas que eram utilizadas pelas ciências exatas. Sobre a vertente positivista, Pesce e Abreu (2013, p. 24) explicam:

[...] Na vertente metodológica positivista, a objetividade científica fundamenta-se no tratamento estatístico dos dados. A variável é, portanto, considerada elemento fulcral à quantificação dos fatos sociais. Por isso, o pesquisador positivista deve medir relações entre os fenômenos, testar hipóteses e procurar estabelecer generalizações por intermédio de técnicas de amostragem, tratamentos estatísticos e estudos experimentais controlados e mensurados com absoluta precisão.

Contudo, com a evolução das pesquisas nas áreas de humanas, constatou-se que as particularidades humanas tornam inadequadas, em muitos casos, os pressupostos positivistas para o estudo dos fenômenos sociais (Pesce; Abreu, 2013).

Assim, novas correntes sugeriram, reivindicando um estatuto epistemológico e metodológico próprio para as humanidades, sobretudo para as Ciências Sociais. Com isso, surge a diferença entre as abordagens metodológicas quantitativa e qualitativa.

A pesquisa quantitativa, por ter origem no pensamento positivista, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo e a lógica, tratando daquilo que pode ser mensurado de forma objetiva. Já a pesquisa qualitativa está mais interessada em analisar os fenômenos de forma holística, abrangente, ao mesmo tempo em que leva em consideração particularidades individuais e a dinamicidade do fenômeno, a fim de apreender a sua totalidade no contexto daqueles que o vivenciam (Polit *et al.*, 2004; Gerhardt; Silveira, 2009).

Segundo Polit *et al.* (2004), é possível diferenciar o método quantitativo do método qualitativo a partir de certas características que se opõem. As principais características da pesquisa quantitativa são: (1) focalizar uma

quantidade pequena de conceitos; (2) iniciar com ideias preconcebidas acerca da relação entre os conceitos; (3) utilizar procedimentos estruturados e instrumentos formais para a coleta de dados; (4) coletar os dados mediante condições de controle; (5) enfatizar a objetividade na coleta e na análise dos dados; e (6) analisar os dados numéricos por meio de procedimentos estatísticos.

Já as características da pesquisa qualitativa, que se opõem às da pesquisa quantitativa, respectivamente, são: (1) tentar compreender a totalidade do fenômeno; (2) partir de poucas ideias preconcebidas; (3) gerar dados sem instrumentos formais e estruturados; (4) não tentar controlar o contexto da pesquisa; (5) enfatizar o subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências; e (6) analisar as informações narradas de uma forma organizada, mas intuitiva.

Desse modo, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos que não podem ser mensurados, como os significados latentes do fenômeno e todo o conjunto de crenças, valores, atitudes e motivações que o envolvem. Por isso, a pesquisa qualitativa vai contra o pressuposto de um modelo único de pesquisa (Chizzotti, 2003; Gerhardt; Silveira, 2009) e torna-se muito mais aberta à inovação metodológica:

[...] Diferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas inscrevem-se como direções de pesquisa, sob o abrigo qualitativo, advogando os mais variados métodos de pesquisa, como entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso e qualificam a pesquisa como pesquisa clínica, pesquisa participativa, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, teoria engendrada (*grounded theory*), estudos culturais etc. [...] (Chizzotti, 2003, p. 222).

Além disso, segundo Pesce e Abreu (2013, p. 25), a pesquisa qualitativa parte da concepção de que toda a ação humana é eivada de subjetividade, o que gera o princípio da não neutralidade do observador, “posto tratar-se de sujeito imerso em circunstâncias historicamente datadas”. Ou seja, não há como o pesquisador ser neutro, já que as circunstâncias que o envolvem têm a ver com o contexto histórico em que ele está inserido e determinam os pressupostos metodológicos adotados na pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, partindo dos pressupostos de múltiplas possibilidades metodológicas e de não neutralidade do pesquisador,

possibilita também múltiplas formas textuais e diversas possibilidades de escrita. Segundo Chizzotti (2003, p. 222):

[...] As pesquisas tomam, por sua vez, formas textuais originais, recorrendo a todos os recursos lingüísticos, sejam estilísticos, semióticos ou diferentes gêneros literários, como conto, narrativas, relatos, memórias; recursos estilísticos diferenciados permitem apresentar de forma inovadora os resultados de investigações, criando um excitante universo de possibilidades. [...].

Assim, percebemos que os textos científicos escritos por um pesquisador que opta por uma abordagem qualitativa poderão fugir das formas tradicionais de escrita científica e acadêmica, podendo aderir a tipologias textuais diversas, bem como ao uso de mais marcas (ou marcas mais evidentes) de subjetividade no texto.

Conforme explica Richardson (2018), não há uma maneira única nem mais correta de se escrever um texto científico. Dessa forma, “desconstruir as práticas tradicionais de escrita torna os escritores mais conscientes das convenções de escrita e, portanto, mais competentemente capazes de fazer escolhas” (Richardson, 2018, p. 554). E são essas escolhas, realizadas pelos pesquisadores no momento da escrita dos seus textos, que serão analisadas neste trabalho.

1.3. OS GÊNEROS TEXTUAIS CIENTÍFICOS

Para entendermos como os pesquisadores fazem suas escolhas no momento de escrita dos seus textos de caráter científico, precisamos entender também como se organizam os gêneros textuais científicos e quais são as diferentes abordagens no estudo desses gêneros.

O estudo de gêneros textuais é um estudo complexo, que envolve desde uma perspectiva tradicional até as mais variadas vertentes, como a sociorretórica, a discursiva e a dialógica. Para os fins deste trabalho, consideraremos as abordagens tradicional, sociorretórica e discursiva no estudo de gêneros, verificando em que medida cada uma pode contribuir para a nossa análise.

Assim, ao trazer a perspectiva tradicional do estudo dos gêneros, faremos uma comparação entre os diferentes gêneros acadêmicos e buscaremos

entender de que forma o gênero dissertação, escolhido para compor o *corpus* deste trabalho, diferencia-se dos outros nessa perspectiva tradicional. Além disso, iremos verificar a estrutura do texto científico, ou seja, como ele se divide, quais são as suas partes, segundo essa perspectiva.

Em seguida, ao apresentar a perspectiva sociorretórica, mostraremos que o texto científico é movido por propósitos comunicativos e que sua organização pode ser entendida como uma organização retórica e cíclica, relacionada à distribuição das informações no texto.

Já com a perspectiva discursiva, poderemos entender a estrutura macrodiscursiva do texto científico e sua relação com os aspectos gramaticais empregados, que geram diferentes níveis de subjetividade e argumentatividade nos textos. Entendemos, assim como nessa perspectiva, que existe um texto científico primário, que é todo texto científico “que se propõe a relatar uma experiência” (Coracini, 1991, p. 95). Assim, o texto científico primário constitui uma estrutura textual comum a vários gêneros, como o artigo científico, a dissertação e a tese. Por esse motivo, consideraremos que aquilo que é colocado sobre o texto científico primário, ou sobre o texto científico de modo geral, nas diferentes vertentes analisadas, se aplica em certa medida à dissertação, que é o gênero textual aqui investigado.

1.3.1. Perspectiva tradicional do estudo de gêneros

Dentro da perspectiva tradicional do estudo de gênero textuais acadêmicos, selecionamos manuais voltados para pesquisadores e estudantes de nível superior, cujo objetivo é auxiliá-los na elaboração de textos científicos.

Lakatos e Marconi (2003) apresentam um guia de metodologia científica, que trata, dentre outros assuntos, dos gêneros textuais acadêmicos. As autoras classificam como “trabalhos científicos” os gêneros textuais que correspondem aos trabalhos de conclusão da Graduação, do Mestrado e do Doutorado, que são, respectivamente, a monografia, a dissertação e a tese.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), existe uma variedade de concepções em relação ao que constitui uma monografia, uma dissertação e uma tese. Para alguns autores, apesar de o nome “monografia” poder ser empregado de forma genérica a todos os trabalhos científicos, esses trabalhos diferenciam-se uns dos

outros de acordo com “o nível da pesquisa, a profundidade e a finalidade do estudo, a metodologia utilizada e a originalidade do tema e das conclusões” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 237). Assim, a monografia, a dissertação e a tese seguem uma ordem ascendente em relação à originalidade, à profundidade e à extensão.

Dessa forma, Lakatos e Marconi (2003) apontam três autores que conceituam o texto científico dissertação. Esses diferentes conceitos estão representados no Quadro a seguir:

Quadro 1: Diferentes concepções de dissertação

O CONCEITO DE “DISSERTAÇÃO”		
Salvador (1980)	Rehfeldt (1980)	Salomon (1999)
“um estudo teórico, de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de idéias sobre determinado tema” (Salvador, 1980, p. 35).	“aplicação de uma teoria existente para analisar determinado problema” (Rehfeldt, 1980, p. 62)	“trabalho feito nos moldes da tese com a peculiaridade de ser ainda uma tese inicial ou em miniatura” (Salomon, 1999, p. 222).

Fonte: adaptado de Lakatos e Marconi (2003, p. 238)

Para as autoras, a dissertação se situa entre a monografia e a tese, “porque aborda temas em maior extensão e profundidade do que a primeira e é fruto de reflexão e de rigor científico, próprio da tese” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 239). Segundo elas, a estrutura e o plano de trabalho da dissertação são praticamente idênticos aos da tese, mas a grande diferença entre os dois gêneros é que, na tese, o pesquisador deve apresentar uma “contribuição significativa na solução de problemas importantes” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 239), colaborando para o avanço científico em sua área de estudo. Ou seja, nessa perspectiva, a tese precisaria apresentar maior originalidade e trazer soluções inovadoras para problemas relacionados à área de investigação, diferentemente da dissertação, que se limitaria à aplicação de uma teoria já existente.

Portanto, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 238), a dissertação é “um tipo de trabalho científico apresentado ao final do curso de pós-graduação, visando obter o título de mestre”, o qual requer defesa de tese e tem caráter didático, pois constitui um treinamento ou iniciação à investigação. Além disso,

a dissertação requer sistematização, ordenação e interpretação dos dados e, por ser um estudo formal, requer também metodologia própria do trabalho científico (Lakatos; Marconi, 2003).

Lakatos e Marconi (2003) ainda explicam que, para Salvador (1980), a dissertação pode ser de dois tipos: expositiva ou argumentativa. A dissertação expositiva reúne e relaciona materiais obtidos de diferentes fontes, expondo o assunto de maneira fidedigna e demonstrando habilidade de levantamento e organização de ideias. Já a dissertação argumentativa requer a interpretação das ideias apresentadas, além da definição de um posicionamento por parte do pesquisador.

Em relação às partes que compõem a dissertação, Lakatos e Marconi (2003) explicam que o plano de trabalho (esquema) desse gênero textual obedece à estrutura comum dos trabalhos científicos. Desse modo, a dissertação é composta por: Introdução, Desenvolvimento e Conclusões.

A **Introdução** consiste “na formulação do tema, delimitação no tempo e no espaço, objeto, objetivos, justificativa, metodologia e referência teórica” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 243). O **Desenvolvimento** constitui o corpo da dissertação, o qual inclui: revisão da literatura, formulação do problema, apresentação de hipóteses e variáveis, definição dos pressupostos teóricos, descrição dos métodos e das técnicas da pesquisa, explicitação dos conceitos, análise e interpretação dos dados. Cada um desses itens constitui, em geral, um capítulo ou subcapítulo da dissertação. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a disposição do desenvolvimento faz-se em três estágios: explicação, discussão e demonstração. Por fim, as **Conclusões** são “a apresentação dos principais resultados obtidos, vinculados à hipótese de investigação, cujo conteúdo foi comprovado ou refutado” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 243).

Em relação à parte de descrição dos métodos e das técnicas da pesquisa (Metodologia), Lakatos e Marconi (2003) afirmam que ela é composta por: (a) Método de Abordagem; (b) Métodos de Procedimento; (c) Técnicas; (d) Delimitação do Universo (descrição da população); e (e) Tipo de Amostragem.

O Método de Abordagem caracteriza-se por “uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 221). Ele engloba os tipos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

Já os Métodos de Procedimento, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 221), constituem “etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”. Essas etapas pressupõem uma atitude mais concreta em relação ao fenômeno investigado e estão limitadas a um domínio particular, variando de acordo com a área do conhecimento. Nas ciências sociais, alguns dos Métodos de Procedimento mais utilizados são: histórico, comparativo, estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista.

As Técnicas correspondem à parte prática de coleta de dados. Elas podem ser classificadas em dois grupos: documentação indireta, abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica; e documentação direta, abrangendo, nas ciências sociais, observação, entrevista, questionário, formulário, testes, análise de conteúdo, pesquisa de mercado etc. (Lakatos; Marconi, 2003). A Delimitação do Universo e o Tipo de Amostragem, por sua vez, constituem os critérios de escolha e delimitação do *corpus* investigado.

Takahashi e Saheki (2020) trazem uma estrutura similar para os trabalhos acadêmicos. Segundo as autoras (2020), os textos acadêmicos são divididos em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, sendo que o Desenvolvimento contém as seguintes partes: Revisão da literatura, Métodos, Resultados e Discussão.

Na **Revisão da literatura**, o autor mapeia a bibliografia já existente sobre o assunto, demonstra seu conhecimento sobre o tema e verifica a existência de trabalhos similares ao seu. Nos **Métodos**, ele “descreve o percurso da pesquisa para alcançar o objetivo” (Takahashi; Saheki, 2020, p. 36). Assim, segundo Takahashi e Saheki (2020), é recomendado que o texto, nessa parte, siga uma lógica e possua clareza para que o método e os procedimentos possam ser reproduzidos posteriormente por um outro pesquisador. Já nos **Resultados**, o autor apresenta os dados coletados de forma objetiva, sem tecer considerações pessoais. Por fim, na **Discussão**, ele analisa e interpreta os dados obtidos nos resultados. Segundo Takahashi e Saheki (2020, p. 36), é nesta última parte que “o autor tem a oportunidade de argumentar sua opinião, fazer a ligação entre o Problema, os Resultados e a comparação com outros trabalhos anteriormente publicados”.

Assim, com base na estrutura apresentada por Takahashi e Saheki (2020), percebemos que existem partes do texto que dão maior abertura para a expressão de subjetividade e outras que dão menor abertura. Compreende-se, pela explicação das autoras, que a parte de Métodos e a parte de Resultados constituem partes mais objetivas do texto, em que serão descritos os procedimentos e apresentados os dados, respectivamente, de forma objetiva. Já a parte de Discussão dá uma maior abertura para a expressão de subjetividade, por ser a parte de análise e interpretação dos dados, em que o autor pode argumentar e trazer sua opinião.

A partir dessa perspectiva tradicional, já é possível estabelecer algumas hipóteses iniciais sobre o funcionamento dos textos acadêmicos e sobre como cada uma das partes do texto poderão comportar-se em relação à expressão de subjetividade. Vejamos agora como uma perspectiva sociorretórica pode contribuir para o nosso entendimento desses gêneros.

1.3.2. Perspectiva sociorretórica do estudo de gêneros

O trabalho de Swales (1990) foi pioneiro na análise de gêneros no contexto da escrita acadêmica, que hoje é entendida como uma análise sociorretórica dos gêneros textuais acadêmicos. O autor apresenta um estudo sobre gêneros textuais que toma como base diversas áreas do conhecimento, como: a linguística sistêmico-funcional, a retórica, a psicopedagogia, a análise do discurso, a etnografia e a teoria do ensino da produção textual.

Miller (1984), com sua concepção retórica de gênero textual, foi uma importante referência para Swales (1990), ao trazer o entendimento de que o gênero textual é mais do que uma entidade formal. Segundo Miller (1984), o gênero, visto sob a ótica da prática retórica, torna-se pragmático, totalmente retórico, um ponto de conexão entre a intenção do autor e o efeito provocado no leitor e, sobretudo, um aspecto da ação social³. Nessa perspectiva, os membros de uma comunidade, para fazerem uso dos gêneros textuais, precisam saber que finalidades eles desejam alcançar com seu discurso.

³ Do original: "Genre, in this way, becomes more than a formal entity; it becomes pragmatic, fully rhetorical, a point of connection between intention and effect, an aspect of social action" (Miller, 1984, p. 153).

É baseado nisso que Swales (1990) afirma que, na caracterização dos gêneros textuais, o aspecto mais importante a ser considerado é o propósito comunicativo. Isso porque, segundo o autor, “os gêneros são veículos comunicativos para o alcance de objetivos” (Swales, 1990, p. 46, tradução nossa).

Além do propósito comunicativo, Swales (1990) afirma que é importante considerar que os gêneros são uma classe de eventos comunicativos, entendendo um evento comunicativo como “aquele em que a linguagem (e/ou paralinguagem) desempenha um papel significativo e indispensável” (p. 45, tradução nossa). Nesse caso, os gêneros designam determinados tipos de evento comunicativo, compreendendo não apenas o próprio discurso e seus participantes, mas também o papel desse discurso e o ambiente da produção e da recepção, além das associações histórico-culturais.

Outros pontos a serem considerados na caracterização dos gêneros, segundo Swales (1990), são: a prototipicidade, a razão ou lógica subjacente (relacionada às expectativas de uma determinada comunidade discursiva) e o uso de uma terminologia específica no uso do gênero pela comunidade.

Em um trabalho posterior, de Askeahave e Swales (2001), Swales revê a importância dada ao propósito comunicativo na caracterização dos gêneros. Segundo Askeahave e Swales (2001), o propósito comunicativo é menos visível do que a forma. Além disso, como um mesmo gênero pode ter mais de um propósito e esses propósitos nem sempre são claros, faz mais sentido tratar de propósitos em camadas, ou seja, vários propósitos que se sobrepõem, de forma complexa, do que de propósito (no singular).

Por isso, Askeahave e Swales (2001) consideram que o propósito é tão importante quanto os demais aspectos na caracterização dos gêneros e dão uma importância maior ao contexto discursivo. A partir de um procedimento contextual para a identificação do gênero, o propósito comunicativo é levado em consideração assim como a comunidade discursiva e seus valores, suas expectativas e seu repertório de gêneros e de traços que compõem os gêneros textuais (Askeahave; Swales, 2001; Hemais; Biasi-Rodrigues, 2005).

Ainda em Swales (1990), nos é apresentado o modelo de análise de gêneros textuais denominado modelo *Create a Research Space* (CARS), que caracteriza o gênero textual a partir da sucessão de movimentos retóricos que o

compõem. No trabalho do autor, esse modelo identifica os movimentos retóricos que compõem as introduções de artigos de pesquisa. Esses movimentos são: (1) estabelecer o território; (2) estabelecer o nicho; e (3) ocupar o nicho.

O primeiro movimento, *estabelecer o território*, é aquele em que o autor do artigo vai estabelecer a importância da pesquisa, fazer generalizações quanto ao tópico e revisar a literatura. Já o segundo movimento, *estabelecer o nicho*, é aquele em que o autor vai contra-argumentar, indicar lacunas no conhecimento, provocar questionamentos ou continuar a tradição já estabelecida naquele nicho. Já o terceiro movimento, *ocupar o nicho*, é aquele no qual o autor vai delinear os objetivos da pesquisa ou apresentar a sua pesquisa e no qual ele pode apresentar os seus principais resultados e indicar a estrutura do artigo.

A partir desse exemplo, vemos como os textos e as suas partes podem ser caracterizados a partir de uma sucessão de movimentos retóricos. Esses movimentos retóricos formam padrões que caracterizam os gêneros textuais.

Utilizando o modelo proposto por Swales (1990), Biasi-Rodrigues (1999) estabelece uma organização retórica para resumos de dissertações. Segundo a autora, os resumos das dissertações de Mestrado são organizados a partir das seguintes unidades retóricas: (1) apresentação da pesquisa; (2) contextualização da pesquisa; (3) metodologia; (4) resultados; e (5) conclusão.

Na primeira unidade, *apresentação da pesquisa*, o tópico principal da pesquisa é exposto e/ou o seu objetivo é apresentado. Na segunda unidade, *contextualização da pesquisa*, é indicada a área do conhecimento à qual se vincula a pesquisa e/ou pesquisas, teorias e modelos anteriores são citados. Já na terceira unidade, *metodologia*, os procedimentos gerais realizados na pesquisa são descritos e/ou as variáveis são relacionadas e/ou o método da pesquisa é citado. Na quarta unidade, *resultados*, os fatos/achados são relacionados e/ou as evidências são comentadas. Por fim, na unidade *conclusão*, as conclusões são apresentadas e/ou as hipóteses são relacionadas aos resultados e/ou uma contribuição é oferecida.

Segundo Biasi-Rodrigues (1999, p. 33), a distribuição sequencial das unidades retóricas dos resumos “reproduz, em certa medida, a estrutura padrão do gênero dissertação e de outros gêneros acadêmicos que relatam pesquisas”. Assim, podemos considerar, em um primeiro momento, que as dissertações de Mestrado possuem uma organização retórica bastante similar à observada por

Biasi-Rodrigues (1999) nos resumos, porém com o desenvolvimento muito maior de cada unidade retórica.

Além disso, a autora (1999) explica que essas unidades retóricas, muitas vezes, não seguem uma ordem linear, tradicional, mas que costumam apresentar, nos termos de Swales (1990, p. 158), “configurações complexas ou cíclicas”. Ou seja, uma unidade retórica pode ser retomada ao longo do texto após ser intercalada por outras unidades. Dessa forma, uma unidade não se encerra quando outra é introduzida. As unidades podem reincidir no texto, gerando esse movimento cíclico.

Assim, segundo Biasi-Rodrigues (1999, p. 36), há “cinco unidades retóricas básicas e variadas opções de distribuição de informações”. Ou seja, as unidades constituem apenas uma referência de organização retórica, sendo empregadas no texto de diferentes formas, a partir das decisões feitas pelo escritor em relação à distribuição das informações.

Motta-Roth e Hendges (2010) também fazem uso de uma abordagem sociorretórica para explicar a estrutura do artigo científico. Entendendo que o texto científico, de modo geral, costuma ter a mesma estrutura, podemos considerar que sua proposta também pode ser aplicada, em certa medida, às dissertações de Mestrado analisadas neste trabalho.

Segundo as autoras (2010, p. 117), a seção de Metodologia, no artigo científico, diferencia-se das demais seções por apresentar os materiais e os procedimentos utilizados na pesquisa em uma linguagem mais sintética, constituindo “uma narrativa das ações desenvolvidas na pesquisa”. Segundo elas relatam, nos artigos acadêmicos de Medicina estudados por Nwogu (1997), foram encontrados, na seção de Metodologia, três tipos de descrição: (1) do procedimento de coleta de dados; (2) do procedimento experimental; (3) do procedimento de análise de dados. Esses três tipos de descrição podem ser entendidos como três partes da seção de Metodologia, constituindo uma estrutura retórica. Essa estrutura retórica, por sua vez, ocorre de forma bastante similar em artigos de outras áreas, como a Bioquímica, conforme estudo realizado por Kanoksilapatham (2005). Contudo, em artigos da área de Administração estudados por Lim (2006), há uma diferença nessa estrutura: em vez de a segunda parte ser a descrição do procedimento experimental, ela é a definição dos procedimentos para mensurar variáveis.

Uma diferença percebida por nós entre a estrutura apresentada por Lim (2006) para os artigos acadêmicos de Administração e as estruturas apresentadas por Nwogu (1997) e Kanoksilapatham (2005) para os artigos de Medicina e Bioquímica, respectivamente, foi em relação aos passos que compõem cada uma dessas três partes da Metodologia. É possível perceber que, na Metodologia da área de Administração, cada uma das partes apresenta um passo relacionado a uma justificativa das escolhas que foram feitas, o que não ocorre em Medicina nem em Bioquímica. Assim, na estrutura de Lim (2006), a primeira parte, que é a descrição do procedimento de coleta de dados, é composta por três passos, sendo que o terceiro é “justificar o(s) procedimento(s) de coleta de dados”. O mesmo ocorre nas outras duas partes, o que mostra que, para as pesquisas em ciências humanas e sociais, é importante justificar as escolhas relacionadas à metodologia empregada.

Segundo Motta-Roth e Hendges (2010), essas diferenças na seção de Metodologia relacionadas à área de conhecimento da pesquisa ocorrem, pois, em áreas como Ciências Sociais e Educação, consideradas ciências sociais e humanas, a metodologia, como conjunto de métodos e técnicas pesquisa, pode gerar um “acalorado debate”, conforme postulado por Swales e Feak (1994). Isso porque, muitas vezes, a inovação ou a contribuição principal de um estudo nessas áreas é justamente um avanço no método de pesquisa. Já em outras áreas, como a Química e a Física, consideradas ciências exatas e da natureza, existe maior uniformidade e padronização dos métodos utilizados na construção do conhecimento.

Já em relação à seção de análise e discussão dos resultados, também conhecida como Resultados e Discussão, Motta-Roth e Hendges (2010, p. 125) explicam que essa é a parte do texto em que “os dados obtidos no estudo são apresentados, comentados, interpretados [...] e discutidos em relação ao que se avançou no conhecimento do problema, em relação ao estado da arte”. A partir disso, as autoras propõem oito movimentos retóricos para essa parte do texto: (1) recapitulação de informação metodológica; (2) declaração dos resultados; (3) explicação do final in(esperado); (4) avaliação da descoberta; (5) comparação da descoberta com a literatura; (6) generalização; (7) resumo; e (8) conclusão.

Nem sempre todos os movimentos são realizados, mas os movimentos dois, três, cinco e oito são considerados essenciais por Motta-Roth e Hendges

(2010). O movimento três, explicação do final in(esperado), é entendido pelas autoras como um movimento de interpretação dos resultados, que abre bastante espaço para a manifestação de subjetividade. Os movimentos quatro e oito também possibilitam bastante essa manifestação. Além disso, o movimento oito, conclusão, pode aparecer como uma seção à parte, que é o que costuma acontecer. Nesse movimento, é comum que o autor do texto recomende futuros aprofundamentos das questões discutidas no trabalho, ou seja, que realize projeções para o futuro da pesquisa.

Motta-Roth e Hedges (2010) ainda explicam que a modalização utilizada na parte de Resultados e Discussão está muito mais relacionada à sinalização de incerteza, possibilidade ou probabilidade do que de certeza, já que dificilmente o pesquisador está na posição de oferecer a verdade. Por isso, o que ele pode e deve fazer é elaborar uma interpretação, a qual pode ser refutada posteriormente por outro pesquisador.

Assim, podemos entender essas duas partes do texto científico, Metodologia e Resultados e Discussão, como compostas por movimentos retóricos. Esses movimentos, por sua vez, podem mudar de acordo com a área do conhecimento em que a pesquisa está inserida e de acordo com as intenções do autor do texto.

1.3.3. Perspectiva discursiva do estudo de gêneros

Coracini (1991) traz o estudo dos gêneros textuais acadêmicos para uma perspectiva discursiva. Dessa forma, ela apresenta as partes do que ela chama de *texto científico primário*, que seria o texto científico que se propõe a relatar uma experiência, o qual procura reproduzir cronologicamente as etapas necessárias à realização da experiência em uma organização textual padronizada. O esquema do texto científico primário representa principalmente o esquema do artigo científico, mas pode representar também os esquemas de outros gêneros de caráter científico. Assim, as partes do texto científico primário, segundo Coracini (1991, p. 95), são:

- 1) introdução: define o objeto da pesquisa, justifica a pesquisa, mostra a sua relevância, reforça seus argumentos referindo-se a pesquisas anteriores;

- 2) material e métodos: define o método, narra as etapas que o pesquisador seguiu para a consecução da experiência;
- 3) resultados: descreve, seja por tabelas, seja simplesmente por comentários, os resultados da experiência;
- 4) discussão: discute, recorrendo a dados bibliográficos, a pesquisa realizada;
- 5) conclusão: conclui e abre os horizontes da própria pesquisa (proposta de novas pesquisas).

A partir disso, Coracini (1991) busca estabelecer uma relação entre as partes do texto científico primário e a expressão de subjetividade, trazendo uma proposta de como se dá a sua organização macrodiscursiva a partir de duas categorias, que constituem partes do texto que se encontram encaixadas uma na outra: o *texto envolvido* e o *texto envolvente*.

Segundo essa proposta, o texto envolvido abarca o relato da experiência ou pesquisa, além de todo enunciado que, nos diferentes momentos do texto, se refere à pesquisa. Já o texto envolvente constitui o todo discursivo, trazendo não só o relato na experiência como as considerações e os comentários do pesquisador. Nesse sentido, a palavra “envolvente” assumiria, segundo Coracini (1991), dois valores: “a) no sentido de ‘englobante’, uma vez que guarda em si um outro texto; e b) no sentido de que pretende envolver enunciador e enunciatário: aquele tentando atrair o seu leitor e convencê-lo do valor da experiência ou da proposta metodológica” (Coracini, 1991, p. 85).

Assim, a autora entende que o texto envolvido se configura de tipo narrativo e se caracteriza pela sequência temporal, enquanto o texto envolvente se configura de tipo argumentativo, dizendo respeito às intenções por trás dos enunciados e aos aspectos pragmáticos, que se revelam por meio de marcas de subjetividade no texto.

Por essa razão, segundo Coracini (1991), o discurso envolvido é geralmente utilizado para descrever a metodologia empregada, por meio do uso de tempos verbais relacionados ao passado, como o pretérito perfeito simples, descrevendo os procedimentos realizados.

Já o discurso envolvente é utilizado para: (1) caracterizar o objeto; (2) apresentar o objetivo da pesquisa; (3) se referir a pesquisas anteriores; e (4) prenunciar novas pesquisas.

A caracterização do objeto e a apresentação do objetivo da pesquisa ocorrem na *introdução*, segundo o esquema proposto por Coracini (1991). Já a referência a pesquisas anteriores pode fazer parte da *introdução* e da *discussão*.

O que há em comum entre essas partes do texto é o uso predominante do tempo presente do indicativo. Até mesmo na referência a pesquisas anteriores, segundo Coracini (1991), o tempo presente é predominante, como se observa em seu *corpus*:

- (1) Kuijt (1971) *ênfatiza* que esse assunto *deve continuar* a ser estudado (...). Segundo Thoday (1961) as variações e semelhanças (...) *podem ocorrer* em taxons bem separados ou no mesmo taxom. Hamilton e Barlow (1963) *verificaram* que as estruturas de união entre o parasita e o hospedeiro são geralmente constantes (...). Kuijt *menciona* que o haustório primário não *foi* ainda *descrito* (...). Informações desse tipo *podem*, segundo o autor, *contribuir* para a delimitação genérica desse grupo (...). Contudo, *afirma* o autor (...) *torna-se necessário elucidar* (...). Trabalhos anteriores sobre o haustório (...) *foram desenvolvidos* por Heil (1927), Rizzini (1951), Shimoya e Gomide (1969), e Kuijt (1971). [...].⁴

De acordo com Coracini (1991), o tempo presente ocorre “quando o enunciador comenta as pesquisas que o precederam, no sentido de torná-las relevantes para o artigo em questão” (Coracini, 1991, p. 99), ou seja, o presente, nesse caso, aproxima pesquisas anteriores da pesquisa abordada no texto científico, que constitui o momento atual da enunciação. Além disso, o presente indica, muitas vezes, uma atitude de julgamento ou interpretação por parte do enunciador em relação aos discursos de outros pesquisadores, como no exemplo: “Schultze corrobora com essa ideia de Warming”, em que o verbo “corroborar” indica uma interpretação por parte do enunciador, uma avaliação do discurso do outro.

Contudo, o pretérito perfeito simples também ocorre na referência a pesquisas anteriores, como se percebe no exemplo: “Hamilton e Barlow (1963) *verificaram* que as estruturas de união entre o parasita e o hospedeiro são geralmente constantes”. Segundo Coracini (1991), nos casos em que se usa o pretérito perfeito simples, o verbo expressa um trabalho ou uma ação pontual do pesquisador, referindo-se a uma obra específica, ao passo que, com o uso do

⁴ Corpus P-XI (CORACINI, 1991, p. 99).

presente, os verbos parecem referir-se ao próprio autor do artigo, colocando as suas contribuições em um *status* atemporal.

O prenúncio de novas pesquisas, por sua vez, ocorre na *conclusão* e está marcado principalmente pelo uso do futuro do presente.

Desse modo, percebe-se que a parte do texto que corresponde à descrição da metodologia empregada é a única que, segundo Coracini (1991), constitui um discurso envolvido e, portanto, menos engajado e menos subjetivo.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Neste primeiro capítulo, foi possível entender como a ciência e o discurso científico vêm sendo concebidos ao longo dos séculos, bem como os gêneros textuais científicos são entendidos sob diferentes perspectivas, sobretudo a perspectiva discursiva, que estrutura esses gêneros considerando que eles são compostos por uma parte mais subjetiva (discurso envolvente) e uma parte menos subjetiva (discurso envolvido).

Dessa forma, é possível entender como esses aspectos discursivos influenciam nas escolhas realizadas por pesquisadores em relação ao uso de determinadas marcas gramaticais. A partir disso, podemos analisar mais a fundo o papel dos aspectos gramaticais, como a pessoa e o tempo, na expressão de subjetividade e na construção de sentidos.

CAPÍTULO 2

PESSOA, TEMPO E MODALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

INTRODUÇÃO

Conforme vimos no capítulo anterior, aspectos gramaticais, como o tempo, podem compor diferentes discursos e criar o efeito de sentido de maior objetividade ou maior subjetividade, de maior neutralidade ou maior engajamento com o que está sendo dito.

De acordo com Coracini (1991, p. 89), no discurso científico, são utilizadas algumas estratégias para criar a chamada “ilusão da evidência empírica”. Essas estratégias, segundo a autora, são responsáveis por criar a ilusão de uma reprodução objetiva e imparcial do experimento e incluem, por exemplo, a tentativa de apagamento do enunciador (como no uso da voz passiva e da terceira pessoa) e a organização dos eventos em uma sequência linear.

Em contrapartida, outras estratégias podem ser utilizadas para expressar subjetividade por parte do autor-pesquisador e contribuir para a argumentatividade do texto, como a marcação de pessoa, especialmente com o uso da primeira pessoa do singular, e o uso da modalidade explícita.

Assim, existem três aspectos gramaticais responsáveis por estabelecer o “nível de subjetividade” nos textos: pessoa, tempo e modalidade. Neste capítulo, serão analisadas essas três categorias sintático-semânticas, a fim de entender como elas podem ser utilizadas para forjar objetividade ou para manifestar subjetividade. Trataremos da pessoa e do tempo na criação de efeitos de sentido de maior objetividade ou subjetividade, sob uma perspectiva discursiva, e abordaremos a modalidade a partir de três diferentes perspectivas, já que ela constitui o aspecto gramatical central da investigação realizada neste trabalho. Desse modo, a modalidade será explorada não só em relação à sua aplicação no discurso, mas também nos seus aspectos sintáticos e semânticos, em outras vertentes.

O capítulo divide-se em três seções, sendo que cada uma aborda uma das marcas gramaticais. Na primeira seção, a marcação de pessoa é analisada

em relação à criação de aproximação ou distanciamento entre autor e leitor. Na segunda, o tempo é analisado a partir dos conceitos de mundo comentado e mundo narrado, de Weinrich (1968), e discurso envolvido e discurso envolvente, de Coracini (1991). Já a terceira seção aborda a modalidade sob três diferentes perspectivas: a formal, a funcional e a textual. Cada uma delas traz uma contribuição para a seleção e a análise dos verbos modais feitas neste trabalho.

2.1. A MARCAÇÃO DE PESSOA NO DISCURSO

A expressão de pessoa pode se dar, segundo Fiorin (1996), por meio de três conjuntos de morfemas: os pronomes pessoais retos e oblíquos, como “eu” e “mim”; os pronomes possessivos, como “meu”; e as desinências número-pessoais do verbo, como a desinência “-i” em “cantei”.

O autor explica que, em relação às pessoas do discurso, uma distinção precisa ser feita entre a terceira pessoa e as demais. A terceira pessoa, segundo o autor, é empregada quando não se designa pessoa alguma, na chamada expressão impessoal. O pronome “ele” (terceira pessoa) pode referir-se a uma infinidade de sujeitos, enquanto os pronomes “eu” e “tu” são únicos, ou seja, referem-se, necessariamente, à primeira pessoa do discurso e à segunda, respectivamente. Além disso, “eu” e “tu”, por constituem o enunciador e o enunciatário no processo de enunciação, são reversíveis. Com o pronome “ele”, por sua vez, não é possível essa reversibilidade, pois o referente desse pronome não pode assumir uma posição de actante na enunciação. Assim, “ele” é considerado por Benveniste (1966), inicialmente, e por Fiorin (1996), em sequência, uma não-pessoa.

Além disso, Fiorin (1996) considera que a terceira pessoa do singular e a terceira do plural formam uma única categoria, enquanto as outras pessoas formam categorias à parte. A partir dessa concepção, essas cinco categorias são mobilizadas nos mais diversos discursos a fim de criar os efeitos de sentido de personalidade e impessoalidade, de aproximação e distanciamento.

De acordo com o autor, em um discurso, a pessoa pode ser subvertida, ou seja, pode haver uma troca da marca de pessoa que seria atribuída, inicialmente, a um determinado referente por uma outra marca de pessoa, que não tem a ver com a sua posição no discurso. Por exemplo, é muito comum, em

um discurso no qual se almeja um distanciamento por parte do enunciador, que a terceira pessoa seja utilizada por ele em referência a si mesmo, em detrimento da primeira do singular. Nesses casos, “ele” é um “eu” mantido à distância (Fiorin, 1996). Nessa situação, “é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como papel social” (Fiorin, 1996, p. 86).

Para o autor, a subversão na pessoa cria os efeitos de sentido de aproximação ou distanciamento, a partir da escolha de expressar ou não a fonte enunciativa. A aproximação se dá a partir da expressão da subjetividade, considerando a *pessoa*, a individualidade, a qual é expressa principalmente pela primeira pessoa do singular. Já o distanciamento busca a objetividade, considerando a *persona*, o papel social, expressando-se principalmente pela terceira pessoa, que é a não-pessoa do discurso.

A partir desse entendimento do papel das marcas de pessoa no discurso para a construção de mais subjetividade ou mais objetividade, vejamos agora como as marcas de tempo contribuem para a criação desses efeitos de sentido.

2.2. O TEMPO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Conforme foi mostrado no capítulo anterior, o tempo é utilizado para demarcar a diferença entre um discurso mais ou menos engajado. É, portanto, uma categoria de grande importância para entendermos a construção discursiva do texto científico, como veremos a seguir.

2.2.1. Dois mundos no discurso: o mundo narrado e o mundo comentado

Koch (2011) resenha a proposta de Weinrich (1968), apresentada na obra “Tempus”, acerca da função dos tempos verbais no discurso. Weinrich (1968) propõe que, nas línguas, os tempos verbais não têm relação direta com o tempo cronológico e podem ser divididos em dois grandes grupos, relacionados a diferentes funções discursivas. Esses dois grandes grupos compõem os chamados *mundo narrado* e *mundo comentado*, entendendo que “mundo” é o possível conteúdo de uma comunicação linguística. Os tempos verbais que

compõem o mundo narrado têm relação, originalmente, com o passado, ou seja, com um momento anterior ao da enunciação. São eles os tempos do indicativo: pretérito perfeito simples (*andei*), pretérito imperfeito (*andava*), pretérito mais que perfeito (*andara*), futuro do pretérito (*andaria*) e locuções verbais formadas com esses tempos (*tinha andado, ia andar*). Já os tempos verbais que compõem o mundo comentado têm relação, originalmente, com o presente e com o futuro, ou seja, com um momento contemporâneo ao momento da enunciação e com um momento que ainda não ocorreu quando o discurso é proferido e que retrata somente uma projeção. São eles os tempos do indicativo: presente (*ando*), pretérito perfeito composto (*tenho andado*), futuro do presente (*andarei*), futuro do presente composto (*terei andado*), além das locuções verbais formadas com esses tempos (*estou andando, vou andar*).

Segundo a proposta de Weinrich (1968), pertencem ao mundo narrado todos os tipos de relato. O mundo narrado trata de eventos relativamente distantes, os quais não podem sofrer interferência dos interlocutores. O mundo narrado, portanto, permite uma atitude mais “relaxada” por parte dos interlocutores. Já o mundo comentado engloba eventos e coisas que afetam os interlocutores diretamente. Trata-se, portanto, de um mundo que pode sofrer influência desses interlocutores e que, por isso, é apresentado a partir de uma atitude mais tensa, com maior engajamento por parte do enunciador, que busca provocar o mesmo engajamento no enunciatário.

Segundo Weinrich (1968), “comentar é falar comprometidamente” (Weinrich, 1968, p. 69 apud Koch, 2011, p. 36). No mundo comentado, o falante está comprometido, pois seu discurso é uma forma de agir no mundo. Dessa forma, entende-se que os tempos verbais do presente e do futuro relacionam-se a uma atitude mais engajada e possibilitam ao enunciador agir no mundo por meio da linguagem.

Portanto, assim como a modalidade, os tempos verbais podem contribuir para a identificação da maior ou menor presença da manifestação da subjetividade do enunciador no texto, além da identificação do seu grau de engajamento com o conteúdo enunciado e das suas intenções comunicativas. É isso que poderá ser percebido nas noções de *discurso envolvido* e *discurso envolvente*.

2.2.2. Discurso envolvido e discurso envolvente

Ao tratar dos textos de caráter científico, Coracini (1991) propõe duas categorias, já apresentadas anteriormente: o *texto envolvido* e o *texto envolvente*.

A autora relaciona os conceitos de texto envolvido e texto envolvente aos diferentes tempos gramaticais presentes no discurso científico. Para isso, ela leva em consideração o trabalho de Weinrich (1973), entendendo, assim como ele, que o tempo gramatical não tem relação direta com o tempo cronológico.

Desse modo, Coracini (1991) entende que o texto envolvido compõe um *discurso envolvido*, o qual faz uso, principalmente, dos tempos verbais do pretérito, apresentando um relato da pesquisa, ou seja, uma narração do procedimento investigativo, tratando-se de um discurso menos tenso e menos engajado, como no exemplo extraído do *corpus* da autora (1991, p. 96-97):

- (2) Uma única coleta *foi realizada*, em novembro de 1970, na reserva de cerrado da Estação Florestal de Experimentação de Paraopeba, Estado de Minas Gerais, Brasil... *Foram escolhidas dez árvores adultas e, de cada uma, coletados de seis a dez ramos vegetativos recentes*.⁵

Assim, tanto o tempo gramatical pretérito perfeito simples quanto outros tempos que se referem ao passado são mais comumente utilizados nesse tipo de discurso. Dessa forma, esses tempos “têm como efeito de sentido a impressão de objetividade, que se manifesta no texto científico pelo uso de unidades e enunciados que representem, o mais fielmente possível, o seu referente” (Coracini, 1991, p. 102). Ou seja, ao utilizar os tempos verbais do pretérito, sobretudo o pretérito perfeito simples, para se referir a eventos e ações que se deram no passado, o pesquisador estabelece uma relação entre o tempo verbal e o tempo cronológico, o que garante objetividade ao seu texto e, conseqüentemente, credibilidade ao seu discurso.

O texto envolvente, por sua vez, compõe um *discurso envolvente*, o qual faz uso, principalmente, dos tempos verbais relacionados ao presente e, em alguns casos, dos tempos verbais relacionados ao futuro. Trata-se de um

⁵ Corpus P-XXI (Coracini, 1991, p. 96-97).

discurso em que o grau de engajamento do enunciador e suas intenções ficam em evidência.

O tempo gramatical presente, que é o mais comum nesse tipo de discurso, além de se prestar à apresentação de eventos que coincidem com o momento da enunciação (função dêitica), serve sobretudo a intenções mais ou menos conscientes do enunciador de tecer comentários, discutir, expressar o seu grau de engajamento e, dessa forma, envolver o seu enunciatário.

Acerca do presente do indicativo, Cervoni (1989) afirma que esse tempo verbal pode representar qualquer momento na linha temporal quando existem elementos que contextualizam o tempo cronológico representado no enunciado (*Nós partimos amanhã*), ou pode representar um conteúdo de alcance ilimitado no tempo (*A Fortuna sorri aos audaciosos*), constituindo enunciados de valor geral.

Desse modo, Coracini (1991, p. 101) entende que o presente “transforma o texto numa série de asserções à primeira vista irrefutáveis e inquestionáveis”. Isso porque os tempos relacionados ao passado ou ao futuro distanciam o conteúdo do enunciado do momento da enunciação e, conseqüentemente, dos interlocutores, podendo ser utilizados inclusive como estratégias textuais para indicar incerteza ou menor grau de engajamento, enquanto o tempo presente torna o conteúdo do enunciado (especialmente nos enunciados que não apresentam marcas de modalidade explícita) uma verdade de alcance ilimitado no tempo. É o que se observa no *corpus* de Coracini (1991, p. 98):

- (3) *Bauhinia holophylla* (Bongard) Steudel é uma espécie típica do cerrado, muito comum em nossos campos. *Trata-se* de uma espécie lenhosa de porte arbustivo, com folhas inteiras (como, aliás, sugere o epíteto específico) e flores alvas.⁶

Nesse exemplo, a conceituação da espécie *Bauhinia holophylla* (Bongard) Steudel se dá com verbos no presente, o que traz, como efeito de sentido, o entendimento de que todos os exemplares dessa espécie, independentemente do momento em que se encontram, vão possuir essas características, e não apenas o exemplar encontrado pelo pesquisador em um momento específico.

⁶ Corpus P-XXIII (CORACINI, 1991, p. 98).

Os tempos gramaticais relacionados à expressão de futuro, por sua vez, são geralmente utilizados, nos textos científicos, em contextos bem específicos: o futuro do presente aparece nos casos em que o enunciador prenuncia novas pesquisas, como no exemplo “A partir do presente trabalho, duas importantes linhas de pesquisa *poderão* ser efetuadas”; e o futuro do pretérito aparece nos casos em que o enunciador apresenta hipóteses, sugestões, demonstrando menor comprometimento com as próprias observações, como no exemplo “Também *seria* interessante verificar, nas espécies com brotamento, o grau de eficiência dos mecanismos e processos de disseminação”.

Apesar dessa distinção entre os tempos verbais utilizados no discurso envolvido e no discurso envolvente, alguns pesquisadores optam por utilizar, no relato da sua experiência, a qual se deu em um momento anterior ao da escrita do texto, o tempo verbal presente, como forma de “convidar o leitor a ‘vivenciar’ a experiência, acompanhando-a na sua seqüência temporal, como se a experiência estivesse ocorrendo no momento mesmo da leitura” (Coracini, 1991, p. 103). De acordo com Coracini (1991), o efeito de sentido é o mesmo em relação ao uso dos tempos do pretérito: transmitir objetividade e imparcialidade. O que difere de um uso para o outro é que, com o uso do presente, o relato de experiência assemelha-se a uma receita de cozinha, reforçando a ideia de que tal experiência pode ser repetida e de que, para se obter os mesmos resultados, será preciso seguir exatamente os mesmos passos.

A partir dessa relação entre os tempos verbais e os tipos de discurso, compreendemos a importância dos aspectos gramaticais para a criação de diferentes efeitos de sentido e para a expressão de subjetividade. Nesse sentido, a modalidade também se apresenta como recurso argumentativo, assim como as marcações de pessoa e de tempo verbal, já que possibilita que o pesquisador deixe mais explícitas as suas intenções, seu grau de engajamento com o que é dito, além de outros aspectos da sua subjetividade.

2.3. A MODALIDADE

A modalidade, segundo Palmer (1990), não constitui uma categoria semântica simples e claramente definível, como tempo e número. É uma

categoria que pode ser definida de diversas formas e que pode se manifestar a partir de diferentes sistemas nas línguas naturais.

Lyons (1977) inicia a discussão sobre modalidade explicando que essa categoria tem a ver com a opinião e a atitude do falante. Em seguida, trazendo a perspectiva da lógica tradicional, aponta para o fato de que necessidade e possibilidade são noções centrais da modalidade sob essa perspectiva⁷.

Palmer (2001), por sua vez, estabelece que a modalidade tem a ver com o *status* da proposição que descreve o evento. Segundo o linguista, a modalidade coloca a proposição no campo do irreal, daquilo que é pensado ou sabido a partir da imaginação. Isso diferencia as sentenças modalizadas das sentenças declarativas, que estão no campo do real e que podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas. Podemos observar isso nas sentenças “Maria está em casa” e “Maria deve estar em casa”, em que a primeira constitui uma sentença declarativa, podendo ser avaliada como verdadeira ou como falsa; e a segunda constitui uma sentença modalizada, que, devido à modalidade, não pode ser avaliada nem como verdadeira nem como falsa, já que passa para o campo do irreal.

Em relação à forma como a modalidade se manifesta, podemos encontrar, nas línguas naturais, diferentes possibilidades. No português, a modalidade pode aparecer sob a forma de afixos, como o afixo “-vel” em “comível”, “amável”; de substantivos, como “possibilidade”, “obrigação”; de adjetivos, como “possível”, “necessário”, “capaz”; de advérbios, como “provavelmente”, “necessariamente”, “talvez”; de verbos auxiliares, como “poder”, “dever”, “ter que”; de construções impessoais, como “ser possível que”, “ser certo que”; dentre outras (Kratzer, 1991, 2012; Lunguinho, 2010, 2014; Zanetti, 2020).

Tendo isso em vista, diferentes campos de estudo da linguística têm tentado explicar a modalidade, a partir de diferentes definições e classificações. Algumas dessas abordagens serão apresentadas a seguir para um melhor entendimento sobre a forma como a modalidade será analisada neste trabalho.

⁷ Do original: "Necessity and possibility are the central notions of traditional modal logic" (Lyons, 1977, p. 787).

2.3.1. A modalidade em uma perspectiva formal

O estudo formal sobre a modalidade tem como grande referência o modelo semântico proposto por Kratzer (1991, 2012), o qual constitui uma base para o entendimento do que é modalidade e de quais são os tipos de modalidade existentes. Segundo a autora (1991, 2012), a modalidade tem a ver com a expressão de necessidades e possibilidades. De acordo com seu modelo formal, três aspectos estão presentes nas sentenças modais: a *força modal* (dada pelo item lexical), a *base modal* e a *fonte de ordenação* (ambas fornecidas pelo contexto).

A força modal pode indicar: *possibilidade*, como em “Você *pode* participar das atividades se quiser”; *necessidade fraca*, como em “Você *deve* participar das atividades assim como os outros”; ou *necessidade forte*, como em “Você *tem que* participar das atividades para conseguir nota”. Modais que expressam possibilidade são *quantificadores existenciais*, e modais que expressam necessidade são *quantificadores universais*⁸. Na proposta de Kratzer (1991, 2012), essa é a única informação que os modais trazem do léxico.

A base modal, por sua vez, divide-se em epistêmica e não epistêmica (também chamada de circunstancial ou raiz)⁹. A diferença entre elas é visível nas sentenças “Ele já *deve* ter chegado” e “Você *deve* chegar antes do horário”, em que a primeira indica necessidade tendo em vista o conhecimento do falante ou as evidências disponíveis no mundo, e a segunda indica necessidade de acordo com algum conjunto de leis, princípios morais ou regras (Linguinho, 2010, 2014).

Kratzer (2012) define a modalidade raiz ou não epistêmica como aquela em que os fatos estão relacionados a propriedades inerentes ou circunstâncias de indivíduos ou lugares, como nos exemplos: “Aquele carro *pode* transportar sete pessoas” (propriedade inerente) e “Você *pode* chegar lá pegando o trem” (circunstância de um lugar). Ela ainda explica que modais do tipo raiz “são tipicamente orientados para o futuro e costumam falar sobre propensões e

⁸ Para entender melhor essa nomenclatura e a semântica dos mundos possíveis de Kratzer (op. cit.), ler Linguinho (2010, 2014) e Oliveira e Scarduelli (2008).

⁹ Alguns autores trazem ainda uma generalização, chamando de modalidade deôntica todos os tipos de modalidade não epistêmica.

potenciais das pessoas, das coisas e das localizações espaço-temporais, dadas as circunstâncias atuais” (Kratzer, 2012, p. 51, tradução nossa).

Por fim, temos a fonte de ordenação, que é responsável por compor diferentes mundos, de acordo com diferentes parâmetros, como: o desenvolvimento normal dos eventos, o desejo do falante, o alvo a ser atingido etc. A fonte de ordenação gera algumas subdivisões na base modal raiz, que pode ser do tipo: deôntica (relativa a leis e regras), boulética (relativa aos desejos do falante), circunstancial / habilitativa (relativa a fatos locais e capacidades individuais) e teleológica (voltada para um alvo / objetivo).

Assim, essas categorias de Kratzer (1991, 2012) constituem uma base para o estudo sobre modalidade do ponto de vista da semântica formal. Os conceitos de quantificadores existenciais e universais, por sua vez, nos ajudaram a delimitar, como veremos mais adiante, os verbos estudados neste trabalho, que são os verbos modais universais do português. Além disso, a classificação de Kratzer (1991, 2012) nos ajuda a entender outras categorias e conceitos trazidos por outras abordagens teóricas, conforme veremos a seguir.

2.3.2. A modalidade em uma perspectiva funcional

Entrando no paradigma funcional, percebemos que a modalidade, mais do que a expressão de necessidade e possibilidade, é também entendida como “a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) dos falantes” (Bybee *et al.*, 1994, p. 176, tradução nossa).

Para Bybee *et al.* (1994), a teoria da gramaticalização parte da observação de que morfemas gramaticais são desenvolvidos gradualmente a partir de morfemas lexicais ou da combinação de morfemas lexicais com outros morfemas. Isso é o que acontece com os auxiliares modais, por exemplo. Eles partem de um uso lexical, como verbos plenos, para um uso gramatical, como verbos auxiliares, a partir da sua combinação com um predicado verbal, como em “Você *tem de* fazer o trabalho”, em que o verbo “ter” deixa de ser um verbo pleno, com significado de posse, e passar a ser um verbo auxiliar que expressa modalidade, a partir da sua combinação com o morfema “de” e com o predicado verbal com verbo no infinitivo.

Assim, a gramaticalização constitui um processo semântico em que formas utilizadas para expressar significados mais concretos passam a ser utilizadas também para expressar significados mais abstratos (Heine; Kuteva, 2002).

Concebendo a modalidade a partir de uma perspectiva diacrônica e tomando como base a teoria da gramaticalização, Bybee *et al.* (1994) estabelecem três tipos de modalidade: (1) orientada para o agente; (2) orientada para o falante; e (3) epistêmica.

A modalidade orientada para o agente retrata a existência de condições internas e externas que incidem sobre um agente em relação à realização da ação expressa no predicado principal. Ou seja, é a modalidade relacionada à ação de um agente, que pode ter a ver com as condições físicas do agente, com o desejo interno do agente ou com condições externas ao agente. É o que ocorre, por exemplo, em “Ele *teve que* ir embora para buscar o filho na escola”, em que a modalidade expressa por “ter que” tem a ver com uma condição externa: a necessidade de o agente (“ele”) ir buscar o filho na escola.

A modalidade orientada para o falante, por sua vez, constitui os atos diretivos, em que as condições relacionadas à realização da ação expressa no predicado principal são estabelecidas pelo próprio falante, como em “Você *tem que* ir embora agora”, em que a necessidade expressa por “ter que” está baseada nos critérios do falante, ou seja, no seu desejo ou no seu entendimento do que é necessário.

Por fim, a modalidade epistêmica demonstra o comprometimento do falante com a verdade da proposição, como em “Ele *deve ter ido* embora”, em que a modalidade expressa por “dever” tem a ver com crenças do falante ou evidências que o levam a estabelecer que a verdade da proposição “Ele foi embora” é muito provável, mas não é uma certeza.

Segundo Bybee *et al.* (1994), a modalidade orientada para o agente evolui para os outros tipos no processo de gramaticalização, correspondendo ao tipo de modalidade mais próximo do concreto, ou seja, ao tipo menos abstrato e menos subjetivo.

Olbertz (1998, p. 131, tradução nossa), por sua vez, define a modalidade como “a avaliação, em termos de possibilidade e necessidade, do que é descrito

linguisticamente”, enquanto os verbos modais são o meio linguístico para a especificação de possibilidade e necessidade.

Baseada nas categorias de Hengeveld (2004)¹⁰, Olbertz (1998) classifica os significados modais a partir de dois parâmetros: o alvo da avaliação modal e o domínio da avaliação modal.

O alvo da avaliação modal pode ser: (1) o participante, (2) o evento ou (3) a proposição. A modalidade com alvo no participante, ou orientada para o participante, tem a ver a possibilidade ou a necessidade de um ser animado ser participante primário de um evento, realizando uma ação (no papel de agente) ou participando como experienciador, beneficiário etc. A modalidade com alvo no evento, ou modalidade orientada para o evento, tem a ver com a possibilidade ou a necessidade de ocorrência de um evento. E a modalidade com alvo na proposição, ou modalidade orientada para a proposição, tem a ver com o comprometimento do falante com a verdade de algum conteúdo proposicional, o que também é categorizado em termos de possibilidade e necessidade.

O domínio da avaliação modal, por sua vez, pode ser do tipo: (1) inerente intrínseco, (2) inerente extrínseco, (3) volitivo, (4) deôntico, (5) epistêmico ou (6) inferencial. O domínio inerente intrínseco tem a ver com as habilidades de um participante animado ou com o que é fisicamente possível. Já o domínio inerente extrínseco tem a ver com o que é circunstancialmente possível ou necessário. O domínio volitivo, por sua vez, tem a ver com o que é desejável. O domínio deôntico tem a ver com o que é obrigatório ou permitido. O domínio epistêmico tem a ver com aquilo que é sabido. E, por fim, o domínio inferencial tem a ver com aquilo que pode ser inferido a partir das evidências.

Os domínios da avaliação modal associam-se aos alvos. Os quatro primeiros domínios (inerente intrínseco, inerente extrínseco, volitivo e deôntico) associam-se aos alvos participante e evento. Já o domínio epistêmico associa-se aos alvos evento e proposição. E o domínio inferencial associa-se somente ao alvo proposição.

Portanto, na modalidade orientada para o participante, temos o domínio inerente intrínseco, que expressa a ação ou a participação do ser animado no evento com base nas suas habilidades inatas ou adquiridas, como no exemplo:

¹⁰ Este trabalho foi citado pela autora como “Hengeveld (forthcoming)”, ou seja, é um trabalho que foi publicado depois do de Olbertz (1998), mas ao qual ela teve acesso prévio.

“Ele *pode* ficar 5 minutos embaixo d’água”. Temos também o domínio inerente extrínseco, que expressa a ação ou a participação do ser animado com base nas circunstâncias externas, como no exemplo: “Eu *tive que* vender minha bicicleta, pois precisava de dinheiro”. Há também o domínio volitivo, que diz respeito à intenção do participante, como no exemplo: “Ele *pensava em* vendê-la algum dia”.

Ainda em relação à modalidade orientada para o participante, temos o domínio deontico, que, nesse caso, é o domínio que estabelece permissão ou obrigação a alguém. A modalidade deontica orientada para o participante cria tanto atos diretivos, como em “Você *tem que* emitir seu passaporte”, quanto obrigações do tipo “self-imposed”, impostas do falante para si mesmo, que é o que ocorre no exemplo “Eu *tenho que* voltar a vê-la e contar toda a verdade”. Quando atrelado ao alvo participante, o domínio deontico não precisa ter a ver, necessariamente, com leis e normas, já que a fonte da permissão ou da obrigação pode ser o próprio falante.

Já na modalidade orientada para o evento, o domínio inerente intrínseco tem a ver com a possibilidade ou a necessidade de ocorrência de algum evento com base em propriedade intrínsecas, relacionadas ao que é fisicamente possível, como no exemplo: “Até uma bola de ferro *pode* flutuar nesta água”. Já o domínio inerente extrínseco tem a ver com a possibilidade ou necessidade de ocorrência de algum evento com base nas circunstâncias externas, por exemplo: “Essas rodas *teriam que* ser de ferro para suportar o desgaste”. O domínio volitivo, por sua vez, tem a ver com julgamentos gerais do que seria bom ou útil, como no exemplo “Essa profissão *deveria* ser regularizada”.

Quando se trata do domínio deontico na modalidade orientada para o evento, as leis e as normas, inclusive as morais, são necessariamente a fonte da obrigação. Essas leis e essas normas estabelecem a possibilidade ou a necessidade de ocorrência de algum evento, como por exemplo: “Essa legitimação *pode* ser revogada pelas autoridades suíças”.

Ainda em relação à modalidade orientada para o evento, temos também o domínio epistêmico, relativo à probabilidade de ocorrência de um evento com base em um conhecimento de mundo geral, como no exemplo: “Ele já *deve* ter chegado em casa a essa hora”.

Por fim, na modalidade orientada para a proposição, temos o domínio epistêmico, que diz respeito à perspectiva e às crenças pessoais do falante em relação à verdade da proposição, como em “Não descarto o que você disse. *Pode ser verdade*”, e o domínio inferencial, no qual a verdade da proposição é determinada pelo falante com base em alguma evidência, como em: “Você percorreu o mundo. Sua vida *deve* ser muito interessante”.

Tomando essas categorias de Olbertz (1998) como base para a análise da modalidade em uso, podemos perceber nuances que diferenciam os diversos tipos de modalidade existentes, como as diferentes orientações e fontes da avaliação modal, que revelam os objetivos e as motivações do próprio falante no estabelecimento de possibilidades ou necessidades. São, portanto, categorias que ajudam a entender a modalidade em sua aplicação pragmática.

Por isso, tomaremos essas categorias de Olbertz (1998) como base para a nossa análise dos verbos modais universais nos diversos textos de dissertação investigados neste trabalho. E, como iremos trabalhar com textos, construção de sentido e aplicação pragmática da modalidade, não poderíamos deixar de falar da modalidade sob uma perspectiva textual, que é o assunto da próxima seção.

2.3.3. A modalidade em uma perspectiva textual

Seguindo por uma perspectiva pragmática e textual, encontramos em Nascimento (2009, 2010) o entendimento de que a modalidade “é uma estratégia argumentativa que imprime, no enunciado, uma avaliação ou ponto de vista de um locutor sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a própria enunciação” (Nascimento, 2009, p. 1376).

De acordo com o autor (2009), essa avaliação expressa pela modalização é sempre em função da interlocução ou do interlocutor. Isso significa que a ocorrência da modalidade se dá em função do outro, pois o locutor faz uso dessa estratégia argumentativa para dar pistas do que deseja ou de como quer que seu discurso seja lido.

No mesmo sentido, Koch (2011) afirma que os diferentes tipos de modalidade são considerados parte da atividade ilocucionária, pois revelam a atitude do falante frente ao enunciado que produz. Nas palavras da autora (2011, p. 85):

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes; torna possível, enfim, a construção de um “retrato” do evento histórico que é a produção do enunciado.

Ao tratar da modalidade, Koch (2011) ainda explica o papel dos diferentes tipos de modalidade na construção de sentido e intencionalidade nos enunciados. Assim, ela traz uma diferenciação entre os modos aléticos, epistêmicos e deônticos. Segundo ela (2011), entre esses três tipos, há uma diferença progressiva no grau de modalidade. Dos modos aléticos, relativos à verdade de um estado de coisas no mundo, passa-se aos modos epistêmicos, que dizem respeito ao conhecimento do falante acerca desse estado de coisas, e, por fim, aos modos deônticos, os quais dizem respeito ao que se deve fazer, correspondendo “aos conceitos práticos, concernentes à ação sobre o mundo” (Koch, 2011, p. 90).

Para Koch (2011), na modalidade deôntica, encontram-se os valores, entre os quais os valores axiológicos, ou seja, os valores morais, nos quais, segundo ela, assim como nos valores utilitários e técnicos, desliza-se para o afetivo, revelando uma face subjetiva, que diz respeito às disposições de vontade e às disposições de sentimento. É por isso que a expressão de vontade, relacionada a esse tipo de modalidade, “está necessariamente ligada a uma teoria da ação” (Koch, 2011, p. 84).

Ainda tendo em vista a modalidade deôntica, Nascimento (2010) investiga como ela gera, como estratégia argumentativa, diferentes efeitos de sentido nos discursos em que ocorre. Para isso, ele investiga gêneros formulaicos, como a carta oficial, o memorando, a notícia, entre outros, buscando entender as peculiaridades semântico-pragmáticas desse tipo de modalidade.

Nascimento (2010) explica que a modalidade deôntica pode ser atenuada ou acentuada, a partir da sua combinação com outros tipos de modalidade, como nos exemplos “Não é certo que você deverá partir” e “Infelizmente é proibido

entrar na sala”, em que tanto o modalizador¹¹ epistêmico “Não é certo que” quanto o modalizador avaliativo “Infelizmente” atenuam a modalidade deôntica expressa por “dever” e “ser proibido”. Segundo ele (2010, p. 40), essa coocorrência funciona como “uma estratégia de isenção do locutor responsável pelo enunciado frente ao dito”, uma vez que o enunciador não se apresenta como responsável pela obrigatoriedade expressa pelo modalizador deôntico.

Nascimento (2010, p. 42) também explica que existem diferentes graus de modalidade deôntica, “indo da acentuação do grau de obrigatoriedade à negação total ou à sua proibição, passando, inclusive, pela indagação de sua existência”.

Em outro trabalho, o autor (2018) observa como diferentes modalizadores, referentes a diferentes tipos de modalização, são utilizados como índice de argumentatividade nos gêneros acadêmicos. A análise indica que esses modalizadores demonstram um posicionamento do locutor frente ao conteúdo do texto, ainda que os gêneros acadêmicos sejam, em sua maioria, gêneros científicos, nos quais se pretende um locutor imparcial. Para ele, “por meio dos modalizadores, o locutor deixa marcas de sua subjetividade, avalia o dito e tenta orientar seu interlocutor, indicando como deve ser lida a voz da ciência” (Nascimento, 2018, p. 3370).

Tratando especificamente do discurso científico, Coracini (1991) afirma que esse discurso é construído com base em dois tipos de modalidade: a *modalidade implícita*, que corresponde às proposições assertivas, em que não há marcas modais evidentes; e a *modalidade explícita*, na qual o pesquisador/enunciador utiliza marcas modais para comparar, julgar, avaliar, sugerir, prever, além de discutir e justificar sua pesquisa.

Segundo Coracini (1991, p. 123), a modalidade implícita desempenha um duplo papel no discurso científico: “a) o de convencer, pelas afirmações, da verdade que está sendo enunciada; e b) o de camuflar a 'origem' enunciativa: afinal, aparentemente, é o enunciado quem diz, o fato que se apresenta e não o sujeito-enunciador”. Assim, a modalidade implícita, que corresponde à ausência de marcas modais, teria o intuito de passar uma impressão de maior objetividade ao texto.

¹¹ Nascimento (2009) chama os elementos linguísticos que materializam a modalização de “modalizadores”, termo que engloba os verbos modais analisados neste trabalho.

Contudo, em muitas comunidades científicas pelo mundo, a presença da modalidade explícita, sobretudo a existencial epistêmica, pode representar também uma forma de o autor se fazer objetivo, já que “ao mostrar suas dúvidas, reticências e incertezas, o locutor transmite de si uma imagem de pessoa honesta, comprometida com a 'verdade'” (Coracini, 1991, p. 127).

Além disso, a autora (1991, p. 129) explica que o enunciador pode utilizar a modalidade explícita para fazer recomendações ao interlocutor, “com base na autoridade de autor e pesquisador bem-sucedido”, garantindo, também dessa forma, credibilidade ao texto, o que justifica o uso da modalidade deôntica no discurso científico.

Assim, segundo Coracini (1991), a maior ou menor presença de modalidade explícita nos textos científicos é muito mais uma questão *convencionalidade* do que de objetividade:

[...] a modalidade, ao mesmo tempo em que expressa a subjetividade do enunciador, o seu ponto de vista sobre o discurso, serve também à expressão da convencionalidade. Nessa perspectiva, repito, modalidade seria o modo como o pesquisador assume, de um lado, a sua pesquisa e, do outro, o seu discurso, manifestando a sua presença ou se distanciando, conforme suas intenções e o esquema convencional a que precisa obedecer. (Coracini, 1991, p. 121).

Da mesma forma que Kuhn (1970, 1979) e Andery *et al.* (1996), Coracini (1991) entende que, na análise do discurso científico, não se pode deixar de considerar o contexto histórico-social no qual está inserida determinada comunidade científica, já que é essa comunidade que irá interpretar o discurso. Por isso, a depender do que a comunidade entende por *objetividade*, a modalidade explícita pode se fazer mais ou menos presente nos textos de caráter científico.

Desse modo, assim como Coracini (1991), assumimos, neste trabalho, dois pressupostos: (1) o caráter dialético do discurso científico, que, na busca por objetividade, se revela subjetivo; e (2) o caráter relativo da modalidade, já que “seu uso e sua interpretação dependem da comunidade interpretativa” (Coracini, 1991, p. 122). Com isso, buscaremos evidências, com base no nosso *corpus*, de como a modalidade vem sendo compreendida e explorada em textos científicos da comunidade científica brasileira.

2.3.4. Auxiliares modais do português

Como já vimos, a modalidade pode ser expressa de diversas formas nas línguas naturais. Uma dessas formas de expressão é por meio de verbos.

Se considerarmos todos os verbos que expressam modalidade, ou seja, todos os verbos que expressam necessidade, possibilidade ou avaliação e atitude do falante, teremos, na língua portuguesa, uma grande variedade de verbos: “precisar”, “ter de”, “querer”, “dever”, “saber”, “poder”, “achar”, “pensar em”, entre outros. Contudo, somente alguns desses verbos constituem auxiliares modais no português. Ou seja, somente alguns desses verbos combinam-se unicamente com um complemento de natureza verbal com verbo na forma nominal, formando uma perífrase ou locução verbal.

Segundo Mattoso Câmara (1979, p. 167), a perífrase é uma “composição morfológica na base de uma locução, isto é, dois vocábulos fonológicos e morfológicos que se associam numa unidade lexical superior”. Santos (2008) explica a diferença existente entre os termos “perífrase” e “locução”. A “locução verbal” seria aquela em que o verbo auxiliar estaria mais gramaticalizado, enquanto a “perífrase” seria aquela em que “o auxiliar ainda manteria traços do significado do seu uso como pleno” (Santos, 2008, p. 25).

Em uma perífrase, assim como em uma locução, o verbo auxiliar e o verbo na forma nominal formam uma unidade. O verbo auxiliar não torna o predicado formado pelo verbo na forma nominal um complemento ou uma oração subordinada. É o caso, no português, da locução verbal formada com o verbo auxiliar “ir”, em que o “ir” constitui uma unidade com a forma nominal do verbo ao qual se une, indicando tempo futuro.

Desse modo, para determinar quais verbos devem ser classificados como verbos auxiliares, Lobato (1975) estabelece alguns critérios de auxiliaridade. Os verbos “poder” e “dever”, devido ao seu comportamento frente aos testes propostos, são considerados pela autora como auxiliares *latu sensu*, ou seja, auxiliares que satisfazem a quase todos os critérios de auxiliaridade. Lobato (1975) não considera o verbo “ter de”/“ter que” um auxiliar modal, mas outros autores, como Oliveira e Scarduelli (2008) e Lunguinho (2010), o consideram como tal. Oliveira e Scarduelli (2008) explicam que “ter que” é considerado, na

literatura, um semimodal, mas elas preferem não fazer essa distinção entre modal e semimodal:

Costuma-se distinguir, na literatura, entre os auxiliares modais, como *deve* e os semimodais como *tem que*. Aqueles se caracterizam por se ligarem diretamente à proposição, ao passo que estes últimos necessitam da intermediação de um complementizador, como o *que*, ou de uma preposição, como *para* em “Deu para ir ao supermercado”. A essa diferença mais superficial correspondem diferenças de comportamento sintático e semântico. Neste artigo, não aprofundaremos o tema e vamos considerar *tem que* como uma estrutura única, *tem-que*, em estágio final de gramaticalização. Logo, ele não será considerado um semimodal, e sim um auxiliar modal. (Oliveira; Scarduelli, 2008, p. 218-219).

Analisando os critérios de auxiliaridade propostos por Lobato (1975), verificamos que “ter de”/ “ter que” também se enquadra em quase todos. Um critério que gera controvérsia é justamente o do desdobramento da ação, que postula que as formas auxiliares impossibilitam a presença do complementizador “que” ou “se”. Apesar de o verbo “ter” ligar-se à forma nominal pelo complementizador “que”, percebemos que o “que”, nessas perífrases, já não se comporta como um complementizador, pois ele não introduz uma oração subordinada, ou seja, ele não é capaz de introduzir um verbo flexionado nem um predicado com um sujeito diferente. Isso indica que “ter que” já está em estágio final de gramaticalização, conforme explicam Oliveira e Scarduelli (2008). Por isso, consideramos neste trabalho, assim como as autoras, que “ter de” / “ter que” é um verbo auxiliar modal e expressa necessidade forte. Sendo assim, entendemos que “poder”, “dever” e “ter de” / “ter que” são os auxiliares modais do português, considerando, para a nossa análise, os verbos que expressam necessidade: “dever” e “ter de”/ “ter que”.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Neste capítulo, vimos aspectos gramaticais que são fundamentais para a construção de maior ou menor subjetividade nos textos e para estabelecer os mais diversos efeitos de sentido, como aproximação, distanciamento, engajamento, incerteza etc. Além disso, pudemos perceber, a partir das categorias apresentadas na seção sobre modalidade, como os verbos modais serão entendidos e classificados em nossa análise de dados.

Sendo assim, podemos passar agora para a seção de metodologia, na qual serão explicadas, mais a fundo, as nossas escolhas, a delimitação do nosso *corpus* e as categorias utilizadas para análise.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será descrita a metodologia utilizada para a análise dos verbos modais nos textos selecionados e será realizada a própria análise dos dados. Assim, o capítulo divide-se em duas partes, uma que explica as escolhas metodológicas e outra que analisa os dados encontrados.

A primeira parte, referente às escolhas metodológicas, irá explicar como foram escolhidos os verbos modais investigados, quais são a abordagem, o método e a técnica de pesquisa adotados, além de como foi feita a seleção de textos, seções e categorias para análise.

Já a segunda parte, referente à análise de dados propriamente dita, divide-se em quatro momentos: primeiramente, a análise da dissertação que apresenta verbos modais universais somente na Metodologia, já que representa uma exceção ao padrão identificado em nosso *corpus*; em seguida, a análise das dissertações que apresentam verbos modais universais em Resultados e Discussão; depois, a análise da dissertação que apresenta verbos modais universais em ambas as partes do texto; e, por fim, uma quantificação dos dados, ou seja, dos verbos modais presentes em nosso *corpus*.

Com isso, esperamos trazer os detalhes referentes às nossas escolhas, aos nossos dados e à análise desses dados, a fim de que, posteriormente, na discussão dos achados de pesquisa, o leitor possa entender os resultados encontrados a partir do caminho que foi trilhado ao longo desta investigação.

3.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Para o estudo da expressão de subjetividade em textos científicos, foi realizada uma análise documental que buscou interpretar, em seis dissertações de Mestrado, os sentidos criados pelos verbos modais “dever” e “ter de” / “ter que”.

Nesta seção, serão apresentadas informações sobre a escolha dos verbos investigados, a abordagem, o método e a técnica de pesquisa, bem como uma explicação de como se deu a seleção do *corpus* e a coleta dos dados. Além disso, serão explicadas as categorias utilizadas na análise de dados.

3.1.1. Escolha dos verbos modais

Segundo Koch (2011) e Nascimento (2018), existem verbos e construções modais capazes de marcar um maior engajamento ou um maior comprometimento do locutor em relação ao conteúdo do enunciado, ou seja, de expressar um posicionamento mais evidente. Por isso, dentre os três auxiliares modais do português, “poder”, “dever” e “ter de” / “ter que”, optamos por analisar “dever” e “ter de” / “ter que”, por serem classificados como modais universais, expressando necessidade (Kratzer 1991, 2012), já que, por serem universais, eles são mais fortes do que os modais existenciais e, conseqüentemente, podem criar o efeito de sentido de um posicionamento mais evidente por parte do locutor, trazendo, conseqüentemente, uma maior expressão de subjetividade para o texto.

Em relação à base modal, optamos por investigar, em um primeiro momento, tanto a base modal epistêmica – relacionada ao conhecimento do falante ou às evidências disponíveis no mundo – quanto a base modal não epistêmica ou raiz – relacionada a leis, regras e princípios –, dando enfoque à modalidade raiz (também chamada de deôntica), a qual pode estar relacionada ao obrigatório, ao proibido, ao permitido e ao facultativo (Cervoni, 1989), tendo um caráter mais prescritivo.

Coracini (1991) explica que, em muitas comunidades científicas, a presença da modalidade existencial epistêmica pode representar também uma forma de o autor se fazer objetivo e demonstrar comprometimento com a verdade, já que permite que ele exponha suas dúvidas e incertezas, o que torna esse tipo de modalidade muito mais comum e aceitável no meio científico do que a modalidade universal raiz / deôntica.

Além disso, segundo Nascimento (2010), ainda há uma dificuldade em se encontrar trabalhos que abordem a modalidade deôntica a partir de uma concepção semântico-argumentativa ou pragmática. Dessa forma, fazem-se

necessários mais trabalhos sobre o tema para entender como esse tipo de modalidade se dá em textos que não possuem caráter prescritivo, mas sim descritivo, como os textos científicos.

Em relação às diferentes perífrases com o verbo “ter”, consideramos, assim como Santos (2015), que “ter de” e “ter que” são formas variantes e, por isso, veiculam o mesmo significado. Desconsideramos, para fins deste trabalho, aspectos relativos ao processo de gramaticalização do verbo com a preposição “de” e com o complementizador “que”, já que ambas as perífrases verbais já se encontram em estágio avançado no processo de gramaticalização e podem ser intercambiáveis.

Por fim, consideramos, assim como Oliveira e Scarduelli (2008), que, entre os modais universais do português, “dever” é um verbo que expressa necessidade fraca, enquanto “ter de” e “ter que” expressam necessidade forte, o que faz com que ocorram diferenças nos usos de “dever” e “ter de” / “ter que”, as quais serão apresentadas neste trabalho.

3.1.2. Abordagem, método e técnica de pesquisa

Neste trabalho, fizemos uso de uma abordagem metodológica qualitativa, que buscou explicar os usos de verbos modais universais em textos científicos por meio de interpretações que pudessem trazer à tona os sentidos construídos por esses verbos. Contudo, algumas quantificações foram feitas no intuito de mostrar o número de ocorrências de cada verbo e de verificar as preferências dos autores dos textos em relação ao uso dos modais.

O método utilizado para a análise foi o comparativo, já que comparamos seis dissertações de diferentes áreas do conhecimento – Linguística, Antropologia, Ciência da Informação, Agronomia, Engenharia Elétrica e Ciências da Reabilitação –, buscado entender as diferenças, tanto entre as áreas do conhecimento quanto entre as abordagens metodológicas, em relação à construção de subjetividade nesses textos. Além disso, também foi feita uma comparação entre duas partes da dissertação: a seção Metodologia e a seção Resultados e Discussão, entendendo que a primeira tende a ser marcada por uma linguagem mais sintética e objetiva (Motta-Roth e Hendges, 2010), enquanto a segunda é marcada pela presença de interpretações do pesquisador.

Já a técnica utilizada foi a análise documental. A esse respeito, de acordo com Cellard (2008, p. 297), o documento consiste em “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel” e que não foi criado no contexto de um procedimento de pesquisa. Cellard (2008, p. 299) explica que “é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto parcial ou impreciso que seja”. Isso faz com que a análise documental seja uma técnica de coleta de dados que abre pouco ou quase nenhum espaço para possíveis influências e intervenções do pesquisador, anulando a possibilidade de reação do sujeito analisado à operação de investigação.

Assim, para que um documento possa de fato trazer alguma contribuição e explicação sobre algum fenômeno social, linguístico ou histórico, é preciso que o pesquisador saiba e deixe claras informações como: o contexto em que aquele documento foi produzido; o autor (ou os autores) daquele documento; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto (ou seu suporte); e os conceitos-chave e a lógica interna do texto (Cellard, 2008).

Tendo isso em mente, vejamos agora como foram escolhidos os documentos analisados em nossa pesquisa e quais são as suas características.

3.1.3. Seleção dos textos para análise

Para a nossa análise documental, foram selecionadas seis dissertações de Mestrado que venceram uma premiação promovida pela Universidade de Brasília, denominada *Prêmio UnB de Dissertações e Teses*, no ano de 2020. Cinco das dissertações foram vencedoras das categorias relacionadas às áreas do conhecimento e uma foi vencedora do prêmio *Brasília 60 Anos*.

As categorias relacionadas às áreas do conhecimento eram nove: *Ciências Agrárias e Florestais; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Multidisciplinar; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas*; e, por fim, *Linguística, Letras e Artes*. As dissertações da nossa análise foram as ganhadoras das categorias: *Ciências Agrárias e Florestais; Ciências da Saúde; Engenharias; Ciências Humanas; e Ciências Sociais Aplicadas*.

Nesse concurso, foram avaliadas mais de 200 dissertações e teses, descritas no portal *UnB Notícias* como sendo “de distinta relevância acadêmica” (Pires, 2020), as quais foram defendidas entre 2018 e 2020. Ao todo, 44 trabalhos receberam menção honrosa e 22 foram premiados. Dentre esses trabalhos premiados, selecionamos seis, um de cada área do conhecimento, relativos a cinco das nove categorias, além de um relativo ao prêmio *Brasília 60 Anos*, para o nosso estudo comparativo.

Optamos por investigar dissertações, e não teses, pois a dissertação, considerada pela visão tradicional um gênero intermediário, situado entre a monografia e a tese (Lakatos; Marconi, 2003), teria, em princípio, uma abertura menor para a expressão de subjetividade quando comparada à tese, já que as suas contribuições seriam mais iniciais, com menos originalidade e menos inovação, segundo esse ponto de vista mais tradicional no estudo de gêneros textuais. Assim, era nosso intuito também verificar em que medida as dissertações analisadas estão de acordo ou vão contra essa concepção, demonstrando também subjetividade, originalidade e complexidade.

Além disso, a nossa ideia, ao escolher textos do *Prêmio UnB de Dissertações e Teses*, foi comparar textos que fossem de áreas do conhecimento diferentes mas que não tivessem diferenças diacrônicas nem diatópicas (ou que essas diferenças fossem mínimas) em relação à variedade do português empregada. Portanto, são todas dissertações escritas entre os anos de 2018 e 2020, que foram escritas na norma culta do português brasileiro, que estão inseridas na comunidade acadêmica no Distrito Federal e que foram reconhecidas por tal comunidade recebendo uma premiação.

Assim, uma das dissertações foi a vencedora da categoria *Brasília 60 Anos*, que é a dissertação de Newton Vieira Lima Neto, denominada *Brasília, sua gente, seus sotaques: difusão candanga e focalização brasiliense na capital federal*, que constitui uma dissertação de Mestrado em Linguística.

A segunda dissertação foi vencedora da categoria *Ciências Humanas*, que é a dissertação de Miguel Antônio dos Santos Filho, denominada *Justiça, Reconhecimento e Modernização: a judicialização da violência doméstica e seus dilemas no Brasil e em Timor-Leste*, que é uma dissertação de Mestrado em Antropologia.

Já a terceira dissertação, que venceu a categoria *Ciências Sociais Aplicadas*, é a dissertação de Marcos Fragomeni Padron, denominada *Uma proposta de modelo conceitual para representação da música popular brasileira*, a qual constitui uma dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

A quarta dissertação analisada pertence à categoria *Ciências Agrárias e Florestais*, que é a dissertação de Juliana Martins de Oliveira, denominada *Cinética de decomposição do ozônio, efeito fungicida e na qualidade de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.)*, a qual constitui uma dissertação de Mestrado em Agronomia.

A quinta, que pertence à categoria *Engenharias*, é a dissertação de João Paulo Gomes Ribeiro, denominada *Estudo e Avaliação das Funções de Proteção de Linhas de Transmissão Aplicadas no Domínio do Tempo Disponíveis no Relé SEL-T400*, que constitui uma dissertação de Mestrado em Engenharia Elétrica.

Por fim, temos uma dissertação premiada na categoria *Ciências da Saúde*, que é a dissertação de Taise Boff Angeli, denominada *Comparação dos efeitos de dois programas de terapia manual na dor e funcionalidade de indivíduos com dor lombar crônica não específica*, a qual constitui uma dissertação de Mestrado da área de Ciências da Reabilitação.

As três primeiras dissertações apresentam pesquisas que utilizam uma abordagem metodológica qualitativa, enquanto as três últimas apresentam pesquisas de abordagem quantitativa. Sendo assim, foi possível comparar as dissertações de uma abordagem e de outra, analisando se existem, de fato, diferenças relacionadas à abordagem metodológica no que diz respeito à expressão de subjetividade.

3.1.4. Seleção das seções para análise

Em relação às seções das dissertações analisadas neste trabalho, optamos por analisar somente duas: a seção Metodologia e a seção Resultados e Discussão. Essa escolha se deu pelo fato de a seção de Metodologia ser considerada uma seção mais objetiva, de linguagem mais sintética (Motta-Roth; Hendges, 2010), já que constitui o relato da experiência e corresponde ao discurso envolvido no texto científico (Coracini, 1991). Já a seção de Resultados e Discussão, por sua vez, é a parte em que o pesquisador vai interpretar e discutir os seus dados (Motta-Roth; Hendges, 2010), sendo, portanto, uma parte

em que se espera que predomine o discurso envolvente (Coracini, 1991) e, conseqüentemente, a expressão de subjetividade.

Contudo, nem todas as dissertações analisadas apresentaram essas duas partes em seções separadas das demais e devidamente identificadas, sendo necessária, portanto, uma análise mais minuciosa para identificá-las. Assim, considerando as partes do texto científico primário e a organização textual por meio de movimentos retóricos, foi possível identificar as duas partes ao longo dos textos analisados.

Na primeira dissertação, da área de Linguística, foi possível identificar a parte de Metodologia no capítulo 3, intitulado “BR-060: Rodovia Metodológica”, e a de Resultados e Discussão no capítulo “Eixos Cruzados”, sendo que esse último trazia os resultados e a discussão juntamente com uma conclusão do texto.

Já na segunda dissertação, da área de Antropologia, a Metodologia encontrava-se dentro da seção de Introdução, enquanto a parte de Resultados e Discussão encontrava-se dividida em várias subseções, que diziam respeito a comentários dos capítulos 2 e 3, bem como a comentários dentro da parte de Conclusão.

Na terceira dissertação, da área de Ciência da Informação, a Metodologia encontrava-se em uma subseção dentro do primeiro capítulo, “Elementos de Pesquisa”, enquanto a parte de Resultados e Discussão correspondia ao capítulo 6, “Uma Proposta de Modelo Conceitual para a Representação da Música Popular Brasileira”, e ao capítulo 7, “Aplicação do Modelo IFLA LRM à Música Popular Brasileira”.

A quarta dissertação, da área de Agronomia, por sua vez, apresentava dois capítulos, que tratavam de diferentes etapas da pesquisa e que constituíam estruturas textuais independentes. No primeiro capítulo, havia uma seção de Metodologia e uma seção de Resultados e Discussão, enquanto, no segundo, havia uma seção de Metodologia, uma de Resultados e outra de Discussão. Portanto, foram analisadas, ao todo, cinco seções nessa dissertação.

Já na quinta dissertação, da área de Engenharia Elétrica, a parte de Metodologia foi identificada em “Capítulo 5 – Ajustes, Metodologia de Testes e Sistemas Analisados”, enquanto a parte de Resultados e Discussão foi facilmente identificada em “Capítulo 6 – Análise de Resultados”.

Por fim, na sexta dissertação, a parte de Metodologia foi identificada no capítulo 6, “Método”, e a parte de Resultados e Discussão foi identificada em dois capítulos: capítulo 8, “Resultados”, e capítulo 9, “Discussão”.

Sendo assim, para uma análise qualitativa coerente dos verbos modais universais utilizados em cada uma dessas partes, foi preciso ler todas elas na íntegra. Além disso, também foi preciso ler o Resumo e a Introdução de cada dissertação, para entender do que elas tratavam e conseguir contextualizar os enunciados que continham os verbos modais. Desse modo, foi possível interpretar os sentidos dos verbos modais utilizados nas seções correspondentes à parte de Metodologia e à parte de Resultados e Discussão, entendendo que, em cada dissertação, essas partes apareciam de um jeito diferente, já que cada texto tinha sua organização própria.

Tendo isso em vista, passemos agora para as categorias utilizadas na interpretação dos verbos modais, que foram de extrema importância para que pudéssemos entender como eles estavam sendo utilizados nas dissertações de Mestrado e para que pudéssemos analisar os efeitos de sentido criados por eles.

3.1.5. Categorias utilizadas na análise dos dados

Para a análise dos usos dos verbos modais universais em textos acadêmicos, utilizamos as categorias de Olbertz (1998), que correspondem a uma análise funcional dos verbos modais. Optamos por essas categorias pelo fato de elas contemplarem aspectos que são importantes para o entendimento dos nossos dados, já que buscamos entender os usos dos verbos modais em textos e os efeitos de sentido que eles criam, o que requer uma análise da modalidade em seu uso concreto.

Primeiramente, o alvo da avaliação modal, que pode ser o Participante, o Evento ou a Proposição, nos ajuda a entender sobre quem recai a necessidade ou a obrigatoriedade expressa pelos modais universais. Em segundo lugar, as diferenças de domínio nos ajudam a entender de onde vem essa necessidade, se ela é resultado de circunstâncias externas, de um desejo do falante, de um conjunto de leis ou regras, de um conhecimento de mundo etc.

Por isso, entendemos que essas categorias funcionais nos ajudam a entender a modalidade de forma bastante completa, incluindo tanto aspectos

semânticos quanto pragmáticos. Assim, os verbos modais serão classificados, na seção seguinte, da seguinte forma:

PA inerente extrínseca: modalidade inerente extrínseca orientada para o participante;

PA deôntica: modalidade deôntica orientada para o participante;

EV inerente extrínseca: modalidade inerente extrínseca orientada para o evento;

EV deôntica: modalidade deôntica orientada para o evento;

EV volitiva: modalidade volitiva orientada para o evento;

EV epistêmica: modalidade epistêmica orientada para o evento;

PR epistêmica: modalidade epistêmica orientada para a proposição;

PR inferencial: modalidade inferencial orientada para a proposição.

Em nossa classificação, excluimos a modalidade inerente intrínseca, já que ela não ocorre com verbos modais universais, mas somente com o verbo “poder”. Também excluimos a modalidade volitiva orientada para o participante, já que ela só ocorre em perífrases com os verbos “pensar” e “estar para” (Olbertz, 1998), que não constituem auxiliares modais no português segundo os critérios adotados neste trabalho.

Desse modo, utilizamos essas categorias, aliadas à concepção formal do que são os modais universais, para entender os verbos modais de necessidade que aparecem no nosso *corpus*.

3.2. ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, iremos analisar os verbos modais que aparecem nas dissertações de Mestrado selecionadas. Para a nossa análise, separamos as dissertações levando em consideração a parte do texto em que os modais universais aparecem. Será possível perceber que, na maioria das dissertações, os verbos modais universais aparecem somente na seção de Resultados e Discussão. Assim, a parte que retrata essas dissertações é a maior.

Além disso, traremos, ao final, uma quantificação dos verbos modais universais encontrados, a fim de facilitar uma comparação em relação aos tipos

de modalidade identificados, às partes do texto em que os verbos aparecem, aos tempos verbais empregados etc.

3.2.1. Dissertações com modais universais apenas na Metodologia

A dissertação que apresenta verbos modais universais apenas na Metodologia é a dissertação da área de Linguística. A seguir, iremos entender o conteúdo e a estrutura dessa dissertação e analisar os verbos modais universais que aparecem na sua seção de Metodologia.

3.2.1.1. Dissertação 1 – Linguística

A dissertação de Linguística, de Newton Vieira Lima Neto, denominada *Brasília, sua gente, seus sotaques: difusão candanga e focalização brasiliense na capital federal*, apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa que utiliza como método a Etnografia. Essa pesquisa teve como principais objetivos investigar a ideia que permeia o senso comum de que os brasilienses não têm sotaque e analisar falares brasilienses de pessoas de duas gerações provenientes do Plano Piloto (RA-1) ou do Gama (RA-2)¹², “por meio da descrição de alguns dos traços mais evidentes de cada um desses falares, especialmente no nível fonético-fonológico” (Lima Neto, 2018, p. 24).

Assim, a Dissertação 1 (D1) recorre a diversas vertentes da Etnografia, incluindo a Autoetnografia, o que abre bastante espaço no texto para a expressão das impressões pessoais e dos aspectos subjetivos do pesquisador. Segundo Lima Neto (2018, p. 110):

Enquanto, para alguns autores, todo fazer etnográfico seria, dessa maneira, *autoetnográfico*, a estratégia se diferenciaria ao enfatizar ainda mais a impossibilidade de um ponto de vista neutro. Ao contrário: é a partir de suas experiências e narrativas pessoais – *a partir*, e não exclusivamente – que o pesquisador estabelece uma relação com o todo da experiência cultural. É este o caso com este estudo: seja na análise dos dados, na introdução ou na fundamentação teórica, ele ganha um tom autoetnográfico que conduz toda a discussão aqui levantada.

¹² O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas (RAs), antigas cidades-satélites, que podem ser compradas a bairros.

Dessa forma, percebe-se que a seção de Metodologia da Dissertação 1 foge bastante de um padrão de texto sintético e objetivo, já que está preocupada em explicar o método de pesquisa e as escolhas do pesquisador a partir de um ponto de vista mais subjetivo. Trata-se, portanto, de um capítulo extenso, de 42 páginas.

A partir disso, verificamos que, nesse capítulo de Metodologia, há um uso bastante recorrente do verbo “dever”, e seus usos no domínio deôntico são os que mais aparecem:

1) D1: Usos do verbo DEVER no domínio deôntico na Metodologia:

- a. “a relação com o seu objeto de pesquisa, portanto, **deve** ser situada e considerada nas análises” (p. 97) (EV deôntica);
- b. “Assim, independente de adotar um viés quantitativo ou qualitativo, o pesquisador **deve** seguir um caminho rigoroso e coerente para alcançar seus objetivos e atingir um fim” (p. 99) (PA deôntica);
- c. “Tudo **deve** ser registrado em suas notas de campo (ou diários de bordo)” (p. 100) (EV deôntica);
- d. “O estudo piloto tem o objetivo de auxiliar o pesquisador a elencar seus enfoques em campo, embora uma visão holística **deva** sempre ser privilegiada” (p. 102) (EV deôntica);
- e. “O enfoque **deve** recair, então, sobre a comunidade de fala elencada” (p.103) (EV deôntica);
- f. “Os oito componentes comunicativos presentes no quadro, também chamados categorias hymesianas, estão interseccionados e por isso **devem** ser analisados de forma global” (p. 105) (EV deôntica);
- g. “o etnógrafo **deve** fornecer e se ater a uma descrição minuciosa do cenário e do momento (o tempo presente) em que o evento comunicativo ocorre.” (p. 105) (PA deôntica);
- h. “Na situação do primeiro evento, cada candidato **deveria** responder a perguntas de leitores de um jornal de grande circulação” (p. 105) (PA deôntica);
- i. “Reitero que os termos *situação comunicativa* e *situação* **devem** ser entendidos de forma distinta” (p. 105) (EV deôntica);
- j. “Além disso, ao etnógrafo em campo também são atribuídos papéis de participante que, igualmente, **devem** ser objetos de análise (p. 107) (EV deôntica);
- k. “o etnógrafo **deve** se atentar ao fato de que o meio utilizado em sua veiculação pode configurar novos significados emergentes” (p. 108) (PA deôntica);
- l. “Isso porque não é a pesquisa que **deve** estar a serviço do pesquisador, mas o contrário” (p. 120) (EV deôntica);
- m. “Os que a ela recorrem, contudo, **devem** ter em mente que essa estratégia pressupõe a inserção do pesquisador na comunidade em foco” (p. 121) (PA deôntica);

- n. “Toda pesquisa que se disponha a investigar pessoas in loco **deve** tomar as medidas necessárias para não infringir princípios éticos” (p. 128) (EV deôntica).

Nos usos deônticos do verbo “dever”, percebe-se que o contexto em que eles ocorrem é principalmente o de explicação da abordagem, dos métodos e das técnicas da sociolinguística utilizadas pelo autor em sua pesquisa.

No dado 1a, o autor tece recomendações acerca do uso de uma abordagem interpretativista. Em 1b, ele traz uma necessidade baseada naquilo que é esperado, no meio científico, de todo pesquisador, independentemente da abordagem a ser adotada. Já em 1c e 1d, ele tece recomendações a pesquisadores que queiram utilizar o método etnográfico em sua pesquisa.

Nos dados 1e, 1g, 1j e 1k, o autor apresenta considerações sobre como um etnógrafo deve proceder se quiser seguir pelo caminho da Etnografia da Comunicação. Em 1f, ele explica um quadro que contém os componentes comunicativos centrais da Etnografia da Comunicação e como eles devem ser analisados segundo as “regras” desse método de estudo linguístico. Já em 1h, ele traz um exemplo de uma situação comunicativa que pode ser interpretada à luz da Etnografia da Comunicação, que é um debate presidencial no qual os candidatos precisavam seguir as regras do debate.

No dado 1i, por sua vez, o autor traz uma nota de rodapé com uma orientação sobre como devem ser entendidos os termos da Etnografia da Comunicação, ou seja, ele traz uma orientação para o leitor. Em 1l, o autor tece considerações sobre seu método de abordagem, o qualitativo, e sobre como a geração de dados deve ocorrer de acordo com esse método. Em 1m, ele explica a técnica de observação participante, trazendo, mais uma vez, uma recomendação. E, por fim, em 1n, ele explica algumas questões éticas envolvendo a pesquisa etnográfica.

A partir dessa contextualização, percebe-se que, com exceção do dado 1h, em que o autor explica o funcionamento de um debate presidencial com intuito meramente exemplificativo, os demais usos do verbo “dever” estão trazendo recomendações ao leitor sobre como interpretar elementos referentes ao método etnográfico ou de como proceder caso resolva seguir pelo mesmo percurso metodológico, sobretudo no que se refere à Etnografia da

Comunicação. Assim, o autor do texto entende o leitor como um pesquisador em potencial, que pode optar por utilizar o método etnográfico em sua pesquisa.

Devido ao fato de os usos do verbo “dever” nesse domínio estarem associados, majoritariamente, a recomendações a um pesquisador em potencial, o tempo verbal mais utilizado é o presente do indicativo (1a,1b, 1c, 1e, 1f, 1g, 1i, 1j, 1k, 1l, 1m, 1n), sendo que há somente uma única ocorrência do tempo presente do subjuntivo (1d) e uma ocorrência do futuro do pretérito do indicativo (1h).

Além disso, nota-se que esses usos do verbo “dever” oscilam entre o alvo no participante – que, nesse caso, é o pesquisador/ o etnógrafo – e o alvo no evento – em que os usos constituem, em sua maioria, construções na voz passiva. Essas construções na voz passiva apagam aquele que recebe o papel temático de agente, ou seja, o sujeito lógico¹³, que é o “leitor” ou o “pesquisador / etnógrafo”.

Além da voz passiva, algumas construções modais com alvo no evento utilizam, como recurso de apagamento do agente, a combinação de um sujeito inanimado e um verbo como “recair” (1e), “ser” (1j), “estar” (1l), que semanticamente não requerem a presença de um sujeito animado, ou então o emprego de um sujeito que tem como núcleo “pesquisa” (1l, 1n), colocando a pesquisa como o agente, como se ela tivesse autonomia para tal.

Além desses usos do verbo “dever” no domínio deôntico, temos também os seus usos no domínio volitivo, como se percebe nos dados a seguir:

2) D1: Usos do verbo DEVER no domínio volitivo na Metodologia:

- a. “A relação entre objetivos específicos e subseções, entretanto, não **deve** ser interpretada de forma imediata baseada na sequência numérica apresentada” (p. 113) (EV volitiva);
- b. “Além disso, o formulário – que está disponível no Apêndice B e **deve** ser entendido em conjunto com as explicações aqui fornecidas – previa a análise desses critérios em três fases distintas da vida” (p. 131) (EV volitiva).

Em ambos os dados, o verbo “dever” é utilizado para tecer recomendações ao leitor sobre como interpretar (ou não interpretar) o texto e a pesquisa, com base naquilo que é desejado pelo autor, segundo o que ele

¹³ Para um melhor entendimento das diferenças entre sujeito lógico, sujeito gramatical e sujeito psicológico, ler Halliday e Matthiessen (2014).

considera mais adequado para uma compreensão coerente do que ele apresenta no texto. Tanto o dado 2a quanto o dado 2b apresentam alvo no evento, ou seja, apresentam sujeito inanimado. Nos dois casos, há o apagamento do agente da ação com o emprego da voz passiva. Porém, podemos entender que esse agente é o leitor, que irá interpretar a relação entre os objetivos específicos e as subseções (2a), bem como o formulário em conjunto com as explicações fornecidas (2b).

Em relação ao tempo verbal, nota-se que ambos os verbos estão no presente do indicativo, o que mostra que, assim como o domínio deôntico, o domínio volitivo traz necessidades referentes ao momento da leitura do texto em diante, e não necessidades relacionadas a um momento anterior, de desenvolvimento da pesquisa.

Além do uso recorrente do verbo “dever”, a Metodologia da Dissertação 1 também apresenta alguns usos do verbo modal “ter de”, como se nota a seguir:

3) D1: Uso do verbo TER DE no domínio deôntico na Metodologia:

- a. “É por essa razão que aqueles que optam por se inserirem como participantes dentro de um estudo de caráter etnográfico **têm de** esclarecer os limites de sua inserção na comunidade” (p. 121) (PA deôntica).

Percebe-se que, no uso deôntico da perífrase, a obrigação é atribuída aos pesquisadores etnógrafos, a “aqueles que optam por se inserirem como participantes dentro de um estudo de caráter etnográfico”, o que mostra, mais uma vez, que o enunciador está tecendo recomendações ao pesquisador em potencial que lê o seu texto, ao mesmo tempo em que se inclui nesse grupo de pesquisadores e trata também da sua própria pesquisa. Por esse motivo, o tempo utilizado é o presente do indicativo.

4) D1: Usos do verbo TER DE no domínio inerente extrínseco na Metodologia:

- a. “Em razão de sua extensão, a figura a seguir **teve de** ser alocada numa página única” (p. 113) (EV inerente extrínseca);
- b. “Nesta pesquisa, **tive de** assumir diferentes papéis” (p. 122) (PA inerente extrínseca).

Já nos usos do verbo no domínio inerente extrínseco, notam-se contextos um pouco diferentes. Em 4a, o enunciado apresenta uma função dêitica: a de

explicar a alocação da figura contida no próprio texto. Assim, o verbo “ter de” expressa uma necessidade que se dá em virtude das circunstâncias do meio físico em que o texto está inserido: como o texto é organizado em páginas, uma figura muito grande precisou ser alocada para uma outra página que pudesse contê-la. Assim, a necessidade de alocar a figura em uma outra página recai sobre aquele que tem o papel temático de agente, aquele que realiza ação de alocar a figura, que é o próprio do autor do texto. Contudo, esse agente foi ocultado com o uso da voz passiva, o que leva a modalidade a ter como alvo o evento.

Já em 4b, o autor do texto não faz uso de nenhum artifício para se apagar no discurso, utilizando o verbo modal em voz ativa com a primeira pessoa do singular e demonstrando uma necessidade advinda das circunstâncias da pesquisa: a de assumir diferentes papéis de acordo com a técnica de pesquisa utilizada e o objeto de estudo.

Em ambos os casos, o tempo verbal utilizado é o pretérito perfeito do indicativo, já que o verbo modal traz necessidades relacionadas a momentos anteriores ao da leitura do texto, ou seja, ao momento em que o texto estava sendo escrito (4a) e ao momento em que a pesquisa estava sendo desenvolvida (4b).

Ademais, percebe-se que o uso predominante da perífrase “ter de” na Metodologia da Dissertação 1 é o uso inerente extrínseco, que expressa uma necessidade advinda de circunstâncias externas (o formato do texto e as circunstâncias da pesquisa), ao passo que “dever” é usado com mais frequência como modal deôntico.

O capítulo de Resultados e Discussão dessa dissertação, por sua vez, continha 7 páginas e apresentou somente o verbo modal existencial “poder” – que não foi considerado para fins deste trabalho pois não é um verbo que expressa modalidade universal – e algumas construções do tipo “ser possível”, “ser preciso”, entre outras – que não foram consideradas por não constituírem construções com auxiliares modais.

Vejamos agora, na próxima seção, como os verbos modais universais são utilizados em outras dissertações.

3.2.2. Dissertações com modais universais apenas em Resultados e Discussão

Dentre as seis dissertações analisadas, quatro apresentaram verbos modais universais somente na parte de Resultados e Discussão. São elas: a dissertação da área de Antropologia (Dissertação 2), a dissertação da área de Ciência da Informação (Dissertação 3), a dissertação da área de Agronomia (Dissertação 4) e a dissertação da área de Engenharia Elétrica (Dissertação 5).

A seguir, apresentaremos cada uma das dissertações e mostraremos como os verbos modais universais são utilizados em cada uma delas.

3.2.2.1. Dissertação 2 – Antropologia

A dissertação de Antropologia, de Miguel Antonio dos Santos Filho, denominada *Justiça, Reconhecimento e Modernização: a judicialização da violência doméstica e seus dilemas no Brasil e em Timor-Leste*, apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa que também utiliza como método investigativo a Etnografia. Essa pesquisa teve como principal proposta “discutir e analisar o processo de institucionalização do combate à violência doméstica no Brasil e em Timor-Leste por meio de uma abordagem comparativa” (dos Santos Filho, 2019, p. 14).

Um dos principais pontos que o pesquisador procurou defender, nessa dissertação, foi a importância de a esfera judicial do poder público ficar responsável por tratar dos casos de violência doméstica, já que, muitas vezes instâncias não governamentais, baseadas em lógicas de grupo, tomam essa responsabilidade para si e acabam mais prejudicando do que ajudando as mulheres vítimas de violência, ao buscarem uma reconciliação entre as partes envolvidas no caso e ao trazerem penalidades pouco significativas aos agressores (dos Santos Filho, 2019).

Além disso, em Timor-Leste, as mulheres eram muitas vezes obrigadas, pelas instâncias locais, a participar do cumprimento da penalidade. Essas instâncias consideravam que elas deveriam pagar compensações à família do marido, pois entendiam que, mesmo tendo sido agredidas, as mulheres também eram responsáveis pela agressão sofrida (dos Santos Filho, 2019).

Tendo em vista essa discussão, abordada ao longo da Dissertação 2 (D2), podemos entender melhor o uso dos modais e os sentidos apresentados por eles nessa dissertação.

Assim, em relação à estrutura textual, a Metodologia dessa dissertação se mostrou bastante objetiva, constituindo apenas uma parte da Introdução e contendo apenas 4 páginas. Nessa seção de Metodologia, não houve o uso de verbos modais (nem universais, nem existenciais).

Já a parte de Resultados e Discussão, difundida ao longo do texto em diversas subseções e totalizando 28 páginas, apresentou mais marcas de subjetividade, dentre elas, a modalização com o verbo modal “dever”. Esse verbo foi bastante utilizado, sobretudo nos domínios deôntico e volitivo.

A seguir, apresentam-se os usos desse verbo no domínio deôntico:

5) D2: Usos do verbo DEVER no domínio deôntico em Resultados e Discussão:

- a. “Certamente essa é uma etapa fundamental de tudo aquilo que compõe uma lide judicial e é o material sobre o qual os representantes do sistema de justiça **devem** se debruçar” (p. 61) (PA deôntica);
- b. “Também auxilia na percepção da tradição inquisitorial marcante do Direito brasileiro, o fato de que, as informações prestadas pelos réus que não constem – ou que constem em desacordo com os autos dos processos – **devem** ser *provadas*” (p. 75) (EV deôntica);
- c. “Assim, tais autoridades, responsáveis pela finalização dos processos, sentem-se detentoras de um saber especial, único e com respaldo tal para a tomada de decisões sobre as quais não **devem** prestar contas, exceto a seus pares, como ressalta Kant de Lima (2010)” (p. 75) (PA deôntica);
- d. “Estes retratos e as interpretações que deles se depreendem têm também a função de nos fazer olhar sobre o modo como práticas e discursos escapam mais ou menos às normatividades que operam (ou **deveriam** operar) na sociedade, implicando a recriação e negociação das próprias medidas legais a partir das percepções, orientações e/ou disposições dos operadores do direito” (p. 77) (EV deôntica);
- e. “Elas **deveriam** agir e se portar de acordo com as regras do novo universo jurídico-judicial, cujo funcionamento era bastante distinto daquele das formas locais de resolução de conflito que operam nas aldeias leste-timorenses” (p. 103) (PA deôntica);
- f. “Essa similaridade entre os dois países justifica sob seus próprios argumentos uma comum reclamação que é a da não observação ou garantia dos direitos individuais das mulheres, pressionando que estes mesmos direitos **devessem** ser resguardados pela esfera adequada, que é encontrada/projetada nas agências e agentes do Estado, mais especificamente em seu corpo judicial” (p. 127) (EV deôntica);

- g. “Neste contexto de demandas, o Estado é representado como ente legitimador, que **deve** atuar para dar respostas e, ao mesmo tempo, ordenar as relações (ROSEN, 2006)” (p. 131-132) (PA deôntica);
- h. “Este reequilíbrio **deveria** então ser estabelecido pelo Estado, por meio dos sistemas de justiça, o que é requerido por movimentos que buscam o reconhecimento da situação de vulnerabilidade das mulheres ao mesmo tempo em que as defendem enquanto sujeitos de direitos” (p. 132) (EV deôntica);
- i. “O objetivo dos grupos reflexivos é, então, o de fazer com que homens acusados de violência doméstica no âmbito da Lei Maria da Penha entendam a origem de seus comportamentos agressivos, os reconheçam enquanto inadequados e façam deles objeto de transformação. Suas condutas, enquadradas como culturalmente machistas **devem** ser civilizadas, readequadas aos novos padrões comportamentais e expectativas sociais fundamentados em valores igualitários e garantidores de direitos (MARTINEZ-MORENO, 2018)” (p. 133) (EV deôntica);
- j. “Naquele contexto, durante os atendimentos prestados por membros das equipes, formadas por psicólogos, advogados e assistentes sociais, havia quem desse orientações sobre as mulheres **deverem** ou não prosseguir com os processos, bem como com suas relações conjugais” (p. 134) (PA deôntica);
- k. “Vimos várias práticas que visavam inculcar nos sujeitos a valorização em se preservar a esfera individual e as qualidades que competem a estes sujeitos, como é o caso de seus direitos que **devem** ser preservados” (p. 136) (EV deôntica);
- l. “De acordo com instituições como a FOKUPERS e o GPI essas instâncias não só não **deveriam** como não poderiam reparar adequadamente as mulheres uma vez que tenderiam a revitimizá-las e impor a elas as penalizações para garantir o pagamento das prestações devidas ao fim das resoluções de disputas” (p. 138) (PA deôntica);
- m. “Essas (potenciais) transformações são bastante características de processos de modernização, assentados na criação e valorização de uma ideia de indivíduo, o qual **deve** se sobressair aos valores de grupo, das famílias ampliadas e, no limite, das ‘tradições’” (PA deôntica) (p. 138).

Nos dados com o verbo “dever” no domínio deôntico, nessa dissertação, notamos que esse verbo é utilizado, principalmente, no intuito de atribuir deveres / responsabilidades a cada uma das partes envolvidas em processos judiciais que tratam de casos de violência doméstica, desde os civis até as autoridades judiciais do Estado.

Assim, no dado 5a, o autor do texto estabelece uma responsabilidade aos representantes de justiça em relação às informações que devem ser levadas em consideração para o julgamento do caso. Em 5b, ele apresenta uma

responsabilidade que cabe aos réus, acerca das informações que precisam ser provadas no processo judicial. Em 5c, ele trata de uma obrigação que as autoridades judiciais não têm, ou seja, de algo que elas não precisam fazer, que é prestar contas. Em 5d, ele estabelece que as leis e as normas deveriam operar na sociedade, ou seja, em um mundo justo, correto e ideal, as autoridades teriam essa obrigação de colocá-las em prática, o que muitas vezes não acontece no mundo real. Em 5e, ele fala sobre uma atividade oferecida às mulheres de Timor-Leste para a prática de um julgamento em tribunal. Nessa prática, que funciona como um treinamento, eles ensinam como as mulheres devem agir e se portar, segundo as regras de conduta do universo jurídico.

Já em 5f, apesar do uso da voz passiva, o autor deixa evidente que os responsáveis por resguardar os direitos das mulheres são os agentes do Estado, mais especificamente os do corpo jurídico. Em 5g e 5h, ele trata das responsabilidades do Estado, ainda que utilize a voz passiva em 5h. Em 5i, ele aborda o dever dos homens acusados de violência doméstica, que é o de recivilizar e readequar suas condutas. Em 5j, existe o relato de uma orientação dada às mulheres vítimas de violência doméstica, que é a de prosseguir ou não com os processos judiciais e os relacionamentos conjugais, sendo essa orientação baseada naquilo que é esperado socialmente.

Em 5k, ele utiliza a voz passiva para falar de direitos individuais, que precisam ser preservados, sendo que essa responsabilidade é das autoridades judiciais. Já em 5l, ele trata de instâncias que não deveriam lidar com esses casos de violência, que são as instituições locais baseadas em lógicas de grupo, já que, legalmente, a esfera judicial é que é a responsável por julgar casos de violência doméstica. Essas instituições, além de não terem esse dever perante a lei, não são capazes de amparar adequadamente as mulheres vítimas de violência doméstica. Por fim, no dado 5m, existe a necessidade, estabelecida pela lógica da nossa sociedade moderna, de o indivíduo se colocar acima dos valores de grupo.

Percebemos, portanto, que os usos deônticos do verbo “dever” têm a ver tanto com as leis, os códigos penais dos países estudados, quanto com as regras sociais e as condutas aceitas socialmente, seja no âmbito de comunidades tradicionais ou no âmbito de uma sociedade moderna, pautada nos direitos individuais.

O grande número de modais com alvo no participante se dá justamente por conta da atribuição de responsabilidades que é feita pelo autor do texto. Desse modo, até em alguns casos de modalidade com alvo no evento, é possível identificar o agente da ação no enunciado, como em 5b, 5f, 5h e 5i.

Além disso, o tempo verbal predominante nesses verbos é o presente do indicativo (5a, 5b, 5c, 5g, 5i, 5k, 5m), devido a essa atribuição de responsabilidades, que estabelece obrigações no tempo presente (a partir da leitura do texto). Contudo, o futuro do pretérito (5d, 5e, 5h, 5l) e o pretérito imperfeito do subjuntivo (5f) também aparecem, para tratar de projeções futuras feitas no passado (5e, 5l), mas principalmente para tratar de situações esperadas em um mundo ideal, em que tudo é feito de forma correta (5d, 5f, 5h). Além disso, há um uso de infinitivo flexionado (5j), que também traz uma situação em que uma projeção futura é feita no passado.

Vejamos agora como se dá o uso de modalidade no domínio volitivo nessa dissertação:

6) D2: Usos do verbo DEVER no domínio volitivo em Resultados e Discussão:

- a. “Nesse sentido, **deve** também se chamar atenção para o modo como as mulheres podem ser alvo de constrangimentos ao tentarem retomar o protagonismo nos processos, desmobilizando o recurso penal” (p. 61) (EV volitiva);
- b. “Não se **deve** perder de vista que certas práticas dos agentes do setor judiciário podem colaborar para o afastamento entre a população e o sistema de justiça, bem como produzir a descrença dos sujeitos nas instituições judiciais como já apontara Teixeira Mendes” (p. 78) (EV volitiva);
- c. “É preciso atentar para o poder que as decisões e orientações dos magistrados e outros agentes neste campo (como é o caso dos profissionais das equipes multidisciplinares do DF) têm no curso da vida e das relações destes sujeitos, do mesmo modo como se **deve** prestar atenção ao poder que o direito tem em regular a vida das pessoas, o que não se limita às normas expressas nos códigos, mas sim ao poder prático dos operadores, ou como é possível colocar em outros termos, no direito dos operadores” (p. 78) (EV volitiva);
- d. “Ainda nesse sentido, **deve-se** dar atenção às atividades cujo foco são outros agentes multiplicadores, jovens que, engajados com pautas igualitárias e de defesa dos direitos humanos das mulheres, são municiados de embasamento legal para conscientizarem mais pessoas em suas comunidades acerca dos direitos das mulheres e da centralidade ocupada

- pelo sistema de justiça em produzir a reparação adequada a elas” (p. 125) (EV volitiva);
- e. “Tais demandas **devem** ser pensadas, nestes contextos de disputa política sobre a adoção de mecanismos judiciais, a partir do valor que se atribui às assimetrias de poder nas relações de gênero – as quais podem estar associadas ao recurso à violência para manutenção das mesmas (MOORE, 1994) – como algo que deve ser desestabilizado para então as reequilibrar” (p. 132) (EV volitiva);
 - f. “É fundamental notar também que o trabalho de diferentes organizações e instituições em Timor-Leste coopera para que as mulheres e outros agentes passem a reconhecer as individualidades destas primeiras, suas esferas subjetivas de direitos e seus egos autocentrados, os quais não **devem** – frente a situações de violência – ser amparados por instituições locais baseadas em lógicas de grupo” (p. 138) (EV volitiva);
 - g. “Ainda no plano de possíveis efeitos de subjetivação por meio de reorientação de condutas, agora dos requeridos nos processos de violência doméstica, **deve-se** destacar o encaminhamento dos homens a grupos reflexivos de gênero e a outras comunidades terapêuticas” (p. 139) (EV volitiva);
 - h. “Isso **deve** ser lido à luz do caráter inquisitorial do sistema judicial brasileiro, fortemente caracterizado para manter hierarquias e desigualdades [...]” (p. 139) (EV volitiva).

Nos dados 6a, 6b, 6c, 6d e 6g, o autor do texto faz uso da modalidade volitiva para chamar a atenção do leitor para certos pontos que, para ele, merecem atenção, ou seja, para pontos que ele deseja destacar. Já em 6e e 6h, ele tece orientações ao leitor sobre como pensar e interpretar as questões abordadas no texto, com base no seu posicionamento acerca do tema. E, em 6f, o autor estabelece uma necessidade, baseado na sua posição de que as instituições locais não são as mais adequadas para garantir os direitos das mulheres.

Como o intuito do autor é chamar a atenção do leitor (6a, 6b, 6c, 6d e 6g), tecer recomendações (6e, 6h) e expressar um posicionamento (6f), o tempo verbal utilizado, em todos os casos, é o presente do indicativo.

O alvo da modalidade, por sua vez, é o evento, em todos os casos, já que o agente das ações é sempre ocultado pela voz passiva. Em 6a e 6g, interpretamos que o agente da ação é o próprio autor do texto, pois é ele quem chama a atenção (6a) e destaca a informação (6g). Já em 6b, 6c, 6d, 6e e 6h, podemos entender que o agente é o leitor ou as pessoas interessadas no assunto, pois o agente é todo aquele que deve: não perder de vista (6b), prestar

atenção (6c), dar atenção (6d), pensar (6e) e ler (6h) o que está sendo colocado no texto. Em 6f, por sua vez, é possível identificar que o agente são as instituições locais baseadas em lógicas de grupo, que não devem amparar os egos das mulheres vítimas de violência.

Além desses usos do verbo modal “dever”, temos ainda os usos desse verbo no domínio inerente extrínseco, como se nota a seguir:

7) D2: Usos do verbo DEVER no domínio inerente extrínseco em Resultados e Discussão:

- a. “Ao mesmo tempo as ensina que a ‘justiça tradicional’ não é a mais adequada para reparar seus direitos e que, desse modo, elas **deveriam** reorientar sua busca por justiça, se afastando dos modos locais de resolução de disputas e aderindo ao sistema judiciário” (p. 125) (PA inerente extrínseca);
- b. “Tais demandas devem ser pensadas, nestes contextos de disputa política sobre a adoção de mecanismos judiciais, a partir do valor que se atribui às assimetrias de poder nas relações de gênero – as quais podem estar associadas ao recurso à violência para manutenção das mesmas (MOORE, 1994) – como algo que **deve** ser desestabilizado para então as reequilibrar” (p. 132) (EV inerente extrínseca).

No dado 7a, uma circunstância externa faz com que surja a necessidade de as mulheres reorientarem a sua busca por justiça, ou seja, de recorrerem ao poder judiciário em vez da justiça tradicional local. Essa circunstância é o fato de a justiça local não conseguir reparar seus direitos da forma mais adequada. Já em 7b, há um objetivo a ser alcançado, o reequilíbrio das relações de gênero, que só pode ser alcançado por meio da desestabilização das assimetrias de poder.

Enquanto em 7a o alvo é o participante, já que são as mulheres que precisam optar por novas formas de buscar justiça; em 7b, o alvo é o evento, o que faz com que não fique claro quem são os responsáveis por desestabilizar essas assimetrias de poder.

Em 7a, o verbo está no futuro do pretérito, já que se trata de uma situação passada com projeção no futuro, em que a organização não-governamental FOKUPERS orientou as mulheres acerca do que deveriam fazer. Já em 7b, há o uso do tempo presente do indicativo, pois se trata da necessidade de uma desestabilização que ainda precisa acontecer e que foi estabelecida para o momento atual (da leitura do texto em diante).

Nas partes analisadas nessa dissertação, não encontramos o verbo modal de necessidade forte, “ter de” / “ter que”, sendo o verbo “dever” o único modal universal utilizado.

Na próxima seção, veremos como a dissertação de Ciência da Informação utiliza os modais universais.

3.2.2.2. *Dissertação 3 – Ciência da Informação*

A dissertação de Ciência da Informação, de Marcos Fragomeni Padron, denominada *Uma proposta de modelo conceitual para representação da música popular brasileira*, apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual se realizou uma revisão bibliográfica para a criação de um modelo conceitual que formaliza as características da música popular brasileira. Além da criação desse modelo conceitual, esse trabalho também realizou um experimento de extensão do *Modelo de Referência para Dados Bibliográficos da IFLA (IFLA LRM)*, um modelo bibliográfico de organização estrutural que pode ser utilizado em *Linked Data*¹⁴, possibilitando aos usuários navegarem facilmente entre bases bibliográficas distintas e diferentes provedores de informação (Padron, 2019). Em relação ao posicionamento adotado no trabalho, Padron (2019, p. 28) explica que:

Advoga-se que um modelo conceitual formal é uma poderosa ferramenta para o entendimento, comunicação e análise de um domínio do conhecimento, explicitando seus conceitos e reduzindo a ambiguidade terminológica, e que a existência de um modelo conceitual formal de representação da música popular brasileira pode apoiar a construção de sistemas que melhor atendam às necessidades informacionais de usuários especialistas e a integração de bases de dados bibliográficas e não bibliográficas que lidam com diferentes visões desse domínio, incluindo a publicação e o intercâmbio de dados bibliográficos musicais na Web Semântica.

Tendo isso em vista, a Dissertação 3 (D3) é organizada de modo que a Metodologia é uma breve subseção de 2 páginas, a qual apresenta somente um verbo modal existencial. Já a parte de Resultados e Discussão, denominada

¹⁴ O *Linked Data* “consiste em um método, ou melhores práticas, para a publicação de dados estruturados na *Web Semântica*” (Padron, 2019, p. 27), de modo que esses dados estejam interligados e possam ser lidos tanto por pessoas como por máquinas.

“Parte III – Resultado”, é composta por dois capítulos, que totalizam 46 páginas, apresentando alguns usos do verbo modal “dever”.

O uso mais produtivo do verbo “dever”, nessa dissertação, é o seu emprego no domínio inerente extrínseco, como se nota a seguir:

8) D3: Usos do verbo DEVER no domínio inerente extrínseco em Resultados e Discussão:

- a. “O atributo *quantidade* indica o número de instâncias de meios de *performance* daquele tipo que **deverão** ser usadas na execução do arranjo” (p. 156) (EV inerente extrínseca);
- b. “Quanto maior a necessidade de formalização, mais elementos **devem** ser adicionados ao modelo, no entanto, o excesso de elementos muitas vezes dificulta a sua leitura” (p. 168) (EV inerente extrínseca);
- c. “Esta limitação da linguagem OntoUML é reconhecida por Guizzardi, Wagner, Almeida e Guizzardi (2015), ao comentarem que ‘subversões sistemáticas da linguagem’ **devem** ser estudadas com o objetivo de evoluir a UFO e a própria OntoUML” (p. 170) (EV inerente extrínseca);
- d. “A extensão do modelo IFLA LRM visa a implementação de um protótipo de biblioteca digital especializada em música popular brasileira cuja navegação atenda às necessidades de usuários especialistas com perfil similar ao dos músicos entrevistados por Silva (2017). Essa aplicação **deverá** publicar (i) arquivos de áudio com gravações de performances e (ii) arquivos de texto e de imagem com letras de música e música escrita (i. e., na forma de partituras, cifras, etc.)” (p. 175) (EV inerente extrínseca).

Em três dos quatro usos do verbo “dever” como inerente extrínseco, entende-se que a necessidade se dá por um objetivo que se deseja alcançar. O enunciado em 8a trata da execução de arranjos por meio de “meios de *performance*”. Segundo Padron (2019, p. 155), um meio de *performance* é “qualquer meio utilizado por um músico para expressar som em uma *performance* musical”, podendo ser um instrumento musical, a voz do cantor ou qualquer coisa que produza sons. Assim, entende-se que meios de *performance* precisam ser utilizados para que arranjos musicais sejam executados.

Já em 8c, o objetivo a ser alcançado está explícito no enunciado e é fazer evoluir os modelos bibliográficos. Em 8d, por sua vez, o objetivo é atender às necessidades de usuários especialistas, o que ocorre a partir da publicação dos elementos elencados.

O exemplo 8b, por sua vez, não apresenta um objetivo a ser alcançado, mas sim uma circunstância externa que gera a necessidade de se adicionarem

mais elementos ao modelo. Essa circunstância externa é a necessidade de formalização.

Percebe-se que, em todos os dados, a modalidade tem como alvo o evento, já que o agente da ação não é evidenciado. Nos três primeiros dados do verbo “dever” inerente extrínseco, ele aparece combinado à voz passiva. E, no último dado, ele tem como sujeito o termo “a aplicação”, que constitui um sujeito inanimado.

Assim, nota-se que os responsáveis por usar os meios de *performance* (8a), adicionar elementos ao modelo (8b), estudar subversões sistemáticas da linguagem (8c) e publicar arquivos na aplicação (8d) são omitidos nos enunciados. Contudo, em 8a, entende-se que são os músicos que utilizam os meios de *performance* para executar o arranjo. Já em 8b, 8c e 8d, o agente pode ser entendido como qualquer pessoa que queira estudar e aplicar o modelo conceitual e os modelos bibliográficos. Dessa forma, entende-se que o autor tece recomendações, indiretamente, ao seu leitor, como potencial usuário e aplicador dos modelos.

Em relação aos tempos verbais, nota-se que os verbos se encontram no presente (8b, 8c) ou no futuro (8a, 8d), já que a maior parte dos enunciados traz orientações ao leitor, como potencial usuário e aplicador dos modelos (8b, 8c e 8d), ao passo que 8a apresenta uma necessidade para um futuro hipotético, no qual um arranjo é criado.

Além desses usos do verbo “dever” como inerente extrínseco, temos também seu uso como deôntico, conforme se nota no dado a seguir:

9) D3: Uso do verbo DEVER no domínio deôntico em Resultados e Discussão:

- a. “É importante notar que, para uma música ser considerada uma canção, o texto **deve** ser privilegiado” (p. 150) (EV deôntica).

Nesse enunciado com o verbo “dever”, o autor do texto explica um dos conceitos do seu modelo, que é o conceito de “canção”, o qual difere do conceito de “música instrumental”, já que este último coloca a voz humana no mesmo nível dos outros instrumentos. Assim, entendendo esse modelo conceitual como um conjunto de regras para categorização musical, percebemos que a

necessidade expressa pelo modal se dá por essa regra de classificação instituída pelo modelo. Trata-se, portanto, de um modal deôntico.

Além disso, o alvo da modalidade é o evento, já que a construção está na voz passiva, com sujeito inanimado, e o agente da ação pode ser qualquer pessoa que resolva compor uma canção. O tempo verbal utilizado, por sua vez, é o presente, pois essa necessidade de privilegiar o texto no momento de compor a música pode ser considerada uma verdade de alcance ilimitado no tempo, ou seja, é algo que precisa acontecer sempre que o compositor quiser que a música seja considerada uma canção.

Outro uso do verbo “dever” que aparece nessa dissertação é o “dever” no domínio volitivo, como se observa a seguir:

10) D3: Uso do verbo DEVER no domínio volitivo em Resultados e Discussão:

- a. “De qualquer forma, **deve** ser endereçada pelo modelo a constatação de que a ‘percepção dos gêneros pode mudar com o tempo’ (SILVA, 2017, p. 50)” (p. 174) (EV volitiva).

Esse uso do verbo modal “dever” demonstra claramente um desejo do autor de que o seu modelo veicule a constatação de fluidez dos gêneros musicais, os quais podem ser percebidos de forma diferente com o passar do tempo. Ou seja, ele quer que seu modelo seja entendido como flexível, adaptável, e não como um conjunto de regras fixas para a interpretação dos gêneros da música popular brasileira.

Desse modo, o tempo presente é utilizado para demonstrar que essa constatação precisa ser veiculada pelo modelo do momento em que as pessoas têm acesso ao trabalho em diante, representando mais uma verdade de alcance ilimitado no tempo.

Tanto o uso deôntico quanto o uso volitivo do verbo “dever” dizem respeito, portanto, ao modelo conceitual criado pelo autor do texto e ao entendimento desse modelo e dos seus conceitos.

Nessa dissertação, também não foram encontrados usos do verbo “ter de” / “ter que”. Veremos agora como outras dissertações utilizam os verbos modais universais.

3.2.2.3. Dissertação 4 – Agronomia

A dissertação de Agronomia, de Juliana Martins de Oliveira, é denominada *Cinética de Decomposição do Ozônio, Efeito Fungicida e na Qualidade de Castanha-do-Brasil (Bertholletia Excelsa H.B.K.)*. A pesquisa apresenta uma abordagem quantitativa e objetivou “avaliar a cinética de decomposição do gás ozônio, o efeito fungicida desse gás e possíveis alterações qualitativas na castanha-do-Brasil em decorrência do processo de ozonização” (Oliveira, 2018, p. 2).

O método utilizado, ainda que não tenha sido explicitado, foi o hipotético-dedutivo, ou seja, formulou-se uma hipótese na tentativa de resolver uma lacuna no conhecimento e, em seguida, testou-se essa hipótese. Dessa forma, tendo em vista que o ozônio já vem sendo utilizado como método para o controle de fungos em alimentos e que já são encontrados na literatura diversos trabalhos acerca do efeito do ozônio sobre microrganismos (Oliveira, 2018), a intenção dessa pesquisa foi avaliar seu efeito especificamente na castanha-do-brasil.

Assim, para avaliar a cinética da decomposição do ozônio, seu efeito fungicida e alterações na qualidade do alimento, foram realizadas diversas quantificações, que demonstraram que o ozônio cumpre bem o seu papel de fungicida e não altera a qualidade da castanha.

A partir disso, a pesquisa divide-se em duas partes, que compõem dois capítulos no texto da Dissertação 4 (D4): o Capítulo 1, que trata da cinética de decomposição do gás ozônio em meio poroso contendo castanha-do-brasil; e o Capítulo 2, que trata do efeito do gás ozônio como fungicida e do seu impacto na qualidade da castanha-do-brasil e do óleo bruto extraído dela. Assim, cada um desses capítulos tinha sua própria seção de Metodologia e sua própria seção de Resultados e Discussão. Ao todo, a dissertação continha 9 páginas de Metodologia e 16 páginas de Resultados e Discussão.

Nas seções de Metodologia, não foi encontrado nenhum verbo modal universal, mas somente construções existenciais do tipo “ser possível”. Na seção de Resultados e Discussão do Capítulo 1, também não foi encontrado qualquer verbo modal universal, mas somente o verbo “poder” e construções do tipo “ser possível”. Já na parte de Resultados e Discussão do Capítulo 2, o verbo “dever”, que expressa modalidade universal, foi encontrado:

11) D4: Uso do verbo DEVER no domínio inerente extrínseco em Resultados e Discussão:

- a. “Quanto ao índice de peróxido do óleo bruto, cujo limite estabelecido pelo *Codex Alimentarius* é de 15 mEq kg^{-1} , obtiveram-se valores entre 12,4 e 21,4 mEq kg^{-1} . Essa faixa de variação pode ser atribuída à qualidade inicial da matéria-prima, não **devendo**, portanto, ser atribuídos ao processo de ozonização, nas condições adotadas no presente trabalho” (p. 54) (EV inerente extrínseca).

No único uso de “dever” encontrado nas seções analisadas nessa dissertação, ele aparece como inerente extrínseco e acompanhado de uma negação. A necessidade, nesse caso, é criada por uma circunstância externa: o fato de a faixa de variação estar relacionada à qualidade inicial da matéria prima. Desse modo, surge a necessidade de não se atribuir essa variação ao processo de ozonização.

Como o agente da ação não é evidenciado e há o uso da voz passiva, a modalidade tem como alvo evento. Apesar dessa impessoalidade construída com a voz passiva, entende-se que, nesse uso do verbo modal “dever”, a autora do texto tece uma recomendação ao leitor, para que ele não interprete de forma equivocada os dados apresentados. Para isso, utiliza o verbo “dever”, que é um verbo modal de necessidade fraca, o que faz com que o enunciado possa ser interpretado como um conselho, uma recomendação.

Essa recomendação, por sua vez, aparece como uma oração adjunta à oração principal, trazendo uma ideia de consequência. Ou seja, como a faixa de variação pode ser atribuída à qualidade inicial da matéria-prima, conseqüentemente, não deve ser atribuída ao processo de ozonização. Assim, trata-se de uma oração subordinada adverbial consecutiva reduzida de gerúndio, que veicula uma recomendação para o momento presente (o momento da leitura do texto).

Nenhum outro verbo modal universal foi encontrado nas seções analisadas nessa dissertação. A seguir, veremos como uma dissertação da área de Engenharia Elétrica utiliza os verbos modais universais.

3.2.2.4. Dissertação 5 – Engenharia Elétrica

A dissertação de Engenharia Elétrica, de João Paulo Gomes Ribeiro, intitulada *Estudo e Avaliação de Funções de Proteção de Linhas de Transmissão Aplicadas no Domínio do Tempo Disponíveis no Relé Sel-T400I*, apresenta uma pesquisa de abordagem quantitativa que buscou avaliar o desempenho do relé SEL-T400L na proteção de linhas de transmissão de energia elétrica.

O relé é um dispositivo eletromagnético que funciona como um interruptor controlado remotamente. Os relés de proteção servem para monitorar e proteger equipamentos elétricos de condições anormais, como curtos-circuitos e sobrecargas. Em grandes sistemas elétricos, como o Sistema Interligado Nacional (SIN), os relés de proteção “são responsáveis por promover desligamentos seletivos, evitando blecautes de grandes proporções” (Ribeiro, 2019, p. 2).

Assim, o relé SEL-T400L é um relé microprocessado baseado no domínio do tempo. Nessa pesquisa, buscou-se identificar as principais vantagens e limitações no uso desse dispositivo para a proteção de linhas de transmissão de energia elétrica, em relação a sistemas reais e simulados, ou seja, em relação a casos reais de falhas em uma linha de transmissão do Sistema Interligado Nacional, assim como em redes elétricas modeladas em um programa de simulação.

Para esse estudo, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, testando-se a hipótese de que o dispositivo seria eficiente na proteção dos sistemas elétricos, já que, segundo Ribeiro (2019, p. 4), relés microprocessados modernos, como o relé SEL-T400L, são “capazes de processar as amostras instantâneas dos sinais monitorados com o objetivo de reduzir os atrasos nos tempos de detecção de faltas”, o que levava o pesquisador a crer que esse dispositivo seria mais rápido, seguro e confiável na detecção de faltas em uma linha de transmissão.

A partir disso, foi possível analisar a seção de Metodologia e a seção de Resultados e Discussão da Dissertação 5 (D5). A seção de Metodologia contém 11 páginas e não apresenta qualquer verbo modal universal, mas somente o verbo modal “poder”. Já a seção de Resultados e Discussão contém 38 páginas e apresenta alguns usos do verbo “dever”, sendo o domínio inerente extrínseco o mais recorrente:

12) D5: Usos do verbo DEVER no domínio inerente extrínseco em Resultados e Discussão:

- a. “Consequentemente, como tais mudanças não impõem riscos à integridade física da linha protegida, **devem** ser tratadas como normais pelos dispositivos de proteção” (p. 89) (EV inerente extrínseca);
- b. “O *pickup* dos elementos de sobrecorrente **deve** ser ajustado de forma a trazer a sensibilidade desejada às funções aplicadas no domínio do tempo” (p. 94) (EV inerente extrínseca);
- c. “Por fim, do total de casos associados a base de dados de curto-circuito referente às simulações em massa contabilizadas, a TW32 não sinalizou os distúrbios incidentes somente quando não **deveria**, ou seja, nas situações em que OV's não são lançadas na LT ($\theta \approx 0^\circ$), o que representa 33% do total de casos” (p. 105) (EV inerente extrínseca);
- d. “Dos resultados, percebe-se que o elemento diferencial cobriu com precisão a linha monitorada em todos os cenários de faltas para as quais **deveria** atuar, ou seja, todas aquelas não iniciadas próximas ao cruzamento da tensão pelo zero” (p. 105) (EV inerente extrínseca);
- e. “Por fim, de forma análoga à TW32, para a base de casos de faltas analisada, o elemento diferencial de linha não fora sensibilizado somente nas situações em que realmente não **deveria** ser, visto que devido às características de falta ($\theta \approx 0^\circ$), OV's de corrente não são lançadas no ponto de falta, representando 33% do total de casos” (p. 106) (EV inerente extrínseca).

Em 12a, a necessidade se dá devido a uma circunstância externa: o fato de mudanças, ocasionadas pela entrada de novos sistemas de transmissão, não impõem riscos à integridade física da linha de transmissão. Essa circunstância cria a necessidade de as mudanças serem tratadas como normais pelos dispositivos de proteção, para um desempenho adequado do sistema.

Já em 12b, o *pickup* dos elementos de sobrecorrente deve ser ajustado com o objetivo de trazer a sensibilidade desejada, ou seja, é esse objetivo externo que cria a necessidade. O agente dessa ação de ajustar, contudo, não foi identificado, já que o verbo acompanha uma estrutura na voz passiva.

Em 12c, por sua vez, nota-se que havia casos em que já era esperado que a onda viajante TW32 não sinalizasse os distúrbios incidentes, e a situação analisada no experimento correspondeu às expectativas. Em 12d, o elemento diferencial, que é a onda viajante TW87, também correspondeu às expectativas de atuar onde deveria, ou seja, onde as circunstâncias possibilitavam e tornavam necessária sua atuação. Assim, em ambos os casos, 12c e 12d, circunstâncias externas criavam a necessidade de atuação ou não atuação das ondas viajantes TW32 e TW87.

Por fim, em 12e, a ausência da necessidade, expressa pela negação que acompanha o verbo modal, se dá pelo fato de o elemento diferencial, a onda viajante TW87, ter uma função específica no sistema, a qual não tinha a ver com a situação que estava sendo abordada. Sendo assim, o elemento não foi sensibilizado para aquela situação e não precisaria ser, já que não era sua função.

Nota-se que, em todos os casos, o alvo está no evento, já que, de modo geral, a necessidade recai sobre elementos do sistema e suas atuações. Somente em 12b podemos considerar que há um agente oculto por trás da ação, que é a pessoa responsável por ajustar o *pickup* dos elementos de sobrecorrente.

Nesses usos do verbo, o tempo predominante é o futuro do pretérito (12c, 12d, 12e), já que, nos casos em que esse tempo ocorre, trata-se de expectativas criadas no passado acerca da atuação ou não atuação das ondas viajantes. O tempo presente também foi utilizado para trazer uma expectativa relacionada à interpretação dos dispositivos de proteção, que constitui uma verdade de alcance ilimitado no tempo (12a) e para trazer uma recomendação a um potencial implementador de um sistema de proteção da rede elétrica que se baseie no método adotado no trabalho (12b).

Além desses usos do verbo “dever”, encontramos também alguns usos no domínio volitivo, conforme se nota a seguir:

13) D5: Usos do verbo DEVER no domínio volitivo em Resultados e Discussão:

- a. “Contudo, **deve-se** ressaltar que tal desempenho é verificado apenas para as situações mais críticas, quando as características dos sinais monitorados deixam evidente a condição de falta na linha” (p. 99) (EV volitiva);
- b. “Embora os tempos de atuação obtidos estejam distribuídos entre 1,2 a 2,4 ms, **deve-se** ressaltar que esses dependem sumariamente do comprimento da linha protegida, da latência do canal de comunicação associado bem como da resposta dos elementos de sobrecorrente” (p. 106) (EV volitiva).

Em 13a e 13b, o emprego do verbo “dever” serve para demonstrar a importância de se ressaltarem alguns pontos que o autor considera importantes para a interpretação dos dados. Por esse motivo, esses usos são classificados como volitivos, já que se trata de um desejo do autor de dar realce a essas informações. O alvo, por sua vez, é o evento, já que “deve-se ressaltar” torna-

se, nesse contexto, uma expressão de natureza enfática, que dispensa a presença do agente da ação.

Já o tempo verbal utilizado, em ambos os casos, é o presente, pois o verbo modal veicula esse desejo de que algo seja ressaltado no presente (momento da leitura).

Além desses usos, encontramos também um uso do verbo como deôntico, como é mostrado a seguir:

14) D5: Usos do verbo DEVER no domínio deôntico em Resultados e Discussão:

- a. “As normas técnicas nacionais e estrangeiras estabelecem que os TCs **devem** manter a classe de exatidão durante a conversão realizada considerando um fator de sobrecorrente (FS)” (p. 97) (EV deôntica).

Nesse uso do verbo “dever”, há um conjunto de normas que estabelecem a necessidade de os transformadores de corrente (TCs) manterem a classe de exatidão, o que faz com que o verbo seja classificado como deôntico. O alvo da modalidade, por sua vez, é o evento, já que o agente da ação é inanimado, por se tratar da necessidade de o dispositivo transformador de corrente possuir uma determinada característica. Já o tempo presente do indicativo indica que essa necessidade tem um alcance ilimitado no tempo.

Percebe-se, nessa dissertação, assim como na Dissertação 3, de Ciência da Informação, e na Dissertação 4, de Agronomia, o predomínio do domínio inerente extrínseco nos usos do verbo “dever”, diferentemente das duas primeiras dissertações, em que o domínio deôntico era predominante.

Na próxima seção, será analisada uma dissertação em que os verbos modais ocorrem tanto na seção de Metodologia quanto na de Resultados e Discussão, diferentemente do que foi visto até agora.

3.2.3. Dissertações com modais universais nas duas seções do texto

Nesta pesquisa, percebemos uma preferência pelo uso da modalidade universal na seção de Resultados e Discussão, já que, dentre as seis dissertações analisadas, quatro utilizam verbos modais universais somente nessa seção. Porém, a Dissertação 1, de Linguística, foi em um sentido

totalmente contrário, apresentando modalidade universal somente na seção de Metodologia.

Veremos agora a Dissertação 6, na qual a modalidade universal ocorre em ambas as partes do texto, Metodologia e Resultados e Discussão, e tentaremos compreender, posteriormente, as diferenças nos sentidos criados pela modalidade universal em cada uma das duas partes, dentro de uma mesma dissertação.

3.2.3.1. *Dissertação 6 – Ciências da reabilitação*

A dissertação de Ciências da Reabilitação, de Taise Boff Angeli, intitulada *Comparação dos efeitos de dois programas de terapia manual na dor e funcionalidade de indivíduos com dor lombar crônica não específica*, apresenta uma pesquisa de abordagem quantitativa que teve como objetivo investigar a efetividade de dois diferentes programas de intervenções de terapia manual no tratamento de dor lombar crônica. O primeiro programa consistia na manipulação vertebral combinada com a liberação miofascial, e o segundo, na manipulação vertebral isolada. Assim, buscou-se comparar os efeitos de ambos os programas e verificar se a adição da liberação miofascial ao tratamento traria diferenças significativas no seu resultado a curto e longo prazo.

Para isso, realizou-se um ensaio clínico controlado e aleatório, com a posterior avaliação e análise estatística. O método de abordagem utilizado, por sua vez, foi o hipotético-dedutivo, já que a hipótese inicial era de que o tratamento com o procedimento de liberação miofascial seria mais efetivo. Contudo, essa hipótese não foi confirmada, já que, em relação aos grupos de pacientes investigados, as diferenças nos efeitos de um programa e outro não foram significativas.

Tendo isso em vista, foi possível analisar os capítulos correspondentes às seções de Metodologia e de Resultados e Discussão da Dissertação 6 (D6). A seção de Metodologia foi identificada em um capítulo que contém 11 páginas. Já a parte de Resultados e Discussão foi identificada em dois capítulos, que totalizavam 8 páginas.

Na seção de Metodologia, foi encontrado um único verbo modal universal, conforme é mostrado a seguir:

15) D6: Uso do verbo DEVER no domínio deôntico na Metodologia:

- a. “Todos os participantes foram orientados a mover a base móvel do equipamento o mais distante possível, com o pé da perna não dominante, em cada uma das direções. Durante o deslizamento eles permaneceram com as mãos na cintura e, logo após o alcance máximo, eles **deveriam** voltar a posição inicial” (p. 31) (PA deôntica).

Nesse dado, o verbo “dever” expressa uma necessidade baseada em uma regra do teste que estava sendo realizado para avaliar o equilíbrio dinâmico dos participantes da pesquisa. Esse teste tinha o intuito de verificar como estavam os participantes após o tratamento para dor crônica. Assim, no teste, há um equipamento em formato de “Y” que possibilita que o indivíduo se equilibre em cima dele. Para que o teste fosse realizado da maneira correta, os participantes precisavam mover a base móvel do equipamento e depois voltar à posição inicial. Essas etapas faziam parte das regras do teste que estava sendo realizado.

O alvo da modalidade, por sua vez, é o participante, que corresponde aos próprios participantes do procedimento. Já em relação ao tempo verbal, nota-se que o uso do futuro do pretérito ocorre por se tratar de uma situação no passado que projetava uma ação no futuro, que era a expectativa daquilo que os participantes deveriam fazer no teste, seguindo as regras estipuladas.

Além desse uso do verbo “dever” na parte de Metodologia, temos também alguns usos desse verbo na parte que corresponde a Resultados e Discussão, mais especificamente no capítulo de discussão, já que o capítulo de resultados não apresentou verbos modais universais de nenhum tipo. No capítulo de discussão, porém, o verbo “dever” foi mais utilizado no domínio volitivo, como se nota a seguir:

16) D6: Usos do verbo DEVER no domínio volitivo em Resultados e Discussão:

- a. “Também, **deve-se** levar em consideração a possível influência de fatores psicossociais, que não foram investigados neste estudo, mas que podem induzir a percepção de dor e agravar os componentes biológicos e os quadros de incapacidade” (p. 43) (EV volitiva);
- b. “No presente estudo algumas limitações **devem** ser consideradas. Primeiramente, o mesmo terapeuta executou as manobras de terapia manual, em ambos os grupos. Segundo, muitos participantes reportaram aumentar a intensidade de exercícios, devido a uma percepção positiva de melhora durante as intervenções, o que pode ter influenciado os resultados devido à presença de dor muscular tardia” (p. 45) (EV volitiva).

No capítulo de discussão, foram encontrados dois usos do verbo “dever” como volitivo. Esses usos representam um desejo da autora do texto de destacar informações que, para ela, precisam ser consideradas para uma interpretação coerente dos dados, que leve em consideração os fatores que não foram avaliados e as limitações da pesquisa.

Assim, ambos os dados têm como alvo o evento, constituindo estruturas na voz passiva, já que a modalidade tem o intuito de dar um maior destaque às informações. Todavia, também é possível considerar que a autora, de maneira implícita, traz recomendações ao leitor do texto sobre o que precisa levar em consideração para uma interpretação dos dados adequada. O tempo verbal utilizado, por sua vez, é o presente, já que essa consideração das informações apresentadas deve ocorrer no momento da leitura do texto.

Além desses usos do verbo “dever”, há um uso desse verbo como inerente extrínseco, na parte de Resultados e Discussão, como se nota a seguir:

17) D6: Uso do verbo DEVER no domínio inerente extrínseco em Resultados e Discussão:

- a. “De acordo com uma revisão sistemática recente (73), as evidências sobre os efeitos hipoalgésicos da manipulação vertebral são moderadas, e essa informação **deve** ser interpretada com cautela, uma vez que na maioria dos estudos não ocorreu significância clínica dos achados” (p. 44) (EV inerente extrínseca).

Em 17a, o que cria a necessidade é uma circunstância externa: o fato de não ter ocorrido significância clínica dos achados da maioria dos estudos. Isso cria a necessidade de se interpretar com cautela a informação de que são moderadas as evidências dos efeitos da manipulação vertebral contra a dor. Ao mesmo tempo, também é possível interpretar o modal como volitivo, já que há um desejo implícito do autor de que as informações sejam interpretadas com cautela.

Em relação ao alvo da modalidade, percebe-se que o alvo é o evento, já que o verbo modal acompanha uma estrutura na voz passiva. Contudo, podemos considerar que a autora traz uma recomendação ao leitor do texto sobre como interpretar a informação apresentada. Já em relação ao tempo verbal, o presente é utilizado, tendo em vista que essa interpretação deve ocorrer no momento da leitura do texto.

Nota-se que o domínio deôntico apareceu nessa dissertação somente na Metodologia, enquanto os domínios volitivo e inerente extrínseco apareceram somente em Resultados e Discussão.

Na próxima seção, veremos uma quantificação de todos esses dados que foram analisados até agora, no intuito de perceber as diferenças de ocorrência dos verbos modais universais em cada dissertação, em cada parte do texto, bem como as diferenças de ocorrência dos domínios, dos alvos e as diferenças relacionadas ao uso de cada tempo verbal.

3.2.4. Quantificação dos verbos modais

Na análise que foi feita até agora, percebemos que, nas seis dissertações, os verbos modais universais apareciam de diferentes formas, de modo que, em algumas dissertações, havia o predomínio do domínio deôntico, enquanto em outras havia o predomínio do domínio inerente extrínseco ou volitivo. Também foram vistas diferenças relacionadas ao predomínio da modalidade em uma parte do texto, à maior ou menor ocorrência de um tempo verbal em relação aos outros, entre outras.

Desse modo, realizamos uma quantificação, no intuito de conseguir visualizar melhor essas diferenças e estabelecer padrões relacionados ao aparecimento da modalidade universal nas dissertações analisadas.

É importante deixar claro que a nossa quantificação, aqui colocada, não tem um caráter quantitativo propriamente dito, já que não se trata de uma análise estatística. Essa quantificação de dados trata-se apenas de um recurso acessório à análise qualitativa realizada até aqui, no intuito de melhor visualizar os padrões identificados.

Tendo isso em vista, vejamos, primeiramente, os usos dos verbos modais universais em cada dissertação, considerando o domínio e o alvo da modalidade expressa por esses verbos:

Tabela 1: Usos dos verbos modais universais em cada dissertação analisada

ABORDAGEM METODOLÓGICA	ALVO E DOMÍNIO DA MODALIDADE					TOTAL
	Orientada para o participante		Orientada para o evento			
	Inerente extrínseco	Deôntico	Inerente extrínseco	Deôntico	Volitivo	
Dissertação 1	1	6	1	9	2	19
Dissertação 2	1	7	1	6	8	23
Dissertação 3	-	-	4	1	1	6
Dissertação 4	-	-	1	-	-	1
Dissertação 5	-	-	5	1	2	8
Dissertação 6	-	1	1	-	2	4

Fonte: elaborada pela autora

Nessa tabela, podemos ver que as dissertações que mais utilizaram verbos modais universais foram as dissertações 1 e 2, de Linguística e Antropologia, respectivamente. Já as dissertações que menos utilizaram modais universais foram as dissertações 4 e 6, de Agronomia e Ciências da Reabilitação, respectivamente.

As dissertações 3 e 5, de Ciência da Informação e Engenharia Elétrica, tiveram um número até considerável de verbos modais. Nessas dissertações, nota-se uma preferência pela modalidade inerente extrínseca com alvo no evento. Percebe-se que a Dissertação 4, que apresentou um único dado, também trouxe um modal no domínio inerente extrínseco com alvo no evento.

As dissertações 1 e 2, por outro lado, apresentaram uma preferência pela modalidade deôntica, considerando-se os dois alvos. Já ao relacionar a modalidade com o alvo, a Dissertação 1 apresentou uma preferência pela modalidade deôntica com alvo no evento, enquanto a Dissertação 2 apresentou uma preferência pela modalidade volitiva com alvo no evento, seguida da modalidade deôntica com alvo no participante. Isso porque, no texto da Dissertação 1, havia muitas recomendações indiretas ao leitor e a um pesquisador em potencial, o que fez com que a modalidade deôntica com alvo no evento fosse utilizada. Já no texto da Dissertação 2, havia várias informações que o autor buscava destacar e, para isso, utilizava a modalidade volitiva, além

da atribuição de responsabilidades a diversas entidades, que fazia com que ele utilizasse os verbos modais deônticos com alvo no participante.

A seguir, veremos as diferenças nos usos da modalidade em relação às abordagens metodológicas, considerando que havia três dissertações de abordagem qualitativa (D1, D2 e D3) e três dissertações de abordagem quantitativa (D4, D5 e D6):

Tabela 2: Usos dos verbos modais universais nos diferentes tipos de pesquisa

ABORDAGEM METODOLÓGICA	ALVO E DOMÍNIO DA MODALIDADE					TOTAL
	Orientada para o participante		Orientada para o evento			
	Inerente extrínseco	Deôntico	Inerente extrínseco	Deôntico	Volitivo	
Qualitativa	2	13	6	16	11	48
Quantitativa	-	1	7	1	4	13

Fonte: elaborada pela autora

Nessa segunda tabela, é possível notar que o tipo de modalidade mais utilizado nas dissertações de abordagem qualitativa é a modalidade deôntica com alvo no evento, seguida da modalidade deôntica com alvo no participante. Já nas dissertações de abordagem quantitativa, o tipo de modalidade mais comum é a inerente extrínseca com alvo no evento, seguida da modalidade volitiva com alvo no evento.

Nas dissertações de abordagem metodológica qualitativa, houve um maior uso de verbos modais universais no geral, o que já era esperado devido às características desse tipo de abordagem. Contudo, os verbos da modalidade inerente extrínseca com alvo no evento aparecem mais nas dissertações de abordagem quantitativa.

Na tabela a seguir, veremos como se deram os usos dos verbos modais nas diferentes partes do texto, demonstrando as diferenças entre a seção de Metodologia e a de Resultados e Discussão:

Tabela 3: Usos dos verbos modais universais em diferentes seções do texto

SEÇÃO DO TEXTO	ALVO E DOMÍNIO DA MODALIDADE					TOTAL
	Orientada para o participante		Orientada para o evento			
	Inerente extrínseco	Deôntico	Inerente extrínseco	Deôntico	Volitivo	
Metodologia	1	7	1	9	2	20
Resultados e Discussão	1	7	12	8	13	41

Fonte: elaborada pela autora

A partir dessa quantificação, nota-se que, na seção de Metodologia, houve uma preferência pela modalidade no domínio deôntico, sendo a modalidade deôntica orientada para o evento a mais utilizada. É claro que precisamos considerar que os dados da seção de Metodologia foram compostos, majoritariamente, por dados da Dissertação 1, que traziam recomendações ao leitor de como aplicar o método etnográfico. Contudo, a Dissertação 6, com um único dado na seção de Metodologia, também apresentou um verbo de modalidade deôntica, ao trazer uma regra de um teste aplicado com os participantes da pesquisa.

Na seção de Resultados e Discussão, também houve a preferência pelo domínio deôntico, que totalizou 15 usos, mas, considerando-se cada domínio relacionado com o alvo, o domínio volitivo com alvo no evento foi o mais utilizado, aparecendo principalmente em enunciados em que o autor queria ressaltar informações no texto, seguido do domínio inerente extrínseco com alvo no evento, em que a necessidade se dá por uma circunstância externa.

Em relação ao alvo da modalidade, nota-se que a orientação para o evento foi a preferida em ambas as partes do texto. Na ocorrência do domínio inerente extrínseco na seção de Resultados e Discussão, a preferência pelo alvo no evento é ainda mais evidente.

No total, percebe-se que os verbos modais universais foram mais utilizados na seção de Resultados e Discussão do que na seção de Metodologia, o que já era esperado devido às características dessas duas partes do texto.

Na próxima tabela, veremos com que recorrência o verbo “dever”, especificamente, aparece nas duas seções e com qual alvo e com quais domínios ele é mais utilizado:

Tabela 4: Usos do verbo “dever” em diferentes seções do texto

SEÇÃO DO TEXTO	ALVO E DOMÍNIO DA MODALIDADE					TOTAL
	Orientada para o participante		Orientada para o evento			
	Inerente extrínseco	Deontico	Inerente extrínseco	Deontico	Volitivo	
Metodologia	-	6	-	9	2	17
Resultados e Discussão	1	7	12	8	13	41

Fonte: elaborada pela autora

Como o nosso *corpus* foi composto, majoritariamente, pelo verbo “dever”, é natural que, na quantificação desse verbo, não haja muitas diferenças em relação à quantificação dos verbos universais no geral. O que podemos ressaltar como principal diferença aqui é que o verbo “dever” não aparece nenhuma vez como inerente extrínseco na seção de Metodologia.

Assim, o principal uso desse verbo na seção de Metodologia é como deontico orientado para o evento, enquanto, na seção de Resultados e Discussão, é como volitivo orientado para o evento. Percebe-se também que a orientação para o evento foi a mais utilizada em ambas as partes do texto e que o verbo “dever” foi mais utilizado, de modo geral, na seção de Resultados e Discussão.

Na tabela a seguir, veremos com quais formas verbais o verbo “dever” apareceu ao longo das dissertações analisadas:

Tabela 5: Usos do verbo “dever” com diferentes formas verbais nas diferentes seções do texto

SEÇÃO DO TEXTO	FORMA VERBAL			
	Indicativo		Subjuntivo	Formas nominais
	Tempos do presente e do futuro	Tempos do passado		
Metodologia	14	2	1	-
Resultados e Discussão	30	8	1	2

Fonte: elaborada pela autora

Com essa tabela, foi possível perceber que o verbo “dever” foi mais utilizado nos tempos do presente e do futuro do indicativo tanto na seção Metodologia quanto na seção de Resultados e Discussão, tendo em vista que

ele foi bastante empregado para tecer recomendações, atribuir responsabilidades e destacar informações.

A seguir, veremos as ocorrências do verbo “ter de” e as preferências relacionadas ao uso desse verbo:

Tabela 6: Usos do verbo “ter de” em diferentes seções do texto

SEÇÃO DO TEXTO	ALVO E DOMÍNIO DA MODALIDADE					TOTAL
	Orientada para o participante		Orientada para o evento			
	Inerente extrínseco	Deôntico	Inerente extrínseco	Deôntico	Volitivo	
Metodologia	1	1	1	-	-	3
Resultados e Discussão	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaborada pela autora

Em relação ao verbo “ter de”, precisamos considerar que ele apareceu somente em uma dissertação, a Dissertação 1, e que teve muito menos ocorrências do que o verbo “dever”. Além disso, por só aparecer na Dissertação 1, ele só se fez presente na seção de Metodologia.

A partir da tabela, nota-se que houve uma preferência pelo uso desse verbo como inerente extrínseco, ou seja, nos contextos em que a modalidade estava relacionada a uma circunstância externa. Também houve uma preferência pelo alvo no participante, diferentemente do que foi constatado nos usos do verbo “dever”.

Na próxima tabela, veremos as preferências de uso desse verbo em relação às formas verbais:

Tabela 7: Usos do verbo “ter de” com diferentes formas verbais nas diferentes seções do texto

SEÇÃO DO TEXTO	FORMA VERBAL			
	Indicativo		Subjuntivo	Formas nominais
	Tempos do presente e do futuro	Tempos do passado		
Metodologia	1	2	-	-
Resultados e Discussão	-	-	-	-

Fonte: elaborada pela autora

Em relação às formas verbais, nota-se que “ter de” foi mais utilizado nos tempos do passado do modo indicativo, diferentemente do verbo “dever”, que foi mais utilizado nos tempos do presente e do futuro. Assim, o verbo “ter de” esteve mais vinculado a necessidades que se deram em momentos anteriores ao da leitura do texto, ou seja, nos momentos de desenvolvimento da pesquisa e de escrita do texto.

A partir da nossa análise qualitativa e dessa quantificação que foi apresentada, algumas explicações e conclusões acerca dos usos dos verbos “dever” e “ter de” podem ser feitas. No próximo capítulo, apresentaremos algumas dessas conclusões, relacionando os usos desses verbos nas dissertações analisadas com uma perspectiva macrotextual do uso da modalidade universal.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo, passamos pelo percurso metodológico da pesquisa, mostrando desde a parte de seleção dos verbos modais até a escolha das categorias para classificá-los. Em seguida, analisamos os verbos modais universais nas diferentes dissertações que foram selecionadas, as quais representam diferentes áreas do conhecimento e diferentes abordagens metodológicas.

Durante a coleta de dados, constatamos que a maior parte das dissertações apresentava verbos modais universais somente nas seções correspondentes à parte de Resultados e Discussão. Contudo, uma das dissertações apresentou esses verbos somente na parte de Metodologia, enquanto outra apresentou verbos modais universais em ambas as partes do texto. Com isso, foi possível estabelecer uma comparação acerca de como cada dissertação manifestava subjetividade em cada uma dessas duas partes do texto.

Por fim, trouxemos uma quantificação dos verbos modais universais encontrados nas dissertações, mostrando diferenças relativas a cada uma delas, aos tipos de modalidade, à abordagem metodológica, às seções e aos tempos verbais empregados. Partindo dessa análise, podemos passar agora para a interpretação desses resultados, no nosso capítulo de Resultados e Discussão.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, serão apresentados os principais achados deste trabalho, bem como conclusões que tivemos a partir da análise realizada. Assim, o capítulo está dividido em quatro partes: a primeira parte traz os efeitos de sentido criados por “dever” nos textos analisados; a segunda traz os efeitos de sentido criados por “ter de”; a terceira mostra como os diferentes tipos de modalidade podem ser classificados em relação ao seu grau de subjetividade; e a quarta e última parte mostra como as dissertações podem ser classificadas em relação ao seu grau de subjetividade.

Com isso, buscamos estabelecer comparações entre os verbos modais analisados, “dever” e “ter de”, em relação aos efeitos de sentido criados por eles. É importante ressaltar que a forma “ter que”, que também constitui um modal universal no português, não foi encontrada e, por isso, não entrou na análise apresentada no capítulo anterior e nem na interpretação dos efeitos de sentido realizada neste capítulo.

Por fim, também buscamos estabelecer comparações entre os tipos de modalidade, analisando as categorias de Olbertz (1998), e entre as dissertações de diferentes abordagens metodológicas, a fim de verificar se existem diferenças na construção de subjetividade relacionadas ao tipo de modalidade utilizada ou relacionadas à abordagem metodológica adotada em cada trabalho.

4.1. EFEITOS DE SENTIDO CRIADOS POR “DEVER”

O verbo “dever” mostrou-se bastante produtivo no nosso *corpus*. Por esse motivo, diversos efeitos de sentido estão associados ao emprego desse verbo ao longo das dissertações analisadas. Assim, identificamos os principais deles e os organizamos em relação ao grau de subjetividade que cada um carrega.

Desse modo, temos seis efeitos de sentido, sendo o primeiro o menos subjetivo e o sexto o mais subjetivo:

1. expressão de expectativas;
2. orientação;
3. recomendação;
4. realce;
5. posicionamento;
6. atribuição de responsabilidades.

A seguir, mostraremos como cada um desses efeitos de sentido ocorreu nas dissertações analisadas, trazendo como exemplos os dados que foram vistos na seção anterior.

4.1.1. Expressão de expectativas

O primeiro efeito de sentido, “expressão de expectativas”, relacionado às expectativas prévias do pesquisador em relação à sua pesquisa, foi encontrado nas dissertações 5 e 6, mas foi usado com mais recorrência na Dissertação 5, de Engenharia Elétrica. A seguir, temos alguns exemplos de como esse efeito de sentido foi criado nas dissertações mencionadas. Esses exemplos são os mesmos do Capítulo 3 e, por esse motivo, a enumeração também é a mesma, referindo-se à ordem em que eles se encontravam lá e não à ordem em que são mencionados aqui:

12d: “Dos resultados, percebe-se que o elemento diferencial cobriu com precisão a linha monitorada em todos os cenários de faltas para as quais **deveria** atuar, ou seja, todas aquelas não iniciadas próximas ao cruzamento da tensão pelo zero” (EV inerente extrínseca).

15a: “Todos os participantes foram orientados a mover a base móvel do equipamento o mais distante possível, com o pé da perna não dominante, em cada uma das direções. Durante o deslizamento eles permaneciam com as mãos na cintura e, logo após o alcance máximo, eles **deveriam** voltar a posição inicial” (PA deôntica).

No dado 12d, referente à Dissertação 5, de Engenharia Elétrica, a expectativa é sobre um recurso do experimento, o elemento diferencial, em relação à sua atuação no circuito elétrico. Já o dado 15a, da Dissertação 6, de

Ciências da Reabilitação, traz uma expectativa relacionada a algo que os participantes da pesquisa deveriam fazer em um teste de equilíbrio que foi aplicado.

Dessa forma, por se tratar de expectativas que se deram no passado, em momento anterior ao da escrita do texto, os verbos encontram-se no futuro do pretérito, que é um dos tempos do discurso envolvido. Por isso, entendemos que esse uso de “dever” diz respeito ao relato da experiência e constitui, portanto, um uso menos engajado.

Contudo, o exemplo 12d, assim como outros casos do verbo “dever” com esse efeito de sentido na Dissertação 5, aparece na seção de Resultados e Discussão, enquanto o exemplo 15a aparece na seção de Metodologia da Dissertação 6. Entendemos, assim, que esse efeito de sentido tem relação com movimentos retóricos distintos nos diferentes textos em que ocorre. Na Dissertação 6, esse efeito de sentido gera o movimento retórico de “expressar expectativas prévias sobre recursos ou participantes da pesquisa”, enquanto, na Dissertação 5, gera o movimento de “retomar as expectativas prévias”.

Desse modo, esse efeito de sentido nos revela as expectativas do pesquisador no momento de desenvolvimento da pesquisa, o que possibilita que a sua subjetividade apareça no texto, mesmo que se referindo a algo que ocorreu no passado e mesmo não sendo um uso tão engajado do verbo modal.

Em relação ao domínio e ao alvo da modalidade, nas outras ocorrências do verbo com esse efeito de sentido, na Dissertação 5, ele também se encontra na modalidade inerente extrínseca com alvo no evento, como no exemplo 12d, de modo que esse tipo de modalidade é o que mais veicula esse efeito de sentido.

4.1.2. Orientação

Já o segundo efeito de sentido, “orientação”, que está relacionado às orientações que são dadas ao leitor ao longo do texto, aparece em todas as dissertações. A seguir, veremos esse efeito de sentido nas dissertações de abordagem qualitativa:

1f: “Os oito componentes comunicativos presentes no quadro, também chamados categorias hymesianas, estão interseccionados e por isso **devem** ser analisados de forma global” (EV deôntica).

2a: “A relação entre objetivos específicos e subasserções, entretanto, não **deve** ser interpretada de forma imediata baseada na sequência numérica apresentada” (EV volitiva).

6h: “Isso **deve** ser lido à luz do caráter inquisitorial do sistema judicial brasileiro, fortemente caracterizado para manter hierarquias e desigualdades [...]” (EV volitiva).

9a: “É importante notar que, para uma música ser considerada uma canção, o texto **deve** ser privilegiado” (EV deôntica).

Na Dissertação 1, esse efeito de sentido aparece várias vezes, tanto com a modalidade deôntica com alvo no evento, como no exemplo 1f, quanto com a modalidade volitiva com alvo no evento, como no exemplo 2a. O verbo modal, nesses casos, está sempre acompanhado de verbos como “analisar”, “interpretar”, “entender”, orientando a interpretação do leitor em relação às informações colocadas no texto.

Na Dissertação 2, esse efeito de sentido aparece duas vezes. No dado 6h, o enunciador orienta a interpretação do leitor acerca de como “ler” (interpretar) a conduta dos juízes do Judiciário brasileiro. Já na Dissertação 3, esse efeito aparece só uma vez, no dado 9a. Nesse dado, o efeito de sentido é gerado de forma um pouco diferente, já que o verbo modal não vem acompanhado de verbos como “entender” e “interpretar”, mas de uma construção que mostra o que deve ser privilegiado para a música ser considerada uma canção, o que faz com que o conceito de “canção” seja explicado para o leitor.

A seguir, temos esse mesmo efeito de sentido sendo criado nas dissertações de abordagem quantitativa:

11a: “Quanto ao índice de peróxido do óleo bruto, cujo limite estabelecido pelo *Codex Alimentarius* é de 15 mEq kg⁻¹, obtiveram-se valores entre 12,4 e 21,4 mEq kg⁻¹. Essa faixa de variação pode ser

atribuída à qualidade inicial da matéria-prima, não **devendo**, portanto, ser atribuídos ao processo de ozonização, nas condições adotadas no presente trabalho” (EV inerente extrínseca).

12a: “Consequentemente, como tais mudanças não impõem riscos à integridade física da linha protegida, **devem** ser tratadas como normais pelos dispositivos de proteção” (EV inerente extrínseca).

16a: “Também, **deve-se** levar em consideração a possível influência de fatores psicossociais, que não foram investigados neste estudo, mas que podem induzir a percepção de dor e agravar os componentes biológicos e os quadros de incapacidade” (EV volitiva).

17a: “De acordo com uma revisão sistemática recente (73), as evidências sobre os efeitos hipoalgésicos da manipulação vertebral são moderadas, e essa informação **deve** ser interpretada com cautela, uma vez que na maioria dos estudos não ocorreu significância clínica dos achados” (EV inerente extrínseca).

Nas dissertações de abordagem quantitativa, ou seja, nas dissertações 4, 5 e 6, esse efeito de sentido é criado sobretudo com a modalidade inerente extrínseca orientada para o evento, como nos exemplos 11a, 12a e 17a. Somente na Dissertação 6, esse efeito de sentido aparece mais vezes com a modalidade volitiva, como ocorre no exemplo 16a.

É importante esclarecer que, em 12a, são os dispositivos de proteção que têm a obrigação de tratar as mudanças como normais, e não o leitor. Contudo, consideramos que esse exemplo cria o efeito de orientar a interpretação do leitor acerca das mudanças que são mencionadas no texto, mostrando que essas mudanças são tidas como normais em uma rede elétrica.

Dentre todos os exemplos, que ocorrem nas dissertações de ambos os tipos, é importante analisar mais a fundo os exemplos 2a e 11a, das dissertações de Linguística e Agronomia respectivamente. Nesses exemplos, o verbo “dever” vem acompanhado de uma negação. Nota-se, nesses casos, que os autores buscam estabelecer uma proibição, relacionada a como não interpretar as informações do texto. Contudo, eles não utilizam, para isso, construções com o verbo “poder”, como “A relação entre objetivos específicos e subserções não

pode ser interpretada de forma imediata” ou “não **podendo** ser atribuída ao processo de ozonização”, mas sim construções com o verbo “dever”.

O que se percebe, nesses casos, é que a negação com o verbo “dever” tem um caráter menos impositivo do que teria uma negação com o verbo “poder”. Ao se utilizar o verbo “dever”, o autor tece uma recomendação, ao passo que a negação com o verbo “poder” seria uma proibição propriamente dita.

Nesse sentido, podemos considerar o que Nascimento (2010) explica sobre os graus de modalidade. No caso de uma proibição com o verbo “poder”, essa proibição tem um grau mais acentuado, enquanto uma proibição com o verbo “dever” pode ser considerada uma proibição atenuada. Essa atenuação, por sua vez, ajuda o enunciador a manter a polidez¹⁵ com seu interlocutor, evitando enunciados que possam ser entendidos como imposições.

Porém, como o verbo “dever” é utilizado no lugar de “poder”, a interpretação sintática da construção também muda. Assim, a negação, nesse caso, não incide sobre o verbo modal, como ocorreria com “poder”, mas sobre o verbo no infinitivo. Ou seja, em 2a, por exemplo, o sentido expresso é de que há a necessidade de a relação NÃO ser interpretada de forma imediata. Em outras palavras, há a necessidade de que algo não seja feito. Assim, a proibição atenuada, nesses exemplos, orienta o leitor acerca da forma como NÃO interpretar o texto (2a) e acerca da forma como NÃO interpretar os resultados (11a).

Portanto, tendo em vista todos esses exemplos, nota-se que esse efeito de sentido é capaz de criar diferentes movimentos retóricos: “explicar conceitos”, “orientar a interpretação do texto” e “orientar a interpretação dos resultados”. Os dois primeiros movimentos retóricos aparecem em ambas as seções, Metodologia e Resultados e Discussão, enquanto o último movimento, “orientar a interpretação dos resultados”, aparece somente em Resultados e Discussão.

¹⁵A polidez, enquanto aspecto pragmático, pode ser entendida à luz da teoria da polidez, de Brown e Levinson (1987). Por isso, a relação entre a atenuação da modalidade e a teoria da polidez deve ser investigada em trabalhos futuros.

4.1.3. Recomendação

Na Dissertação 1, nota-se uma preocupação do autor do texto em explicar o método utilizado, que é o método etnográfico. Desse modo, há várias construções com o verbo “dever” que tecem recomendações a um etnógrafo em potencial, de forma que o autor do texto não só explica como ele utilizou o método, mas também apresenta recomendações sobre como outra pessoa poderia utilizá-lo, criando, assim, o efeito de sentido “recomendação”. A seguir, estão dois exemplos desse tipo de uso:

1a: “a relação com o seu objeto de pesquisa, portanto, **deve** ser situada e considerada nas análises” (p. 97) (EV deôntica).

1k: “o etnógrafo **deve** se atentar ao fato de que o meio utilizado em sua veiculação pode configurar novos significados emergentes” (PA deôntica).

Nesses exemplos, são percebidas recomendações sobre o uso do método etnográfico, em que se faz uso do verbo modal universal “dever” no tempo presente para expressar uma verdade de alcance ilimitado no tempo. Desse modo, entende-se que, toda vez que o método etnográfico for utilizado, essas recomendações deverão ser seguidas.

Assim, mais do que explicar o método e narrar como ele foi colocado em prática no passado, o autor do texto o traz para o presente na forma de recomendações, em um tipo de discurso que, segundo Coracini (1991), assemelha-se a uma receita de cozinha. Com isso, ele reforça a ideia de que os procedimentos realizados em sua pesquisa podem ser reproduzidos por outro pesquisador.

Além disso, não só o uso do tempo presente como o uso do verbo modal “dever” torna o discurso muito mais engajado e faz com que a seção de Metodologia, que compõe o discurso envolvido, aproxime-se mais de um discurso envolvente, mais subjetivo e mais argumentativo.

Também é possível notar que, em todos os usos apresentados, a modalidade utilizada é a deôntica, já que essas recomendações foram estabelecidas com base nos princípios que orientam o método etnográfico.

Além da Dissertação 1, outras dissertações também utilizaram o verbo modal “dever” para tecer recomendações ao leitor sobre o uso do método adotado ou do modelo criado, como se nota a seguir:

8b: “Quanto maior a necessidade de formalização, mais elementos **devem** ser adicionados ao modelo, no entanto, o excesso de elementos muitas vezes dificulta a sua leitura” (EV inerente extrínseca).

12b: “O *pickup* dos elementos de sobrecorrente **deve** ser ajustado de forma a trazer a sensibilidade desejada às funções aplicadas no domínio do tempo” (EV inerente extrínseca).

O exemplo 8b diz respeito à Dissertação 3, de Ciência da Informação. Nota-se que aqui o autor do texto busca recomendar o modo de usar o modelo conceitual criado por ele para representar a música popular brasileira. Diferentemente da Dissertação 1, essa recomendação aparece na seção de Resultados e Discussão, já que o modelo é explicado nessa parte do texto. Assim, nota-se que o discurso, nessa parte, se caracteriza por um maior engajamento, principalmente porque o autor quer que seu modelo seja utilizado por outras pessoas e, para isso, traz recomendações de como utilizá-lo e adaptá-lo.

Já o exemplo 12b foi retirado da Dissertação 5, de Engenharia Elétrica. Esse enunciado também faz parte da seção de Resultados e Discussão e traz uma recomendação acerca do método empregado para a proteção de linhas de transmissão com o relé SEL-T400L. Assim, após demonstrar, no capítulo anterior, como esse sistema de proteção foi implementado, o autor mostra, na seção de Resultados e Discussão, o desempenho do sistema e, em seguida, recomenda o modo de utilizá-lo, buscando engajar o leitor na adoção dessa forma inovadora de proteção das redes elétricas.

Nota-se que, tanto na Dissertação 3 quanto na Dissertação 5, os verbos que criam esse efeito de sentido de recomendação são da modalidade inerente extrínseca com alvo no evento, já que as necessidades foram criadas com base em circunstâncias externas.

Por fim, percebe-se que esse efeito de sentido cria, na seção de Metodologia da Dissertação 1 e na seção de Resultados e Discussão da Dissertação 5, o movimento retórico de “estabelecer recomendações sobre o uso do método”, enquanto cria, na seção de Resultados e Discussão da Dissertação 3, o movimento de “estabelecer recomendações sobre o uso do modelo criado”.

4.1.4. Realce

O efeito de sentido “realce”, relacionado ao destaque de informações no texto, aparece com muita recorrência na Dissertação 2, de Antropologia, e aparece duas vezes na Dissertação 5, de Engenharia Elétrica. A seguir, temos dois exemplos que mostram a criação desse efeito de sentido:

6a: “Nesse sentido, **deve** também se chamar atenção para o modo como as mulheres podem ser alvo de constrangimentos ao tentarem retomar o protagonismo nos processos, desmobilizando o recurso penal” (EV volitiva).

13a: “Contudo, **deve-se** ressaltar que tal desempenho é verificado apenas para as situações mais críticas, quando as características dos sinais monitorados deixam evidente a condição de falta na linha” (EV volitiva).

Na Dissertação 2, o verbo “dever” com esse efeito de sentido aparece acompanhado de verbos e expressões como “chamar atenção”, “prestar atenção”, “destacar”, entre outras; enquanto, na Dissertação 5, aparece somente com o verbo “ressaltar”. Isso mostra que, nesses casos, o verbo “dever” tem como principal efeito de sentido destacar as informações do texto, de modo que essa ação de realçar, de chamar atenção, se dá a partir do próprio enunciado.

Por isso, temos aqui a linguagem como ação (Koch, 2011), já que o próprio enunciado com o verbo modal já constitui, por si só, uma ação, que é a de destacar as informações do texto. Em outras palavras, a ação expressa pelo enunciado se dá no enunciado em si. Por isso, entende-se que aqui o enunciado não só relata uma ação ou projeta algo para o futuro, mas ele mesmo constitui uma ação.

Essa concepção da linguagem como ação, por sua vez, torna o discurso muito mais subjetivo e constitui uma estratégia argumentativa para trazer o olhar do leitor para aquilo que o autor do texto considera relevante.

Além disso, nota-se que os usos do verbo com esse efeito de sentido estão sempre no domínio volitivo, o que mostra justamente que essa ação de ressaltar é um desejo do autor, que almeja que determinadas informações ganhem maior destaque.

Por conseguinte, esse efeito de sentido cria o movimento retórico de “destacar informações consideradas relevantes”, que aparece nas seções de Resultados e Discussão das dissertações 2 e 5.

4.1.5. Posicionamento

Um dos efeitos de sentido mais subjetivos é justamente o de posicionamento, relacionado a uma tomada de posição por parte do autor, que cria mais engajamento com aquilo que é dito. Assim, apenas três dissertações apresentaram o verbo “dever” com esse efeito de sentido, que foram as dissertações de abordagem qualitativa. A seguir, veremos esse efeito sendo criado na Dissertação 1:

1b: “Assim, independente de adotar um viés quantitativo ou qualitativo, o pesquisador **deve** seguir um caminho rigoroso e coerente para alcançar seus objetivos e atingir um fim” (PA deôntica).

Nesse exemplo, podemos notar um posicionamento do autor do texto sobre a importância de o pesquisador seguir com rigor e coerência o método escolhido. Esse posicionamento é reforçado pelo autor ao longo de todo texto, já que ele está, a todo momento, seguindo o método etnográfico, justificando suas escolhas e esclarecendo os procedimentos adotados, que se relacionam ao método.

Apesar de se tratar de um posicionamento, efeito de sentido que carrega um nível elevado de subjetividade, o autor opta por não utilizar o verbo “ter de” nessa construção, ainda que ele tenha sido utilizado em outros momentos do

texto. O que se percebe é que, de modo geral, existe uma preferência por parte do autor em utilizar o verbo “dever” quando atribui alguma obrigação a terceiros.

Isso pode ser entendido como uma forma de atenuar a modalidade expressa pelo verbo, de modo a manter a polidez e fazer com que o enunciado não soe impositivo, principalmente porque entendemos que, em casos como o do exemplo 1b, esse dito “pesquisador” pode ser o próprio leitor, considerado um pesquisador em potencial.

Nos próximos exemplos, veremos o verbo “dever” expressando posicionamento na Dissertação 2:

5i: “Suas condutas, enquadradas como culturalmente machistas **devem** ser civilizadas, readequadas aos novos padrões comportamentais e expectativas sociais fundamentados em valores igualitários e garantidores de direitos (MARTINEZ-MORENO, 2018)” (EV deôntica).

5k: “Vimos várias práticas que visavam inculcar nos sujeitos a valorização em se preservar a esfera individual e as qualidades que competem a estes sujeitos, como é o caso de seus direitos que **devem** ser preservados” (p. 136) (EV deôntica).

6f: “É fundamental notar também que o trabalho de diferentes organizações e instituições em Timor-Leste coopera para que as mulheres e outros agentes passem a reconhecer as individualidades destas primeiras, suas esferas subjetivas de direitos e seus egos autocentrados, os quais não **devem** – frente a situações de violência – ser amparados por instituições locais baseadas em lógicas de grupo” (EV volitiva).

Esses exemplos nos mostram pontos importantes defendidos pelo autor ao longo da dissertação. O exemplo 5i traz o posicionamento de que as condutas machistas dos agressores precisam ser civilizadas e readequadas para se enquadrarem em uma sociedade pautada em valores igualitários. Já o exemplo 5k traz o posicionamento de que os direitos das mulheres devem ser preservados. Apesar de o sujeito da ação não ser mencionado, entendemos que

o Estado e o Poder Judiciário devem ser os responsáveis por preservar esses direitos, algo que é defendido ao longo de toda a dissertação.

O exemplo 6f, por sua vez, traz o principal ponto defendido no trabalho: o de que as mulheres, diante de situações de violência, não devem ser amparadas por instituições locais baseadas em lógicas de grupo, e sim pelo Poder Judiciário.

Nesse caso, a negação não incide sobre a necessidade atribuída pelo verbo, mas sobre o fato de as mulheres serem amparadas por instituições locais. Ou seja, o sentido expresso é de que há a necessidade de as mulheres NÃO serem amparadas por essas instituições locais. Assim, sintaticamente, a negação não incide sobre o verbal modal, mas sim sobre o evento descrito pelo verbo no infinitivo, o que faz com que essa construção possa ser interpretada como uma proibição atenuada. Essa proibição atenuada é uma versão menos impositiva da construção “os quais não **podem** ser amparados [...]”, com o verbo “poder”.

Além dessas ocorrências, também temos esse efeito de sentido de posicionamento sendo criado na Dissertação 3, de Ciência da informação:

10a: “De qualquer forma, **deve** ser endereçada pelo modelo a constatação de que a ‘percepção dos gêneros pode mudar com o tempo’ (SILVA, 2017, p. 50)” (EV volitiva).

No exemplo 10a, percebe-se um posicionamento adotado pelo pesquisador no momento de construção do seu modelo conceitual: o de que o modelo não é fixo, já que a percepção dos gêneros musicais pode mudar com o tempo. Assim, do mesmo modo que o autor defende, no início do trabalho, que “um modelo conceitual formal é uma poderosa ferramenta para o entendimento, comunicação e análise de um domínio do conhecimento” (Padron, 2019, p. 28), ele também defende que esse modelo precisa ser flexível e mutável para se adequar aos novos conceitos que vão surgindo no decorrer do tempo.

Portanto, esse efeito de sentido é capaz de criar nos textos o movimento retórico “posicionar-se em relação ao tema”, que aparece na seção de Metodologia da Dissertação 1 e na seção de Resultados e Discussão das dissertações 2 e 3.

4.1.6. Atribuição de responsabilidade

Uma das principais funções da modalidade deôntica é justamente a de atribuir obrigações com base em conjuntos de leis, regras ou princípios. Segundo Olbertz (1998), a modalidade deôntica, quando atrelada ao alvo no participante, pode estar relacionada não só a leis e normas externas, como também aos princípios e aos valores internos do falante. Sendo assim, o efeito de sentido “atribuição de responsabilidade”, que ocorre quando o enunciado atribui uma responsabilidade ao leitor ou a terceiros, na forma como aparece em nossos dados, tem tudo a ver com esse tipo de modalidade.

Tendo isso em vista, esse efeito de sentido foi considerado por nós o mais subjetivo e argumentativo, já que atribui obrigações ao leitor ou a terceiros, ou seja, a participantes que não são o enunciador, que devem assumir as responsabilidades estabelecidas por ele.

É claro que o uso de “dever” em vez de “ter de”, nesse caso, faz toda diferença, já que o verbo “dever” tem um grau de modalidade menos acentuado, o que faz com que essa atribuição de responsabilidade não seja entendida como uma imposição. Ainda assim, esse efeito de sentido carrega um grande engajamento por parte do autor do texto, que estabelece responsabilidades observando, muitas vezes, seus próprios princípios internos e crenças.

De todas as dissertações, apenas as dissertações 1 e 2 apresentaram esse efeito de sentido. A seguir, veremos como ele foi criado na Dissertação 1:

1b: “Assim, independente de adotar um viés quantitativo ou qualitativo, o pesquisador **deve** seguir um caminho rigoroso e coerente para alcançar seus objetivos e atingir um fim.” (PA deôntica).

1k: “o etnógrafo **deve** se atentar ao fato de que o meio utilizado em sua veiculação pode configurar novos significados emergentes” (PA deôntica).

Em alguns dados, podemos perceber que mais de um efeito de sentido é criado pelo mesmo enunciado. É o caso dos dados 1b e 1k. Em 1b, o verbo “dever” veicula principalmente os efeitos de sentido de posicionamento e de

atribuição de responsabilidade. Já em 1k, o verbo “dever”, além de veicular uma recomendação, veicula também o efeito de atribuição de responsabilidade.

Assim, enquanto o dado 1b atribui uma responsabilidade ao pesquisador de modo geral, o dado 1k atribui uma responsabilidade ao etnógrafo especificamente, sendo essas duas entidades (“o pesquisador” e “o etnógrafo”) representantes de grupos que compõem o meio científico e que precisam se comprometer com o bom uso dos métodos.

Também podemos entender, nesses exemplos, que o leitor pode se incluir nesses grupos, já que ele pode ser um pesquisador ou um etnógrafo em potencial. Portanto, também é possível considerar que essa atribuição de responsabilidades recai, em certa medida, no leitor.

Além disso, nesses casos, a fonte de ordenação é não só a própria ciência (exemplo 1b) e o próprio método etnográfico (exemplo 1k), mas também um conjunto de crenças do pesquisador, que acredita nos métodos científicos. É, portanto, uma atribuição de responsabilidades que traz um engajamento por parte do autor do texto e, conseqüentemente, um alto nível de subjetividade.

Além da criação desse efeito de sentido na Dissertação 1, temos também ele sendo criado na Dissertação 2, conforme os exemplos a seguir:

5g: “Neste contexto de demandas, o Estado é representado como ente legitimador, que **deve** atuar para dar respostas e, ao mesmo tempo, ordenar as relações (ROSEN, 2006)” (PA deôntica).

5h: “Este reequilíbrio **deveria** então ser estabelecido pelo Estado, por meio dos sistemas de justiça, o que é requerido por movimentos que buscam o reconhecimento da situação de vulnerabilidade das mulheres ao mesmo tempo em que as defendem enquanto sujeitos de direitos” (EV deôntica).

Nessa dissertação, temos esse efeito de sentido sendo criado em vários enunciados, mas selecionamos esses dois, pois eles nos trazem diferentes contribuições.

No exemplo 5g, nota-se que uma responsabilidade é atribuída ao Estado: a de atuar para dar respostas e ordenar as relações. Essa atribuição de responsabilidade foi feita com embasamento teórico, já que inclui a referência

“(ROSEN, 2006)”, mostrando que a fonte de ordenação dessa obrigação é não só o enunciador e seus princípios internos, mas também uma outra pessoa, que provavelmente é referência no assunto.

Assim, por estar imbuído de uma fundamentação teórica para a ideia apresentada, o autor do texto ganha um respaldo para estabelecer essa obrigação ao Estado de forma mais direta, sem utilizar recursos extras para atenuar a modalidade. Por isso, essa atribuição de responsabilidade se dá com o uso de um verbo modal universal no tempo presente e na voz ativa. É claro que o uso de “dever” em vez de “ter de”, nesse caso, torna a modalidade menos acentuada. Contudo, fora isso, não há nenhuma outra estratégia de atenuação.

No exemplo 5h, há novamente a atribuição de uma responsabilidade ao Estado, que é a de estabelecer o reequilíbrio das relações de gênero. Porém, dessa vez, o verbo “dever” não se encontra no tempo presente, mas sim no futuro do pretérito. Esse tempo verbal mostra que o autor atribui essa responsabilidade com base em um mundo ideal, onde as coisas funcionam como deveriam funcionar e o Estado cumpre com seu papel. Ou seja, é uma responsabilidade que é atribuída ao Estado, mas que o autor entende que dificilmente será concretizada no mundo real.

Assim, o tempo futuro do pretérito, que constitui, em princípio, um dos tempos do discurso envolvido, apresenta, nesse caso, uma maior subjetividade, já que traz a perspectiva do pesquisador acerca do que seria ideal, ou seja, acerca daquilo que ele acha que deveria ser feito pelo Estado como autoridade capaz de atuar na sociedade.

Contudo, apesar desse maior nível de subjetividade, o uso do tempo futuro do pretérito, juntamente com a voz passiva, atenua a modalidade expressa por “dever”, trazendo um menor engajamento com a atribuição da responsabilidade, já que coloca essa responsabilidade como realizável somente em um mundo hipotético e não dá tanto destaque ao agente da ação.

Nota-se, portanto, que esse último efeito de sentido, que consideramos o mais subjetivo, traz obrigações a grupos e a instituições, mas utiliza, em alguns momentos, como no exemplo 5h, estratégias para atenuar a modalidade, como o uso da voz passiva e o uso do tempo futuro do pretérito.

Tendo isso em vista, conclui-se que o movimento retórico criado por esse efeito de sentido é o de “atribuir responsabilidades a terceiros”, que constitui

movimento retórico da seção de Metodologia da Dissertação 1 e da seção de Resultados e Discussão da Dissertação 2.

4.1.7. Percepções gerais sobre o uso do verbo “dever”

Após a análise dos efeitos de sentido criados pelo verbo “dever”, algumas constatações podem ser feitas:

- I. O verbo “dever” é bastante utilizado em dissertações de Mestrado e é capaz de criar diversos efeitos de sentido, dentre eles: (1) expressão de expectativas; (2) orientação; (3) recomendação; (4) realce; (5) posicionamento; e (6) atribuição de responsabilidades.
- II. O verbo “dever” é utilizado preferencialmente no tempo presente, contribuindo para a criação do discurso envolvente. Por esse motivo, ele tem mais ocorrências na seção de Resultados e Discussão.
- III. Quando “dever” aparece na seção de Metodologia, essa parte do texto ultrapassa o discurso envolvido, caminhando para um discurso envolvente.
- IV. O verbo “dever” é bastante utilizado para atribuir ações ao leitor ou a terceiros, já que, por ser um verbo de necessidade fraca, expressa uma modalidade menos acentuada e consegue fazer o enunciado soar menos impositivo.
- V. Nota-se que o verbo “dever” aparece em contextos de proibição, como uma versão atenuada da proibição com “poder”, e em contextos de obrigação, como uma versão atenuada da obrigação com “ter de”.
- VI. Em alguns momentos, o verbo “dever” também é combinado com a voz passiva e/ou o futuro do pretérito, que são estratégias para atenuar ainda mais a modalidade expressa pelo verbo, já que a primeira oculta

o agente da ação, que é sobre quem a obrigação incide, enquanto a segunda traz a ação para um discurso envolvido, menos engajado.

VII. A modalidade expressa por “dever” tem fontes de ordenação diversas, mas aparece principalmente com fontes relacionadas a leis e princípios e aos desejos do enunciador.

É importante ressaltar que, na análise dos efeitos de sentido, selecionamos somente os principais, e não todos, até porque um mesmo enunciado pode gerar diversos efeitos de sentido que se relacionam entre si, como no caso mencionado anteriormente, em que um mesmo enunciado criava o efeito de sentido de posicionamento e de atribuição de responsabilidade. Da mesma maneira, um mesmo enunciado pode criar os efeitos de orientação e posicionamento, como ocorre no exemplo 6h, “Isso **deve** ser lido à luz do caráter inquisitorial do sistema judicial brasileiro, fortemente caracterizado para manter hierarquias e desigualdades”, em que, apesar de predominar o efeito de orientação, podemos perceber também um posicionamento por parte do autor em relação ao tema. Por isso, devido à complexidade e à subjetividade desse tipo de análise, optamos por sintetizar os efeitos mais relevantes em uma lista de apenas seis e não quantificar o número de ocorrências do efeito de sentido no texto, já que essa identificação pode ser considerada subjetiva.

Depois dessa análise dos efeitos de sentido criados por “dever”, vejamos agora os efeitos de sentido criados por “ter de”.

4.2. EFEITOS DE SENTIDO CRIADOS POR “TER DE”

Tomando como base os dados analisados, percebe-se que o modal “ter de”, diferentemente de “dever”, apresentou pouquíssimas ocorrências e esteve presente somente no capítulo de Metodologia da Dissertação 1. Nesses usos de “ter de”, dois efeitos de sentido foram identificados:

1. autojustificativa;
2. atribuição de responsabilidade.

A seguir, veremos como o efeito de sentido de autojustificativa foi construído no texto.

4.2.1. Autojustificativa

Dos três usos do verbo “ter de” identificados, dois apresentaram o efeito de sentido de autojustificativa. Esses usos estavam no pretérito perfeito, como se nota a seguir:

4a: “Em razão de sua extensão, a figura a seguir **teve de** ser alocada numa página única” (EV inerente extrínseca).

4b: “Nesta pesquisa, **tive de** assumir diferentes papéis” (PA inerente extrínseca).

Nesses exemplos, os enunciados referem-se a ações do enunciador que aconteceram no passado: a de alocar a figura em uma única página e a de assumir diferentes papéis. Na primeira construção, contudo, o agente, que é o próprio autor do texto, foi ocultado por meio de uma voz passiva.

O que se percebe, nesses usos, é que eles compõem a parte do texto referente ao discurso envolvido. Nessa parte, o autor narra e descreve as ações realizadas por ele ao longo da pesquisa e da escrita do texto. É, portanto, uma parte que expressa um menor engajamento por parte do enunciador.

Em nenhum desses usos, a necessidade forte expressa por “ter de” é atribuída ao enunciatário, ou seja, ao leitor do texto. Conforme foi percebido nos dados, o verbo “dever” é preferido quando se quer atribuir uma obrigação ao leitor ou a terceiros, ou seja, quando se quer tecer recomendações, atribuir responsabilidades a entidades etc. Em vez disso, nos dois exemplos, o modal “ter de” traz necessidades que se deram no passado e que recaem unicamente sobre o pesquisador / autor do texto. Por isso, são usos que não buscam influenciar diretamente as ações do enunciatário.

Além disso, como se trata de um discurso construído no passado, as necessidades não geram nenhum comprometimento do enunciador com a realização de ações futuras, o que condiz com a construção de um discurso envolvido e menos engajado.

Apesar disso, o uso do verbo modal, nesse contexto, não deixa de expressar subjetividade e de criar efeitos de sentido que contribuem para a argumentatividade do texto. No caso desses usos de “ter de”, os enunciados modalizados expressam que o enunciador foi levado, por circunstâncias externas, a realizar determinadas ações.

No exemplo 4a, a circunstância externa que gera a necessidade é o meio físico no qual o texto está inserido, o qual é organizado em páginas e no qual o escritor é obrigado a alocar a figura em uma página única para uma melhor visualização. Já em 4b, a circunstância externa tem a ver com as comunidades de fala analisadas pelo pesquisador: o pesquisador fazia parte de algumas delas e, portanto, não poderia assumir somente o papel de observador. Teve de assumir também o papel de participante.

Desse modo, são essas circunstâncias externas que fazem com que o autor / pesquisador tome certas decisões e realize determinadas ações. O uso da modalidade, nesse contexto, está vinculado ao entendimento de que o pesquisador não tomou decisões de modo aleatório ou motivadas por suas próprias vontades, mas sim por circunstâncias que não deixavam muita escolha.

Já a opção pelo verbo de necessidade forte, “ter de”, especificamente, reforça essa impossibilidade de escolha, ou seja, reforça que, tendo em vista as circunstâncias, a decisão do pesquisador não poderia ser outra. Assim, o uso de “ter de”, em vez de “dever”, torna a modalidade mais acentuada e serve para justificar as ações do pesquisador.

Com isso, aumenta-se o nível de argumentatividade dessa parte do texto, que passa não só a descrever como os procedimentos ocorreram, mas também a justificar, pelo uso da modalidade, as decisões e as ações do pesquisador.

É claro que precisamos considerar também que o verbo “dever” não apresenta em seu paradigma a forma de pretérito perfeito, ou seja, o autor não poderia dizer “a figura deveu ser alocada” ou “eu devi assumir diferentes papéis”. Contudo, ele poderia ter utilizado uma construção modal do tipo “ser necessário”, como “foi necessário alocar a figura”, e, mesmo tendo esse recurso à sua disposição, ele optou por utilizar o verbo modal de necessidade forte, “ter de”, que expressa uma modalidade mais acentuada.

Por isso, entende-se que o verbo “ter de”, nesse contexto, apesar de estar no tempo pretérito perfeito e compor um discurso envolvido, traz

argumentatividade para o texto ao justificar as ações do pesquisador nos momentos de desenvolvimento da pesquisa e de escrita do texto.

Além disso, esse efeito de sentido, que é a autojustificativa, tem a ver com um movimento retórico que é típico da seção de Metodologia de textos das áreas de ciências humanas e sociais, que é, segundo Lim (2006), a justificativa dos procedimentos e dos métodos adotados na pesquisa. Consideramos, portanto, que o movimento retórico criado aqui é “justificar as ações realizadas nos momentos de desenvolvimento da pesquisa e de escrita do texto”.

Assim, na Dissertação 1, o verbo “ter de”, assim como o verbo “dever”, faz com que essa parte do texto apresente algumas características que fujam do que se entende como discurso envolvido, caminhando para um discurso envolvente.

4.2.2. Atribuição de responsabilidade

Além dos dois usos de “ter de” criando o efeito de autojustificativa, há também um outro uso, no qual o efeito de sentido criado é diferente:

3a: “É por essa razão que aqueles que optam por se inserirem como participantes dentro de um estudo de caráter etnográfico **têm de** esclarecer os limites de sua inserção na comunidade” (PA deôntica).

Nesse exemplo, o verbo “ter de” atribui uma obrigação ao referente “aqueles que optam por se inserirem como participantes dentro de um estudo de caráter etnográfico”, que corresponde a um grupo específico de etnógrafos que optam por determinado procedimento metodológico. Levando em consideração que esse momento da Metodologia busca não só descrever os procedimentos realizados, mas também explicar o método etnográfico e tecer recomendações a possíveis pesquisadores, entende-se que o leitor é um potencial etnógrafo que pode vir a seguir essa recomendação. Portanto, considera-se que a obrigação expressa pelo verbo “ter de” recai ou sobre o enunciatário ou sobre terceiros (os etnógrafos).

Conforme foi constatado anteriormente, o verbo “ter de” não é o preferido quando se quer atribuir uma obrigação ao leitor ou a terceiros, mas sim o verbo

“dever”. Contudo, o uso de “ter de”, nesse caso, justifica-se pelo fato de que há um princípio bastante relevante que cria essa necessidade: o princípio da clareza do método científico. Segundo Galliano (1979), a exatidão e a clareza são requisitos indispensáveis à comunicação científica. Assim, as escolhas metodológicas precisam estar explícitas no texto. O método etnográfico permite a inserção do pesquisador como participante, mas isso precisa estar bastante claro e bem delimitado.

Por essa razão, o enunciador faz uso de um modal de necessidade forte para expressar essa obrigação relacionada à necessidade de clareza, a qual recai sobre quem utiliza o método etnográfico. No caso, a fonte de ordenação não é um princípio ou desejo interno do enunciador, mas sim um princípio externo, considerado de grande importância para que o conhecimento construído na pesquisa seja considerado verdadeiramente científico.

Dessa forma, o uso de um verbo de necessidade forte, “ter de”, expressa uma modalidade mais acentuada do que a que seria transmitida por “dever”. Assim, o enunciador não deixa escolha aos potenciais etnógrafos a não ser acatar a obrigação que foi colocada. E essa obrigação também recai sobre ele mesmo, como etnógrafo, o que faz com que ele justifique suas escolhas ao mesmo tempo em que estabelece a responsabilidade a quem for trilhar pelo mesmo caminho metodológico.

Por isso, esse uso do verbo de necessidade forte cria o efeito de sentido “atribuição de responsabilidade” de forma mais engajada e torna o movimento retórico “atribuir responsabilidades a terceiros” mais impositivo, demonstrando que o enunciador está comprometido com esse princípio do método científico e que ele acredita que não há alternativa senão segui-lo. É, portanto, um uso do verbo que torna o discurso extremamente argumentativo, aproximando-se mais de um discurso envolvente do que de um discurso envolvido.

4.2.3. Percepções gerais sobre o uso do verbo “ter de”

Com base nos dados analisados, podemos chegar a algumas conclusões iniciais em relação ao uso de “ter de” em textos científicos:

- I. O verbo “ter de” é pouco utilizado em textos científicos quando comparado ao verbo “dever”. Essa preferência de um em detrimento do

outro pode ser justificada pelo fato de “ter de” expressar uma modalidade mais acentuada, que pode criar o efeito de sentido de imposição quando dirigida ao enunciador ou a terceiros.

- II. Os usos de “ter de”, nos textos analisados, apresentaram os efeitos de sentido: (1) autojustificativa e (2) atribuição de responsabilidade.
- III. O verbo “ter de” é utilizado tanto para justificar ações, em um discurso mais envolvido, quanto para engajar-se com algo, atribuindo responsabilidades em um discurso mais envolvente.
- IV. O verbo “ter de” é utilizado preferencialmente no tempo pretérito perfeito, contribuindo para criar o discurso envolvido na seção de Metodologia.
- V. O principal agente da ação expressa pelo verbo “ter de” é o próprio enunciador, já que ele utiliza o verbo de necessidade forte para justificar suas ações, como se ele não tivesse tido outra opção a não ser realizá-las.
- VI. O uso de “ter de” nos dados analisados sempre tem como fonte de ordenação uma circunstância externa ou um princípio externo, o que exime o enunciador de ser a fonte da obrigação expressa pelo verbo.
- VII. O verbo “ter de” apresenta um alto índice de argumentatividade, o que torna o texto de Metodologia mais subjetivo e faz com que ele se aproxime mais de um discurso envolvente.

Contudo, os dados referentes a “ter de” são poucos para que se chegue a conclusões mais genéricas em relação ao seu uso. Portanto, são necessários mais estudos referentes ao uso de “ter de” em textos científicos para que se entenda como ele vem sendo utilizado e quais são os efeitos de sentido que ele pode criar.

Depois dessa análise dos verbos modais universais, vejamos agora como os diferentes tipos de modalidade podem ser classificados em relação ao seu grau de subjetividade e como esses tipos estão vinculados aos efeitos de sentido criados no discurso científico.

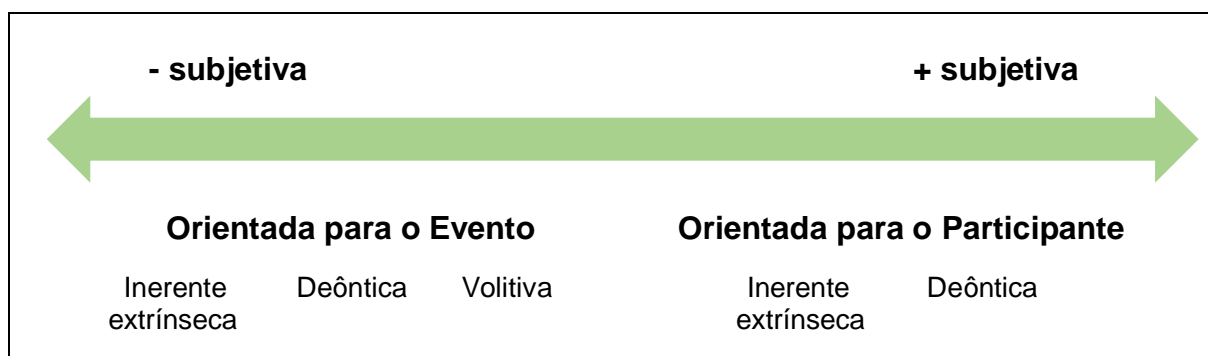
4.3. CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE MODALIDADE EM RELAÇÃO AO GRAU DE SUBJETIVIDADE

Ao longo da nossa análise, pudemos perceber uma relação entre os tipos de modalidade e o grau de subjetividade expresso pelos verbos modais. Dessa forma, classificamos os diferentes tipos de modalidade em relação a essa característica, considerando para isso aspectos como o nível de comprometimento do emissor e a relação com os efeitos de sentido criados nos textos analisados.

Consideramos também que a subjetividade e a argumentatividade, nessa classificação, estão interligadas e se opõem à objetividade e à neutralidade, respectivamente. Desse modo, o discurso mais subjetivo marca a presença de um enunciador, que se posiciona e orienta o texto no sentido de determinadas conclusões, o que, conseqüentemente, também torna o texto mais argumentativo.

Ademais, nessa classificação, consideramos que a expressão de subjetividade é um *continuum*, que avança da menor para a maior expressão de subjetividade, como se percebe a seguir:

Figura 1: Nível de subjetividade dos tipos de modalidade



Fonte: elaborada pela autora

Primeiramente, consideramos que a modalidade com alvo no evento é menos subjetiva do que a modalidade com alvo no participante, já que, na primeira, o autor não se compromete com a atribuição de um agente da ação. Ou seja, ele consegue estabelecer necessidades, obrigações, sem deixar claro quem é o agente responsável por realizar a ação tida como necessária. Desse modo, o grau de comprometimento é menor.

A modalidade inerente extrínseca também apresenta um grau de comprometimento menor em relação aos outros domínios, já que a necessidade é sempre atribuída a uma circunstância externa e não aos desejos ou princípios internos do enunciador. Ou seja, o enunciador, quando faz uso da modalidade inerente extrínseca, se exime de ser a fonte da ordenação.

Em relação aos efeitos de sentido que são criados, nota-se que a modalidade inerente extrínseca orientada para o evento vincula-se principalmente aos efeitos de expressão de expectativas, de orientação e de recomendação, que são os efeitos de sentido considerados menos subjetivos. Já a modalidade deôntica com alvo no evento aparece sobretudo com os efeitos de orientação, de recomendação e de posicionamento.

A modalidade volitiva, por sua vez, é a única que aparece no efeito de sentido de realce, que é considerado bastante subjetivo, já que diz respeito ao desejo do enunciador de destacar aquilo que é relevante para ele. Já a modalidade inerente extrínseca com alvo no participante aparece pouquíssimas vezes, mas ganha destaque no caso em que o verbo “ter de” é utilizado no efeito de autojustificativa. E, por fim, a modalidade deôntica com alvo no participante se destaca nos efeitos de sentido de posicionamento e de atribuição de responsabilidade.

Vale destacar que os domínios epistêmico e inferencial não foram incluídos nessa classificação pelo fato de não terem aparecido em nossos dados. Podemos dizer, inclusive, que essa ausência foi considerada surpreendente, já que esperávamos que a modalidade epistêmica e a inferencial, por dizerem respeito ao conhecimento do falante e àquilo que ele pode inferir com base nas evidências, respectivamente, fossem mais comuns nos textos de caráter científico.

Porém, o que percebemos é que esses outros domínios apareciam nos textos com o modal existencial “poder” em vez de com os modais universais.

Assim, o que se nota é que os verbos “dever” e “ter de” foram utilizados apenas com os domínios inerente extrínseco, deôntico e volitivo, que dizem respeito não ao que o falante sabe, ao que ele supõe, mas sim ao que ele acredita ser necessário com base nas circunstâncias externas, nas suas vontades ou em regras ou princípios de fontes diversas, ou seja, tem a ver com o que ele estabelece que precisa ocorrer.

Dessa forma, percebe-se que os domínios inerente extrínseco, deôntico e volitivo são capazes de persuadir o leitor, atribuir responsabilidades, induzir terceiros a realizar determinadas ações, ou seja, são capazes de agir no mundo de fato, de interferir na realidade, criando um discurso que, mesmo na seção de Metodologia e mesmo com verbos nos tempos do passado, é muito mais envolvente. Assim, os verbos modais nesses domínios, ao orientarem o discurso no sentido de determinadas conclusões, funcionam como um importante índice de argumentatividade nos textos em que ocorrem.

Tendo isso em vista, nota-se uma crescente em relação ao nível de subjetividade expresso por esses domínios combinados com os alvos. É claro que precisamos considerar o caráter qualitativo e subjetivo dessa classificação e também não podemos deixar de considerar que, a depender das estratégias de acentuação ou atenuação utilizadas no texto, um tipo de modalidade considerado menos subjetivo, por exemplo, pode assumir um caráter mais subjetivo, assim como o contrário pode acontecer com um tipo considerado mais subjetivo.

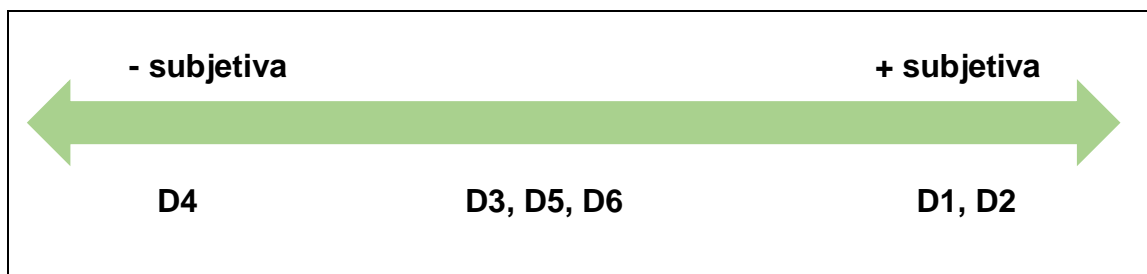
Após essa análise dos tipos de modalidade, vejamos agora como as dissertações analisadas podem ser classificadas em relação ao grau de subjetividade que elas apresentam.

4.4. CLASSIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES EM RELAÇÃO AO GRAU DE SUBJETIVIDADE

Ao analisar as dissertações que compõem o nosso *corpus*, percebemos que algumas apresentavam mais verbos modais universais do que outras. Percebemos ainda que alguns tipos de modalidade apareciam mais em algumas dissertações do que em outras e que alguns efeitos de sentido apareciam somente em algumas dissertações.

Levando tudo isso em consideração, classificamos as dissertações analisadas quanto ao grau de subjetividade que elas apresentam, conforme a figura a seguir:

Figura 2: Nível de subjetividade das dissertações analisadas



Fonte: elaborada pela autora

Na nossa quantificação de dados, foi possível perceber que a Dissertação 1 e a Dissertação 2 apresentaram muito mais verbos modais universais do que as outras. Porém, não foi somente isso que fez com que essas dissertações fossem classificadas como mais subjetivas e, conseqüentemente, mais argumentativas.

Em relação aos domínios da modalidade, nota-se que essas duas dissertações apresentaram sobretudo verbos nos domínios deôntico e volitivo, que são considerados os mais subjetivos. Além disso, em relação à modalidade com alvo participante, praticamente todos os usos se dão nessas duas dissertações, sendo que somente um único uso ocorre na Dissertação 6.

Já em relação aos efeitos de sentido criados, nota-se que os efeitos de sentido mais subjetivos, que são o de posicionamento e o de atribuição de responsabilidade, aparecem principalmente nessas duas dissertações.

Por isso, entendemos, em nossa análise, que essas duas dissertações carregam um nível de subjetividade e de engajamento por parte do pesquisador muito maior quando comparadas às outras dissertações.

Por outro lado, a Dissertação 4 apresenta um baixo nível de subjetividade e argumentatividade, já que o seu discurso muito provavelmente foi construído para criar o efeito de sentido de objetividade e neutralidade. Desse modo, apenas um verbo modal universal aparece nessa dissertação, com a modalidade inerente extrínseca orientada para o evento, considerada a menos subjetiva.

Além disso, o efeito de sentido criado por esse verbo é o de orientação, que também não é um dos mais subjetivos.

Porém, ao se analisar a Figura 2, percebe-se que existem dissertações que estão “no meio do caminho”, não apresentando tantas marcas de subjetividade como as dissertações 1 e 2, nem sendo tão objetivas quanto a Dissertação 4. São dissertações que nos mostram que a subjetividade nos textos científicos deve ser entendida como um *continuum*, já que um texto de dissertação pode utilizar estratégias para criar o efeito de sentido de maior engajamento ao mesmo tempo em que utiliza outras estratégias para criar o efeito de maior objetividade, a depender das intenções do enunciador.

Dessa forma, não podemos pensar em uma dicotomia do tipo: dissertações de abordagem qualitativa são subjetivas, enquanto dissertações de abordagem quantitativa são objetivas. Muitas dissertações nos mostraram que a subjetividade e a objetividade são construídas no texto de forma oportuna, a depender do efeito de sentido que se quer criar.

No caso da Dissertação 3, nota-se que, apesar de ser uma dissertação de abordagem qualitativa, não são utilizados muitos recursos para expressar subjetividade. Nessa dissertação, o principal uso dos modais universais é no domínio inerente extrínseco com alvo no evento, que traz recomendações sobre o modelo criado. Contudo, existe um uso do verbo “dever” no domínio volitivo que traz um posicionamento do autor em relação ao modelo e à concepção de gêneros musicais, que constitui um uso bastante subjetivo.

Já na Dissertação 5, nota-se que o principal uso dos modais universais também é o inerente extrínseco com alvo no evento, usado sobretudo para trazer expectativas acerca dos recursos utilizados na pesquisa. Contudo, existem dois usos no domínio volitivo que servem para destacar informações no texto e que constituem usos mais subjetivos.

A Dissertação 6, por sua vez, apresenta poucos usos dos verbos modais universais, mas a maior parte deles é no domínio volitivo, utilizado para orientar a interpretação do texto. Além disso, a dissertação apresenta um modal universal na seção de Metodologia, que é algo que só acontece nessa dissertação e na Dissertação 1. Ela também é uma das únicas que apresenta modalidade com alvo no participante, considerado um uso mais subjetivo.

Tendo isso em vista, percebemos que a modalidade universal foi capaz de criar diferenças em relação ao grau de subjetividade das dissertações que analisamos. Algumas dissertações apresentaram uma grande variedade de verbos modais, que tornaram seus discursos muitos mais subjetivos e argumentativos, enquanto outras tiveram um uso dos modais universais mais moderado, mas que, ainda assim, revelou engajamento por parte do enunciador, seja com o modelo criado, com o método aplicado ou com os resultados encontrados.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Neste capítulo, pudemos nos aprofundar na análise que foi feita no capítulo anterior, trazendo interpretações acerca dos efeitos de sentido que foram criados pelos verbos “dever” e “ter de” nas seções de Metodologia e de Resultados e Discussão das seis dissertações analisadas, bem como dos movimentos retóricos vinculados a esses efeitos de sentido.

Assim, a análise realizada no capítulo nos possibilitou perceber algumas diferenças significativas em relação aos usos de “dever” e “ter de”, que se encontram resumidas no Quadro a seguir:

Quadro 2: Diferenças entre os verbos “dever” e “ter de” nas dissertações analisadas

DEVER	TER DE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade mais atenuada; ▪ Predomínio dos domínios deôntico e volitivo; ▪ Uso predominante no Presente (discurso envolvente); ▪ Uso predominante na seção de Resultados e Discussão; ▪ Predominantemente, a necessidade recai sobre o leitor ou terceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade mais acentuada; ▪ Predomínio do domínio inerente extrínseco; ▪ Uso predominante no Pretérito Perfeito (discurso envolvido); ▪ Uso somente na seção de Metodologia; ▪ Predominantemente, a necessidade recai sobre o próprio pesquisador.

Fonte: elaborado pela autora

Além disso, foi possível estabelecer, tanto para as categorias de Olbertz (1998) quanto para as dissertações das diversas áreas do conhecimento, um *continuum* de subjetividade, que nos ajudou a entender que não existe uma dicotomia *objetividade vs. subjetividade* nos enunciados nem nos textos científicos, mas sim diferentes níveis de expressão de subjetividade.

Naturalmente, precisamos considerar as limitações da pesquisa, pelo fato de termos analisado apenas dissertações de Mestrado, o que faz com que as nossas conclusões representem somente indícios ou pistas do uso de verbos modais universais em textos acadêmicos. Ainda assim, os nossos dados já nos surpreenderam com usos que fugiam do que se esperava e que mostravam a complexidade envolvida no uso dos verbos modais em textos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral **analisar como o uso de verbos modais universais contribui para a argumentatividade e a expressão de subjetividade em dissertações de Mestrado**. Para tanto, foram selecionadas seis dissertações, defendidas entre 2018 e 2020, premiadas no *Prêmio UnB de Dissertações e Teses* em seis diferentes categorias: *Brasília 60 anos*, *Ciências Agrárias e Florestais*, *Ciências da Saúde*, *Engenharias*, *Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas*. Os verbos modais estudados foram “dever” e “ter de”, analisados como modais universais segundo a proposta formal para a modalidade de Kratzer (1991, 2022).

A análise proposta buscou verificar o uso e o comportamento desses verbos em duas seções desses textos: a seção de Metodologia e a seção de Resultados e Discussão. A escolha dessas duas seções se deu a partir do entendimento de que a seção de Metodologia se diferencia das demais pela sua linguagem mais sintética (Motta-Roth; Hendges, 2010), já que constitui o relato da experiência, dos procedimentos realizados (Coracini, 1991), de modo que podemos entendê-la como a parte do texto em que o autor busca ser mais objetivo e imparcial. A seção de Resultados e Discussão, por sua vez, é a parte em que o pesquisador vai interpretar e discutir os seus dados (Motta-Roth; Hendges, 2010), sendo, portanto, uma parte do texto que abre maior espaço para a expressão de subjetividade. Assim, o nosso intuito foi comparar as duas seções e verificar como os verbos modais estavam sendo utilizados em cada uma. A partir disso, percebemos que os verbos “dever” e “ter de” construía efeitos de sentido que ajudavam a compor os movimentos retóricos das seções de Metodologia e de Resultados e Discussão.

Para que pudéssemos chegar à análise dos efeitos de sentido dos modais, tivemos de primeiro considerar a semântica desses verbos. Para isso, recorreremos às categorias de Olbertz (1998), e a nossa proposta foi a de apresentar os valores dos modais “dever” e “ter de”, especialmente em relação ao domínio da modalidade e ao alvo da ação modal, percebendo, por exemplo, se a necessidade vinha de uma circunstância externa, de uma vontade do enunciador ou de alguma regra ou princípio, e se o agente da ação modal era o próprio enunciador ou terceiros.

Após essa análise, pudemos passar então à interpretação dos efeitos de sentido gerados por esses verbos. No caso do verbo “dever”, efeitos de sentido foram criados em ambas as seções. Na seção de Metodologia, os efeitos criados por esse verbo foram:

- expressão de expectativas, que cria o movimento retórico de expressar expectativas prévias sobre recursos ou participantes da pesquisa;
- orientação, que cria os movimentos de explicar conceitos e de orientar a interpretação do texto;
- recomendação, que cria o movimento de estabelecer recomendações sobre o uso do método;
- posicionamento, que cria o movimento de posicionar-se em relação ao tema; e
- atribuição de responsabilidade, que cria o movimento de atribuir responsabilidades a terceiros.

Já na seção de Resultados e Discussão, esse modal produz os efeitos:

- expressão de expectativas, que cria o movimento de retomar as expectativas prévias;
- orientação, que cria os movimentos de explicar conceitos, de orientar a interpretação do texto e de orientar a interpretação dos resultados;
- recomendação, que cria os movimentos de estabelecer recomendações sobre o uso do método e de estabelecer recomendações sobre o uso do modelo criado;
- realce, que cria o movimento de destacar informações consideradas relevantes;
- posicionamento, que cria o movimento de posicionar-se em relação ao tema; e
- atribuição de responsabilidade, que cria o movimento de atribuir responsabilidades a terceiros.

Por sua vez, o verbo modal “ter de”, que só aparece na seção de Metodologia, é responsável por produzir os seguintes efeitos de sentido:

- autojustificativa, que cria o movimento retórico de justificar as ações realizadas nos momentos de desenvolvimento da pesquisa e de escrita do texto; e
- atribuição de responsabilidade, que cria o movimento de atribuir responsabilidades a terceiros.

Com essa análise dos efeitos de sentido e de suas relações com a construção retórica do texto, foi possível atingir o nosso primeiro objetivo específico: **analisar o uso da modalidade como estratégia argumentativa a partir do estudo dos verbos modais universais em dissertações de Mestrado e da identificação dos efeitos de sentido criados por eles.**

Importante destacar que a análise também contribuiu para entendermos o porquê de modais universais associados aos domínios inerente extrínseco, deôntico e volitivo, considerados domínios em que há maior engajamento, a partir da atribuição de obrigações ao leitor ou a terceiros, aparecerem em textos científicos. Esses domínios, diferentemente dos domínios epistêmico e inferencial, tornam os enunciados formas de agir no mundo, de influenciar a realidade, trazendo recomendações sobre o método de pesquisa, atribuindo responsabilidades a terceiros ou realizando qualquer um dos outros movimentos retóricos abordados, que são capazes de trazer mais argumentatividade para o texto.

Outra conclusão da pesquisa foi a de que o uso de verbos modais universais ocorre, na maioria das dissertações, somente na seção de Resultados e Discussão. A Dissertação 1, de Linguística, foi a única que apresentou uma ocorrência significativa de verbos modais universais na seção de Metodologia e, mais do que isso, foi a única que apresentou verbos modais universais somente na Metodologia e não na parte de Resultados e Discussão. Conforme foi percebido na análise, isso se deu sobretudo devido a questões de caráter teórico-metodológico. Como a dissertação adotava um método que permitia a inserção da subjetividade e de questões pessoais do pesquisador na pesquisa, o método autoetnográfico, o pesquisador sentiu a necessidade de explicar o

método e de recomendar o melhor modo de utilizá-lo a potenciais pesquisadores. Por isso, a Metodologia dessa dissertação se mostrou extremamente subjetiva.

Com exceção da Dissertação 1, notou-se uma predominância do uso de verbos modais universais, bem como da expressão de subjetividade, na seção de Resultados e Discussão. Essa conclusão fez com que o nosso segundo objetivo específico, **investigar a seção de Metodologia e a seção de Resultados e Discussão internamente a cada dissertação de Mestrado do corpus e comparativamente com as dissertações no que se refere ao grau de subjetividade e ao uso da modalidade**, fosse atingido.

Por fim, notou-se que as dissertações desenvolvidas sob uma abordagem qualitativa, que são as dissertações das áreas de Linguística, Antropologia e Ciência da Informação, consideradas áreas humanas e sociais, apresentaram uma quantidade maior de verbos modais universais quando comparadas às dissertações desenvolvidas sob uma abordagem quantitativa. Importante destacar que a dissertação de Ciência da Informação apresentou uma quantidade menor de verbos modais e, por isso, aproximou-se mais das outras dissertações do que das duas primeiras. Porém, algo que as três dissertações têm em comum é a presença do efeito de sentido “posicionamento” no uso dos verbos modais, efeito que não aparece nas dissertações de abordagem quantitativa.

As dissertações que seguem uma abordagem quantitativa, de Agronomia, Engenharia Elétrica e Ciências da Reabilitação, consideradas áreas “exatas”, fizeram um uso mais contido dos verbos modais universais e mostraram uma preferência pela modalidade inerente extrínseca, a qual exige o enunciador de ser a fonte da ordenação. Contudo, nota-se uma diferença muito grande entre as dissertações de Engenharia Elétrica e Ciências da Reabilitação (de um lado) e a dissertação de Agronomia (do outro), já que a última apresentou somente um único verbo modal e não apresentou nenhum outro uso além do inerente extrínseco. Isso mostra que mesmo as dissertações consideradas mais objetivas apresentam diferenças em relação ao grau de expressão de subjetividade e que, mesmo nessas dissertações, o uso de recursos que geram argumentatividade é uma escolha. Assim, toda essa análise nos fez cumprir o nosso último objetivo específico: **verificar se existem diferenças no uso de modais universais**

entre as dissertações de Mestrado de diferentes abordagens metodológicas.

Tendo isso em vista, este trabalho conseguiu responder às perguntas que foram elencadas na Introdução e trazer algumas conclusões iniciais acerca do uso da modalidade universal em dissertações de Mestrado. Contudo, devido ao fato de somente seis dissertações terem sido analisadas, mais pesquisas precisam ser feitas, a fim de entender como os verbos modais universais são utilizados em dissertações e em outros textos de caráter científico e a fim de chegar a conclusões mais precisas que possam: a) corroborar nossos resultados ou não; e b) se estender também a outros tipos de textos científicos, como o artigo, a monografia e a tese.

Outra limitação do trabalho foi a impossibilidade de nos aprofundarmos em algumas questões de caráter pragmático e sociointeracional, como, por exemplo, a relação entre a atenuação da modalidade universal e a teoria da polidez de Brown e Levinson (1987). Apesar de não termos nos debruçado sobre essa questão, não poderíamos deixar de mencionar essa teoria ao identificar que as atenuações presentes no *corpus* estavam sendo feitas com o intuito de manter a polidez no texto. Por isso, também deixaremos para pesquisas futuras essa análise da relação entre a atenuação da modalidade e a teoria da polidez.

Esperamos que este trabalho, dentro das suas limitações, possa ter elucidado alguns pontos relacionados ao emprego da modalidade (em geral) e ao uso e comportamento dos verbos modais universais (em específico) em textos científicos e acadêmicos, a fim de que pesquisadores e estudantes da Pós-Graduação possam tomar consciência das diferentes formas de uso dos verbos modais nesse tipo de texto.

Como foi explicado, o verbo “ter de”, quando usado nos textos, pode trazer um sentido de maior engajamento ou mostrar que as escolhas feitas ao longo do trabalho foram inevitáveis, servindo para justificá-las. Porém, em outros contextos, convém mais usar “dever”, principalmente para se dirigir ao leitor ou a terceiros, a fim de não tornar o discurso tão impositivo.

Por isso, esperamos que essa pesquisa seja apenas um pontapé inicial para o estudo da modalidade em textos acadêmicos e que, mais do que incentivar novas pesquisas na área de Linguística com o tema, possamos também incentivar: a criação de manuais de escrita acadêmica que tratem do

uso da modalidade; o debate sobre esse tema entre escritores e pesquisadores das mais diversas áreas; e, de modo geral, a difusão da temática no meio acadêmico para que as pessoas saibam se posicionar em seus textos científicos, criando efeitos de sentido de maior ou menor engajamento de forma consciente.

Os achados desta pesquisa, conjugados com as propostas de áreas diversas da Linguística (Teoria da Gramática, Linguística Descritiva, Linguística Textual, Sociolinguística Interacional, Pragmática, entre muitas outras) podem e devem (no sentido volitivo do modal) servir para ajudar estudantes a escrever de forma intencional e consciente, utilizando os recursos da língua que já conhecem para criar os efeitos de sentido desejados, saindo de uma perspectiva de texto acadêmico padronizado e caminhando para estruturas inovadoras que reflitam seus posicionamentos, suas crenças e sua relação com o tema com o qual trabalham. Isso tornará o trabalho de escrita acadêmica muito mais fluido e servirá, conforme acredita Richardson (2018), para descobrir novos propósitos e atingir novos públicos com o trabalho científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, Maria Amália *et al.* *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996.

ANDRADE, Maria Margarida. Estratégias da impessoalidade nos discursos científico e tecnológico. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno05-12.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John M. *Genre identification and communicative purpose: A problem and a possible solution*. *Applied linguistics*, v. 22, n. 2, p. 195-212, 2001.

BENVENISTE, Émile. Problèmes de linguistique générale, 1 vol. *Les Etudes Philosophiques*, v. 21, n. 3, 1966.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. Organização retórica de resumos de dissertações. *Revista do GELNE*, v.1, n. 1, p. 31-37, 1999.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press, 1987.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The Evolution of Grammar: Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2008 (Coleção Sociologia).

CERVONI, Jean. *A Enunciação*. Trad. de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de educação*, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In: CIVITA, Victor (ed.). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORACINI, Maria José. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. 1. ed. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

CORACINI, Maria José. Análise de discurso: em busca de uma metodologia. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 7, n. 1

(1991), 2019. Recuperado de:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/46086>.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Francisco Alves, 1977.

FEYERABEND, Paul. Consolando o especialista. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix/Edusp, p. 244-284, 1979.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

FONSECA, João José Saraiva. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. Harbra, 1979.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander; MATTHIESSEN, Christian. *Halliday's introduction to functional grammar*. Routledge, 2014.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, p. 108-129, 2005.

HENGEVELD, Kees. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUDGAN, Joachim (eds.). *Morphology: A handbook on inflection and word formation*, v. 2. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, p.1190-1202, 2004.

KANOKSILAPATHAM, Budsaba. Rhetorical structure of biochemistry research articles. *English for specific purposes*, v. 24, n. 3, p. 269-292, 2005.

KRATZER, Angelika. Modality. In: STECHOW, Arnim von; WUNDERLICH, Dieter. *Semantics: an international handbook of contemporary research*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 639-650, 1991.

KRATZER, Angelika. *Modals and conditionals: New and revised perspectives*. Oxford University Press, 2012.

KOCH, Ingedore G. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolution*. USA, Univ. Chicago Press, 1970.

KUHN, Thomas. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix/Edusp, p. 5-3, 1979.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIM, Jason Miin Hwa. Method Sections of Management Research Articles: a pedagogically motivated qualitative study. *English for Specific Purposes*, v. 25, n. 3, p. 282-309, 2006.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO *et al.* *Análises Linguísticas*. Petrópolis: Vozes, p. 27-91, 1975.

LUNGUINHO, Marcus Vinicius. Sobre a concordância modal em português. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 11, p. 117-140, 2010.

LUNGUINHO, Marcus Vinicius. On the acquisition of root and epistemic modals in Brazilian Portuguese. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, p. 131-159, 2014.

LYONS, John. *Semantics: Volume 2*. Cambridge University Press, 1977.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (3 ed.). Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora Lda, 1979.

MILLER, Carolyn R. Genre as social action. *Quarterly journal of speech*, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. *Jogando com as vozes do outro: a polifonia – recurso modalizador na notícia jornalística*. 2005. 183 f. Tese (Doutorado em Letras – área de Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Federal da Paraíba (UFPB): João Pessoa, 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4, 2009, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Editora Idéia, p. 1369-1376, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/viewFile/19848412.2010v7n1p30/17100>. Acesso em: 23 abr. 2021.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A modalização discursiva como índice de argumentatividade nos gêneros acadêmicos. *Fórum Linguístico*, v. 15, n. 4, p. 3357-3372, 2018.

NWOGU, Kevin Ngozi. The medical research paper: Structure and functions. *English for specific purposes*, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1997.

OLBERTZ, Hella. *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; SCARDUELLI, Jaqueline Alves. Explicando as diferenças semânticas entre ter que e dever: uma proposta em semântica de mundos possíveis. *ALFA*, v. 52, n. 1, p. 215-234, 2008.

PALMER, Frank Robert. *Modality and the English modals*. 2 ed. Routledge, 1990.

PALMER, Frank Robert. *Mood and modality*. 2 ed. Cambridge University Press, 2001.

PESCE, Lucila; ABREU, Claudia Barcelos. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. *Revista da FAAEBA: educação e contemporaneidade*, Salvador, v. 22, n. 40, p. 19-29, jul./dez. 2013.

PIRES, Carolina. Premiação destaca melhores dissertações e teses da UnB. *UnB Notícias*, Brasília, 22 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.unb.br/39-homenagem/4522-premiacao-destaca-melhores-dissertacoes-e-teses-da-unb>. Acesso em: 11 nov. 2023.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernadette P. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1972.

POPPER, Karl R. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1975.

REHFELDT, Gládis Knak. *Monografia e tese: guia prático*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

RICHARDSON, Laurel. Novas práticas de escrita em pesquisa qualitativa. Trad. de Humberto Issao Sueyoshi. *Urdimento: revista de estudos em Artes Cênicas*, v. 2, n. 32, p. 542-561, 2018.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 9. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1999.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

SANTOS, Sirlei do Rocio Cavalli dos. *Perífrases Durativas do Português Brasileiro*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras – área de Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Paraná (UFPR): Curitiba, 2008.

SANTOS, Ana Lúcia Pessotto dos. *Força e evidência: uma análise teórico experimental da semântica de 'pode', 'deve' e 'tem que'*. 2015. 277 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis, 2015.

SILVESTRI, Kátia Vanessa Tarantini. As Teorias do Conhecimento: A Fundamentação Epistemológica das Ciências Humanas. *Revista Ensaios Pioneiros*, v. 2, n. 2, p. 63-77, 2018.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John M.; FEAK, Christine B. *Academic writing for graduate students*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

TAKAHASHI, Juliana Akie; SAHEKI, Yuka. *Guia para elaboração de tese, dissertação e monografia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, 2020.

WEINRICH, Harald. *Tempus. Besprochene und Erzählte Welt*. [1964]. Trad. esp. Madri: Gredos, 1968.

WEINRICH, Harald. *Le temps*. Paris: Seuil, 1973.

ZANETTI, Caroline Itchenço. *De verbos de posse a verbos auxiliares modais: uma análise diacrônica das perífrases modais com ter e haver no português*. 2020. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura) – Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2020.

Dissertações analisadas

Dissertação 1: LIMA NETO, Newton Vieira. *Brasília, sua gente, seus sotaques: difusão candanga e focalização brasiliense na capital federal*. 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2018.

Dissertação 2: DOS SANTOS FILHO, Miguel Antonio. *Justiça, reconhecimento e modernização: a judicialização da violência doméstica e seus dilemas no Brasil e em Timor-Leste*. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2019.

Dissertação 3: PADRON, Marcos Fragomeni. *Uma proposta de modelo conceitual para representação da música popular brasileira*. 2019. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2019.

Dissertação 4: OLIVEIRA, Juliana Martins. *Cinética de decomposição do ozônio, efeito fungicida e na qualidade de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* HBK)*. 2018. 75 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2018.

Dissertação 5: RIBEIRO, João Paulo. *Estudo e avaliação das funções de proteção de linhas de transmissão aplicadas no domínio do tempo disponíveis no relé SEL-T400L*. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2019.

Dissertação 6: ANGELI, Taise Boff. *Comparação dos efeitos de dois programas de terapia manual na dor e funcionalidade de indivíduos com dor lombar crônica não específica*. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2019.